

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

PEDRO EDUARDO DE LIMA

**(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas
na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso**

GOIÂNIA
2008



Termo de Ciência e de Autorização para Disponibilizar as Teses e Dissertações Eletrônicas (TEDE) na Biblioteca Digital da UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás–UFG a disponibilizar gratuitamente através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD/UFG, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor(a): Pedro Eduardo de Lima				
CPF:		E-mail: limude9@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Vínculo Empregatício do autor:				
Agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:
Título: (Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso				
Palavras-chave: estratégias discursivas; discurso; performatividade; gênero; sexo; sexualidade; poder.				
Título em outra língua: Conversational-performative (multi)polarities and the use of discourse strategies in the reiteration of sex, gender and sexuality: a case study				
Palavras-chave em outra língua: discourse strategies; discourse; performativity; gender; sex; sexuality; power.				
Área de concentração: Lingüística				
Data defesa: 01/12/2008				
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística				
Orientador(a): Profa. Dra. Heloísa Augusta Brito de Mello				
CPF:		E-mail:		
Co-orientador(a):				
CPF:		E-mail:		

3. Informações de acesso ao documento:

Liberção para disponibilizao? total parcial

Em caso de disponibilizao parcial, assinale as permissões:

- Capítulos. Especifique: _____
 Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilizao eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertao.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertaões, antes de sua disponibilizao, receberão procedimentos de segurana, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressao fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) autor(a)

Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extenso deste prazo suscita justificativa junto à coordenao do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

PEDRO EDUARDO DE LIMA

(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.
Orientadora: Prof^ª Dra. Heloísa Augusta Brito de Mello

GOIÂNIA

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária Yara de Pina Mendonça CRB1/1900)

L7324m

Lima, Pedro Eduardo de.

(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso / Pedro Eduardo de Lima. - Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2008.

156 f. ; 31,5 cm

Orientador: Professora Dra. Heloísa Augusta Brito de Mello.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, 2008.

Referências: f. 139-142.

1. Performativo – filosofia da linguagem. 2. Performatividade – gênero e sexualidade. 3. Linguagem – estratégias discursivas. 4. Performatividade – identidade. 5. Estudos lingüísticos – dissertação. I. Mello, Heloísa Augusta Brito de. II. Universidade Federal de Goiás. III. Título.

CDU 81:1

PEDRO EDUARDO DE LIMA

(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso

Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Profa. Dra. Heloísa Augusta Brito de Mello — UFG
(Presidente)

Profa. Dra. Joana Plaza Pinto — UFG

Profa. Dra. Maria Ceres Pereira — UFGD

Profa. Dra. Sílvia Lucia Bigonjal Braggio — UFG
(Suplente)

*To my gorgeous Scott. I feel
blessed for all your love,
companionship and support.*

AGRADECIMENTOS

A todas as professoras e todos os professores com quem estudei na graduação em Letras na Universidade Federal de Goiás, pelo incentivo à pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da UFG, professores e professoras, Consuelo e Bruno, que tanto acrescentaram à minha formação nos vários sentidos possíveis.

À Profa. Dra. Heloísa Augusta Brito de Mello, pela seriedade com pesquisa, pelas incontáveis leituras das várias versões deste texto, pelo acompanhamento contínuo e pela orientação constante em todas as etapas deste trabalho.

À Profa. Dra. Joana Plaza Pinto, por aceitar compor a banca examinadora na defesa final, pelas contribuições na banca de qualificação e pelas discussões teóricas desde o início do trabalho, além das impagáveis conversas informais e as várias formas de apoio em todos os momentos.

À Profa. Dra. Sílvia Lucia Bigonjal Braggio, pela participação na banca de qualificação e pela confiança depositada em meu estudo desde o início desta pesquisa, além das leituras e reflexões úteis e encorajadoras.

À Profa. Dra. Maria Ceres Pereira, pela fineza e pela sensibilidade ao discutir minhas primeiras análises neste trabalho, e por aceitar o convite para compor a banca de defesa final.

Ao grupo de discussões que se dispôs tão gentilmente participar deste trabalho. Ressalto meus agradecimentos aos participantes primários: Claudia, por seus comentários desafiadores; Wagner, pela disponibilidade tão constante em discutir o trabalho e pelo empréstimo de livros e outros materiais para a realização do estudo; Julio, pela participação contínua nesta pesquisa, pela atenção que sempre dispendiou, e pelo engajamento no grupo de discussões; Sofia, pelos comentários tão perspicazes; Helen, pela gentileza na participação da pesquisa e prontidão em colaborar mesmo durante o período em que esteve distante; Paulo, pela presteza em sua disponibilização em integrar o estudo.

À CAPES pela bolsa de estudos a mim concedida.

A meus familiares, tão presentes, tão participativos, tão engajados em todos os projetos e processos em que me envolvo: minha mãe, por tanto amor; minhas irmãs Eliana, Dilene e Dinair e meus irmãos Wagner e John, pelas leituras e comentários, pelos elogios, pelas dúvidas encorajadoras; vocês trabalharam, sofreram, riram, cresceram comigo neste trabalho. Agradeço também a Jordana, Diego, Bethania, Beatris, Rhayssa e Sofia, presentes que chegam sem ter pedido e iluminam nossa vida; Elaine, Jordão, Guto, Vaneide, D. Maria e Nailton, presentes que pedem para chegar e também iluminam tanto. Sem todos vocês este trabalho teria parado.

Aos amigos e amigas, que indubitavelmente tornaram este trabalho possível: Juliano, desde sempre; Daniella, que participou e me ajudou tanto desde o surgimento da idéia inicial deste estudo, exemplo de persistência e maturidade emocional; Vanderlei, que com tanta dedicação, amizade e irreverência me alegrou e me fez acreditar em mim; Lu, minha grande amiga, linda, importante, inesquecível e presente sempre em minha vida; Zezinho, Ana, Ezequiel, Adolfo, Edna, Flavio, Marcia, Vanessa, Márcia Rejany, pela amizade, pelo companheirismo, pela confiança e pelas fofocas divertidas; Suety, pela inspiração, sensibilidade, coragem e disponibilidade em discutir meu trabalho em campo; Los Pastoriza, los Polanco/Price y los Delucchi, por todo lo que hacen y, así, todo lo que son.

Ao Scott, maravilhoso.

A todos aqueles e a todas aquelas que, ainda que não tenham seu nome relacionado nestes agradecimentos, sintam-se como participantes também de minha vida.

A Deus, acima de tudo.

SUMÁRIO

Lista de quadros.....	09
Convenções.....	10
Resumo.....	11
Abstract.....	12
Introdução.....	13
Capítulo 1 – Do estranho (<i>queer</i>) ao estranhamento (<i>queering</i>): sujeitos abjetos e subjetividades “tortuosas”.....	17
1.1 A criação discursiva do “sujeito homossexual”.....	17
1.1.2 Sexualidade, conhecimento, poder: considerações dos discursos religioso, legal e médico vistas historicamente.....	19
1.2 <i>Queer</i> como sujeito e como posicionamento	27
1.2.1 Movimento homossexual, liberação <i>gay</i> /lésbica, feminismo lésbico.....	28
1.3 Estranhamento (<i>queering</i>) de identidades e o olhar para as práticas.....	37
1.4 A fala que age: a linguagem na perspectiva austiniana.....	42
1.5 A performatividade de identidades no uso lingüístico.....	45
CAPÍTULO 2 – Interação e constituição de identidades.....	52
2.1 Sociolingüística Interacional.....	52
2.2 Interação.....	55
2.3 Estratégias discursivas.....	57
2.3.1 Pistas de Contextualização.....	58
2.3.2 O controle interacional.....	61
CAPÍTULO 3 – Orientação e procedimentos metodológicos, contexto de pesquisa, participantes.....	66
3.1 A pesquisa qualitativa e etnográfica.....	66
3.2 O contexto de pesquisa.....	68
3.2.1 O local e a duração da pesquisa	68
3.2.2 Os participantes.....	71
3.3 O papel do pesquisador.....	75
3.4 Os instrumentos usados para o registro dos dados.....	76
3.4.1 O diário de campo.....	77

3.4.2	Vinhetas.....	79
3.4.3	Questionários.....	81
3.4.4	Gravações em áudio.....	82
3.5	O processo de análise.....	83
	CAPÍTULO 4 – Linguagem, identidades, conhecimento e poder.....	85
4.1	Pistas de contextualização: desigualdades conversacionais de gênero e conhecimento.....	85
4.1.1	Sinais paralingüísticos.....	86
4.1.1.1	Pausas e silêncios.....	86
4.1.1.2	Hesitações.....	89
4.1.1.3	Gestos (olhar).....	94
4.1.2	Pistas de contextualização: novas escolhas lexicais, velhas escolhas de gênero.....	96
4.1.2.1	Formas lexicais ligadas ao tópico da interação.....	96
4.1.2.2	Formas lexicais: significados e usuários.....	99
4.2	Escolhas e percepções metalingüísticamente <i>queer</i>: a normatização anti-hierárquica.....	105
4.2.1	Escolhas lexicais como estratégia discursiva.....	106
4.2.1.1	Léxico usado: léxico ressignificado.....	106
4.2.1.2	Percepções “higienizadoras” de formas lexicais e expressões formulaicas.....	110
4.3	Controle interacional: o conhecimento acadêmico e o sexo da fala.....	116
4.3.1	Gestão de turnos e estrutura de trocas.....	116
4.3.1.1	O léxico como estratégia empregada no controle conversacional.....	117
4.3.1.2	Tomada e manutenção de turno.....	118
4.3.1.3	Sobreposição de vozes/turnos.....	122
4.3.1.4	Passagem de turno requerida.....	123
4.3.1.5	Passagem de turno consentida	124
4.3.1.6	Assalto a turno com deixa.....	125
4.3.2	Controle de tópicos e de agendas.....	126
4.3.2.1	Tópicos da diversidade na agenda generificada.....	127
	Considerações finais.....	133

Referências	139
Anexos	143
Anexo I.....	144
Anexo II.....	146
Anexo III.....	148
Anexo IV.....	149
Anexo V.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de comunicação lingüística e pistas de contextualização.....	60
Quadro 2 – Controle interacional e assimetria conversacional.....	64
Quadro 3 – Reuniões observadas e número de integrantes presentes.....	72
Quadro 4 – Auto-configuração inicial dos participantes quanto a sexo e orientação sexual.....	73

CONVENÇÕES

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Comentários descritivos do pesquisador	((em letra minúscula))	((riem alto))
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	tem que discutir o porque disso que é um contexto geral ... essa (crise)
Truncamento ou interrupção da fala de outrem	/	PM1: cadê o endereço da racha? ... gata eu quero arrasar na produção de trava/ Wagner: calma bicha/
Entonação enfática	Maiúscula	EI to explicandO! EI perai vamo funcionar aqui?!
Prolongamento de vogal e consoante (como f, r, s)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ah ... eu tenho três informes é:: um (...)
Silabação	-	oh-bo-ca ... cala a boca Julio deixa de ser azarento
Interrogação	?	Entenderam?
Exclamação	!	gente é aniversário do Paulo!
Pausas de até um segundo	...	é isso que eu queria dizer ... acho ... que ... é interessante/tem que discutir o porque disso que é um contexto geral ...
Indicação de que há partes da fala não transcritas no trecho.	(...)	ah ... eu tenho três informes é:: um (...)
Citações literais ou leitura de textos, durante a gravação.	“ ”	eu ligava pra ela e falei: “e aí?” ela “amor ... tô beijando ... daqui a pouco eu te ligo!” eu “tá certo!”
Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção.	eh, ah, oh, ih, mhm, ahã etc	(...) é estruturar uma espécie de organização onde as pessoas consigam/as pessoas não sintam ... ahm ... pressionadas (...)

(Fonte: PRETI, 2003, p. 15 – Adaptado)

RESUMO

Este trabalho constitui um estudo de caso, de base etnográfica e com análise qualitativa, tendo a coleta de dados sido feita junto a um grupo composto principalmente por alunos de uma universidade pública em Goiás que se propõe militar em prol da diversidade de identidades de gênero e sexualidade e combater o preconceito e a discriminação. Seis integrantes do grupo colaboram como participantes primários deste estudo, tendo suas interações privilegiadas na pesquisa. A pesquisa tem como objetivos principais: i) analisar de que maneira as estratégias discursivas empregadas pelos participantes na negociação interacional de significados constituem formas lingüísticas de performatividade e constituição de identidades; ii) investigar se e como a performatividade identitária no uso lingüístico e o conhecimento estão ligados a questões de poder e resistência no grupo; iii) entender, na perspectiva dos participantes, como se dão os usos lingüísticos e paralingüísticos na construção identitária dentro do grupo. O trabalho toma as identidades sob uma perspectiva performativa e suas implicações nas relações de poder no grupo pesquisado. Dessa forma, construtos da teoria *queer* são explanados no trabalho a partir de compreensões históricas de questões de gênero, sexo, sexualidade, conhecimento e poder na militância e na academia. As estratégias discursivas foram tomadas como foco de análise na fala dos integrantes do grupo com vistas na construção de significados, especificamente na forma com que, dado o caráter convencional das estratégias, as identidades são lingüisticamente afirmadas e reafirmadas, ou seja, performadas na linguagem. Como estratégias discursivas são consideradas as pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982; 1992) e o controle interacional (FAIRCLOUGH, 1994). Os dados para análise constituem-se de notas de campo feitas pelo pesquisador, um documento com os princípios do grupo, transcrições das reuniões do grupo, dois questionários de pesquisa respondidos pelos participantes e uma entrevista feita pelo pesquisador com um dos participantes. A análise dos dados sugere que há no emprego de estratégias discursivas pelo grupo a reiteração de formas convencionais de performar identidades lingüisticamente, com relações de poder nas interações e organização geral do grupo pautadas em questões identitárias e de conhecimento. A percepção lingüística dos participantes sugere que há a busca por normatizações metalingüísticas com vistas à afirmação de conhecimentos teóricos construídos por aqueles que têm mais acesso ao conhecimento acadêmico. As possíveis contradições entre a proposta de atuação do grupo e o que é discursivamente construído na reiteração lingüística evidenciada no uso de estratégias discursivas empregadas pelos participantes podem ser observadas nos registros feitos.

Palavras-chave: estratégias discursivas; discurso; performatividade; gênero; sexo; sexualidade; poder.

ABSTRACT

This is an ethnographic based case study with qualitative analysis. Data collection was carried out with a group constituted mainly by students of a public university in Goiás State who aims to fight in the defence of diversity of identities of gender and sexuality, and against prejudice and discrimination. Six members of the group have collaborated as primary participants in this study and their linguistic interactions have been privileged in the analysis. The study has three main objectives: i) analyse in what ways the discourse strategies used by the participants in the interactional negotiation of meanings constitute linguistic forms of performativity and constitution of identities; ii) investigate if and how knowledge and performativity of identities in linguistic use relate to questions of power and resistance in the group; iii) understand, from the participants' perspective, how linguistic and paralinguistic uses in the constitution of identities within the group take place. The study takes identities from a performative perspective and their implication on power relations in the researched group. In this manner, constructs from *queer* theory are presented and discussed, taking historical understandings of gender, sex, sexuality, knowledge and power in social movements and scholarly publications as departing points. The discourse strategies were taken as the focus of analysis in the speech of the members of the group aiming at comprehending the construction of meanings, more specifically the way in which, given the conventional aspect of discourse strategies, identities are linguistically affirmed and reaffirmed, that is, performed in linguistic use. Contextualization cues (GUMPERZ, 1982; 1992) and interactional control (FAIRCLOUGH, 1994) were taken as discourse strategies in this study. The data for analysis is constituted by fieldnotes taken by the researcher, a document with the group's foundational principles, transcriptions of the group meetings, two research questionnaires answered by the participants and an interview done by the researcher with one of the participants. Data analysis suggests that there is, in the use of discourse strategies by the participants, the reiteration of conventional forms of performing identities linguistically, with power relations in the interactions and the general organization of the group based on questions of identities and knowledge. Participants' linguistic perceptions suggest that there is the search for metalinguistic normatizations aiming at the affirmation of theoretical knowledge constructed by those who have more access to academic readings in the group. Possible contradictions between the group's proposals and what is in fact discursively constructed in the linguistic reiteration made evident in the use of discourse strategies used by the participants may also be observed in the data collected.

Keywords: discourse strategies; discourse; performativity; gender; sex; sexuality; power.

INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido com integrantes de um grupo de discussões, composto em sua maioria por estudantes universitários¹ auto-referenciados como homossexuais², que regularmente se reúnem em uma universidade pública em Goiás. O grupo se propõe a, de forma não hierárquica, discutir questões identitárias e lutar contra a discriminação e o preconceito, em especial os de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero, apresentando-se, pois, como militante de luta contra a heteronormatividade compulsória. O estudo se inscreve na Sociolinguística Interacional e nos estudos de identidade (GUMPERZ, 1982; 1986; 1992; 1993; MILLS, 2003; CAMERON e KULICK, 2003; BUTLER, 1999) e trata da constituição identitária em uma perspectiva performativa no uso lingüístico dos integrantes do grupo, bem como de relações de poder aparentemente pautadas em identidades de gênero, sexo, sexualidade e em conhecimento.

A escolha do contexto de pesquisa e dos participantes se deu ao longo de um semestre letivo. A princípio, meu intuito foi fazer um estudo acerca de como identidades são negociadas e co-constituídas no uso lingüístico em contextos bilíngües. Entretanto, o acesso e permanência em comunidades bilíngües que se dispusessem a participar de um estudo desta natureza provavelmente levaria mais tempo do que eu dispunha para concluir o trabalho. Poderia ser inviável encontrar comunidades bilíngües abertas à pesquisa na região onde resido. Dessa forma, decidi continuar com a idéia inicial de pesquisar questões identitárias, porém em contexto monolíngüe.

Diante desta decisão, foi necessário definir quem poderia(m) ser o(s) participante(s) da pesquisa. A partir de então, a discussão de meu projeto de pesquisa nas disciplinas cursadas no programa de pós-graduação em Letras/Lingüística da UFG, ao qual este trabalho se vincula, tornou-se importante. O valor inestimável das disciplinas cursadas e das conversas com professores e colegas se deu tanto no nível teórico – que me possibilitou entender que empreender um estudo sobre bilingüismo e também questões identitárias era, naquele momento, inviável – quanto no nível metodológico – no sentido de buscar os participantes para a pesquisa e fornecer base de procedimentos metodológicos para o trabalho. Segui uma técnica não aleatória de amostragem já trilhada por outros pesquisadores (FREITAS, 2003; MARGOLIS, 1993) denominada “bola de

¹ Apesar das implicações de usar o masculino genericado, neste texto optei por fazê-lo com o fim de tornar a leitura mais fluente. Dessa forma, as formas gramaticais no masculino plural podem, também, referir-se a homens e mulheres, não somente a homens.

² Neste trabalho, o termo “homossexual” é utilizado de forma genérica, incluindo mulheres e homens. “Gay” é utilizado especificamente para homem homossexual, e “lésbica” para mulher homossexual.

neve”. Nesta técnica, o pesquisador utiliza-se de informações obtidas com amigos, parentes e conhecidos que por fim levarão ao conhecimento e delimitação daqueles que serão os participantes da pesquisa. A técnica parece ser própria, segundo Margolis (1993) “para contatar populações ‘escondidas’, como por exemplo, imigrantes ilegais” (p. 20, ênfase no original). Os participantes deste estudo não buscam esconder-se. Ao contrário, militam por visibilidade nos contextos em que vivem. A técnica, entretanto, me foi de grande ajuda para chegar até eles e tê-los como participantes de meu estudo, como demonstro a seguir.

Fui informado por alguns amigos da existência de um grupo de estudantes de uma universidade pública que se reunia periodicamente para discutir questões referentes à diversidade de identidades de gênero e sexualidade. Fui informado também que este mesmo grupo mantinha discussões também pela *internet*, em um *site* de relacionamentos. Através da *internet*, consegui contatar algumas pessoas que freqüentavam as reuniões e, coincidentemente, entrei em contato com um estudante de Física que já fora meu aluno em um curso de idiomas. Pelo contato via *internet* eu soube que quaisquer pessoas podiam ir às reuniões do grupo e se apresentar, sem necessidade de nenhuma vinculação institucional ou aceite por parte do grupo. Dessa forma, compareci a uma das reuniões.

Fui recebido cordialmente por um dos integrantes do grupo (Wagner)³, que me esclareceu novamente ser qualquer pessoa bem-vinda às reuniões, informando-me que quem decidiria se eu faria parte do grupo seria eu mesmo. Até este momento eu não havia falado de minha intenção de fazer uma pesquisa com base na interação lingüística no grupo. Nesta primeira reunião da qual participei, houve uma breve discussão acerca de teoria *queer*⁴. O integrante do grupo que conduziu a discussão era um estudante de Ciências Sociais que naquele tempo estava concluindo seu trabalho monográfico. Além de apresentar parte de seu trabalho, o estudante discutiu a visão de heteronormatividade por parte de alguns teóricos e teóricas *queer*, e a discussão no grupo me pareceu bastante profícua, com muita participação de todos os presentes. Ao final da reunião, Wagner falou comigo novamente, e me convidou a continuar participando das reuniões, caso fosse meu interesse. Expus minha intenção de fazer uma pesquisa com o grupo, e esta idéia foi bem

³ Para proteger a identidade dos participantes da pesquisa, seus nomes neste texto são fictícios.

⁴ O que vem a ser a teorização *queer* é trabalhado ao longo deste texto.

recebida por Wagner. Eu sabia, obviamente, que precisava da permissão de todos os integrantes para que a pesquisa em campo se iniciasse. Este primeiro contato se deu em maio do período I⁵.

Esse grupo de discussões, inserido em uma universidade pública em Goiás, me pareceu um campo profícuo para meu estudo. No primeiro contato senti a cordialidade dos integrantes em, pela fala de Wagner, percebi que a pesquisa seria bem-vinda pelos outros integrantes também. Em minha conversa com Wagner, ficou decidido que eu participaria das reuniões e que já na seguinte eu falaria ao grupo sobre minha proposta de estudo. Percebi também que minha pesquisa deveria ser de cunho etnográfico, pois somente assim eu poderia, com base na imersão no grupo e observação sistemática e prolongada, perceber as recorrências e variações de fenômenos a serem analisados. Na reunião seguinte, ao final das discussões, falei ao grupo sobre minha proposta de estudo, e nenhuma objeção foi explicitada. O consentimento de participação livre e esclarecida na pesquisa foi formalizado, por escrito. Decidi não fazer ainda nenhuma gravação em áudio nas primeiras semanas de observação, e deixei para iniciar as gravações a partir de agosto do período I, quando minha presença nas reuniões possivelmente já não era mais estranha aos integrantes do grupo.

Com procedimentos característicos da pesquisa de base etnográfica, tratados no capítulo metodológico deste trabalho, iniciei a pesquisa. O contato com o grupo de discussões que participa desta pesquisa contribuiu para definir as perguntas de pesquisa que norteiam o estudo. As perguntas de pesquisa são:

- 1) De que maneira os participantes, ao empregarem estratégias discursivas na construção de significados, performam identidades de gênero, sexo e sexualidade?
- 2) Como elementos discursivos na fala e nas percepções dos participantes se relacionam a questões de poder/resistência com base na construção social de identidades e no conhecimento?
- 3) Qual a percepção dos participantes acerca do uso que fazem de estratégias discursivas na constituição e reafirmação de identidades?

Na busca por responder às questões de pesquisa, foi feita uma revisão teórica relacionada à importância da linguagem na constituição de identidades e na forma com que estas são entendidas na chamada teoria *queer*, discutida ao longo deste texto. O trabalho se organiza em quatro capítulos, apresentados a seguir.

⁵ Também para proteger a identidade dos participantes, neste texto uso “período I” para referir-me ao tempo de registro dos dados em campo, e período II, III e IV para referir-me ao tempo em que eu não mais estive de forma sistemática no campo de pesquisa. Cada período equivale a oito meses.

No primeiro capítulo, apresento os caminhos pelos quais o sujeito sexualizado foi historicamente nominado e, dessa forma, criado. A ênfase está nas identidades que fogem a um padrão heteronormativo exatamente por constituírem uma suposta exceção. Apresento e discuto, à luz da leitura de alguns teóricos, como se deu o “nascimento” e militância do sujeito não heterossexual, e sua busca por combater ao longo da história a opressão sexual e de gênero. Também no primeiro capítulo faço um breve resumo de caminhos percorridos por alguns estudiosos acerca da teoria dos atos de fala, apresentada primeiramente pelo inglês J.L. Austin. No tocante à performatividade identitária, considero o posicionamento de CAMERON (2002) de que também na linguagem podem ser performadas as identidades sociais. Apresento, ainda, a interligação entre movimentos de militância anti-heteronormativa, a visão lingüístico-performativa de identidades e a teoria *queer*.

No capítulo 2, a partir da conceituação de Gumperz (1982; 1992) de estratégias discursivas, argumento que estas contribuem na reiteração e performatividade lingüística e paralingüística de identidades de gênero e sexualidade; entendo performatividade identitária como práticas reiteradas que têm como efeito a constituição de identidades, vistas estas em sociedade como a causa e não o efeito de tal performatividade (BUTLER, 1999). Nesse sentido, dado que a linguagem é performativa (AUSTIN, 1975) e que estratégias discursivas estão ligadas a formas convencionadas de sinalizar, negociar e construir significados (GUMPERZ, 1982; 1992), sugiro que tais estratégias também constituem reiteração de práticas constitutivas de identidades de gênero e sexualidade na interação pela linguagem. Dessa forma, com base em Gumperz (1982; 1992) e Fairclough (1994), tomo duas categorias principais de estratégias discursivas – pistas de contextualização e controle interacional – para análise de como a performatividade identitária ocorre no uso lingüístico entre os integrantes do grupo participante da pesquisa.

No terceiro capítulo apresento os pressupostos metodológicos empregados neste estudo, situando a presente pesquisa como de cunho etnográfico, no paradigma qualitativo. Neste capítulo também apresento os participantes do trabalho e o contexto de pesquisa, e descrevo os passos percorridos no registro e análise dos dados.

No quarto e último capítulo, por fim, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados, analiso os dados coletados na tentativa de responder às perguntas de pesquisa. Concluindo este trabalho, retomo as perguntas de pesquisa e faço algumas considerações finais acerca do grupo, seus objetivos, sua interação e as percepções lingüísticas que constam nos registros deste estudo.

CAPÍTULO 1

Do estranho (*queer*) ao estranhamento (*queering*): sujeitos abjetos e subjetividades “tortuosas”

Se a instabilidade é perturbadora, mais ainda nos parecerá a existência daqueles sujeitos que ousam assumi-la abertamente, ao escolherem a mobilidade e a posição de trânsito como o seu “lugar”. (...) Esses sujeitos não buscam ser “integrados”, “aceitos” ou “enquadrados”; (...) Assumem-se como estranhos, esquisitos, excêntricos e assim querem viver – pelo menos por algum tempo, ou melhor, pelo tempo que bem lhes aprouver. (...) Consideramos esses sujeitos irreverentes, desrespeitosos, quase iconoclastas por desacatarem normas ou por tornarem ridículos aspectos “sérios” de nossa cultura. Sua ambivalência nos desconforta e ameaça (e também nos fascina, devemos confessar!).

(LOURO, 2003, p. 48-49)

A vida em sociedade nos ensina como ser “normais”. Na verdade, viver em sociedade nos constrói como aceitáveis dentro dos limites e fronteiras a nós disponibilizados física e culturalmente. A citação de Louro (2003) que serve de epígrafe a este capítulo, entretanto, refere-se a sujeitos vistos em sociedade como instáveis, “estranhos, esquisitos, excêntricos”. O imperativo que os estranha e excentriciza é o mesmo que torna as pessoas também aceitáveis, “normais”, pois somos entendidos e desentendidos “através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais” (BUTLER, 2001, p. 161). Este capítulo trata de sujeitos histórica e socialmente desentendidos, recusados, vistos como instáveis, estranhos, esquisitos e excêntricos, e da teorização que possibilitam ser produzida. A “estranheza”, entretanto, não está neles somente.

1.1 A criação discursiva do “sujeito homossexual”

Nesta seção, discuto como o sujeito tem sido sexualmente categorizado, nominado a partir de práticas identitárias e de identificações inter e intra-comunitárias ao longo dos anos, desde seu surgimento como essência até sua visão como resultado de reiteração dos próprios mecanismos que a nomeiam, particularmente a língua. Especificamente, parto de como o “sujeito homossexual”,

enquanto uma categoria distinta na sociedade, ganhou forma e existência discursivamente nos últimos dois séculos (FOUCAULT, 2006) para então apresentar a visão de identidades múltiplas e fluidas, presente em discussões acadêmicas e militantes nos dias atuais. A militância e teorização identitárias e sua relevância para questões de conhecimento e poder em sociedade são de interesse da denominada teoria *queer*, também discutida neste trabalho.

Comumente se afirma que a homossexualidade existe já há milênios, remontando-se à Grécia antiga, por exemplo, para sustentar tal afirmação, como mostra Halperin (1990). Entretanto, o “sujeito homossexual” existe há menos de dois séculos (FOUCAULT, 2006). Sob uma perspectiva discursiva, é possível pensar não só na história da homossexualidade, mas também em seu nascimento ou, mais apropriadamente, em sua invenção, que se deu, segundo Foucault (2006), com a publicação, em 1870, do artigo *Archiv für Neurologie*, de Carl Westphal. O artigo de Westphal, nesse sentido, conferiu ao homossexual a posição de categoria psicológica, psiquiátrica e médica a partir de sua caracterização discursiva. A visão de existência do homossexual a partir do discurso, postulada por Foucault (2006), tem influenciado vários autores, como apresento adiante.

Halperin (1990) questiona o posicionamento de indivíduos de várias localizações histórico-geográficas como sendo uma categoria identitária única com base tão-só na prática sexual com sujeitos do mesmo sexo. Os indivíduos citados pelo autor são o pederasta, o *berdache* e o jovem guerreiro de uma tribo da Nova Guiné. O primeiro foi o homem adulto da Grécia antiga, casado com mulher, que fazia sexo com um jovem na formação deste como cidadão grego. O segundo é um índio nativo dos Estados Unidos, adulto, que desde a infância toma aspectos femininos e se casa posteriormente com outro homem em uma cerimônia pública. O jovem da tribo de Nova Guiné pratica sexo oral desde a infância com rapazes mais velhos e, na vida adulta, se casa com uma mulher e tem filhos. Além desses indivíduos, o autor fala daquele que atualmente entendemos como homem homossexual, e questiona se compartilham de uma sexualidade única. Posições como a de Halperin (1990), entre as de outros autores (COSTA, 1992; MOITA LOPES, 2002, por exemplo), convergem com a visão de Foucault (2006) acerca da construção discursiva e genealógica da homossexualidade. Percebe-se que os sujeitos dos quais falamos ocupam lugares distintos, não só no tempo e no espaço, como também na sua própria condição como sujeito passível de poder e resistência. É nesse sentido que, para Foucault, uma análise genealógica requer a “busca de instâncias de produção discursiva (...) da produção do poder e a propagação do conhecimento,

que torna possível uma ‘história do presente’” (FOUCAULT 1980 *apud* SULLIVAN , 2006, p. 32, ênfase no original)⁶.

Dentre outros pesquisadores e pesquisadoras, Louro (2004) também discute como, nos dois últimos séculos, a sexualidade tem sido objeto de análise nas variadas instâncias: religião, ciência, educação etc, afirmando que, na medida que a sexualidade é explicada, é também discutida, proibida, evidenciada, polemizada, vivida. O nascimento discursivo da homossexualidade, dessa forma, visibiliza as chamadas minorias sexuais. Embora haja posicionamentos diferentes acerca da homossexualidade – alguns a colocando como natural, outras como sócio-culturalmente construída – houve, logo após a publicação de *Archiv für Neurologie*, certa convergência de opiniões de ser o sujeito homossexual um “tipo humano distintivo” (LOURO, 2004, p. 30). Esta afirmação da autora converge com a de Foucault (2006) de que o homossexual deixa a posição daquele indivíduo que simplesmente reincide num ato insano ou criminoso para ocupar sua categoria como um sujeito com identidade própria; o homossexual passa a ser não só um pecador, doente ou criminoso e se torna uma categoria identitária, embora historicamente tal fato não tenha nem ocorrido de forma simples, nem descriminalizado ou tornado o homossexual um sujeito sadio ou lícito na perspectiva na sociedade, como apresento na subseção seguinte.

1.1.2 Sexualidade, conhecimento, poder: considerações dos discursos religioso, legal e médico vistas historicamente

O fato de que práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo tenham ocorrido ao longo da história da humanidade não confere a tais práticas a mesma nomeação/significação. Como argumenta Sullivan (2006), analisar os discursos que criaram, criam e mantêm os sujeitos sexuais e sexualizados nos leva a pistas que sugerem o porquê de conhecimentos, práticas e subjetividades surgirem onde e como surgem, e suas implicações. Desta forma, categorias, se assim podemos dizer, como *queer*, *gay*, sodomita, perverso, *dyke* (lésbica), bicha etc, têm usos e significações diversas ao longo da história.

“*Queer*”, por exemplo, surge na história da língua inglesa, no século XIX, com o significado de esquisito, estranho, e um termo para o xingamento homofóbico (JAGOSE, 2001). É utilizado como termo emblemático pelos militantes do movimento de liberação *gay*/lésbica na

⁶ Traduzi para o português todas as citações obtidas originalmente em outra língua com o fim de tornar a leitura mais fluente e acessível.

segunda metade do século XX nos Estados Unidos (SULLIVAN, 2006) e desde a década de 1990 tem sido utilizado para nomear a corrente acadêmica e militante que desafia visões essencialistas de identidades (HALPERIN, 1990; LOURO, 2004; JAGOSE, 2001). Os usos do termo *queer* – como sujeito e como teoria – são melhor trabalhados adiante.

“Sodomita” é outro termo emblemático. Na Europa, até o século XVIII, por exemplo, a prática da sodomia era considerada um crime previsto e punido pela lei. Vale ressaltar, entretanto, que diferentemente de como é entendido hoje, o sodomita não era tão-só quem praticava sexo anal. Sodomia era usado como um termo geral “para cobrir uma variedade de práticas que não tinham a procriação como seu objetivo: ou seja, formas ‘não-naturais’ de relações sexuais” (SULLIVAN, 2006, p. 3, ênfase no original), como sexo oral, masturbação, sexo anal etc (JAGOSE, 2001). Sullivan (2006) mostra que, embora “sodomia” fosse um termo que não pressupunha o gênero de seu praticante, o que os documentos históricos parecem indicar é que o sodomita era freqüentemente homem, o que nos faz pensar que a prática de sexo entre as mulheres não era nomeada, apesar de punida.

O caso intrigante da alemã Katherina Hetzeldorfer, ocorrido em 1477, chama atenção. Hetzeldorfer foi condenada à morte por ter tido uma relação sexual-afetiva duradoura com outra mulher, agido como um homem na perspectiva da época, e usado um pênis prostético. O que intriga no julgamento de Hetzeldorfer é o fato de não haver no caso um nome para seu crime. Há apenas a referência de que ela praticou um crime contra a natureza e por ter agido como um homem. Se Hetzeldorfer fosse um homem que tivesse praticado atos sexuais “contra a natureza”, sodomia seria provavelmente o nome de seu crime no processo. Este caso é recontado por Sullivan (2006, p. 3).

A história de Hetzeldorfer não é isolada, já que a homossexualidade feminina não percorre o mesmo caminho que o dos *gays* no discurso médico e da lei e, conseqüentemente, no da maioria da massa popular. O sistema judicial britânico do período colonial, por exemplo, foi altamente influenciador no âmbito internacional, e “criminalizava os atos homossexuais dos homens enquanto ignorava a possibilidade da homossexualidade feminina” (JAGOSE, 2001, p. 13). A homossexualidade feminina levou muito mais tempo, de acordo com Jagose (2001), do que a masculina para se tornar a base de uma identidade.

No que concerne às considerações dos discursos religioso, legal e médico que acabaram por forçar a origem do sujeito homossexual no século XIX, Sullivan (2006) reporta-se a artigos e livros publicados entre 1864 e 1879 de Heinrich Ulrichs, um advogado alemão homossexual que argumentou não ser a homossexualidade uma prática criminosa, insana, nem pecaminosa. Para o

advogado, a homossexualidade é congênita. Assim, para Ulrichs, alguns homens nascem com uma forte tendência feminina enquanto algumas mulheres já nascem com uma forte tendência masculina, e este determinismo dar-se-ia ainda no útero da mãe do indivíduo. Nesse sentido, na perspectiva de Ulrichs, comentada por Sullivan (2006, p. 6) “homens que amam outros homens são vistos como tendo uma alma feminina em um corpo masculino, e mulheres que amam outras mulheres teriam uma psique ou atração sexual masculina em um corpo feminino”. A visão de Ulrichs, embora busque descriminalizar práticas homossexuais, parece se mostrar essencialista e acaba reforçando normas de gênero por negar ao sujeito homossexual e à mulher heterossexual possibilidades de agência – nasce-se mulher e deve-se ter atitudes de mulher, nasce-se homossexual e não há outra possibilidade de expressão que não seja a de uma identidade masculina ou feminina no corpo do sexo oposto. Além disso, ironicamente, as considerações de Ulrichs, como mostra Sullivan (2006), acabam por abrir o campo para a afirmação posterior da homossexualidade como doença a ser tratada.

Richard Von Kraft-Ebing, psiquiatra austríaco-alemão que publicou *Psychopathia Sexualis* (KRAFT-EBING, 1965) tem uma visão um pouco diferenciada da de Ulrichs. Kraft-Ebing, embora defendesse a condição inata do homossexual, como o fez Ulrichs, afirmava ser esta o resultado de uma degeneração neuro-física, sendo os homossexuais sujeitos menos evoluídos que os heterossexuais. Ele afirmou que os humanos, muito tempo atrás, eram todos hermafroditas (com órgãos sexuais de dois sexos), e que a maioria dos indivíduos evoluiu para a heterossexualidade, enquanto outros se mantiveram numa escala menos evoluída. Assim, homens “efeminados” ou mulheres “masculinizadas” seriam espécies mal-acabadas. Tal qual Ulrichs, Kraft-Ebing (1965) defendia, dessa forma, que o comportamento homossexual não deveria ser punido pela religião ou pela lei, dado que ser homossexual não seria uma escolha.

O sexólogo britânico Havelock Ellis, por sua vez, defende que “é provável que muitas pessoas venham ao mundo com uma pré-disposição à inversão que sempre permanece latente e não-aflorada” (ELLIS, 1908 *apud* SULLIVAN, 2006, p. 8). Nesse sentido, há a mudança de interpretação da homossexualidade como algo tão-somente congênito, como era vista até o final do século XIX, para o entendimento desta como o afloramento de uma tendência inata que se concretizaria no meio social. Sob esta perspectiva, a família, a escola, cultura e os acontecimentos na vida do indivíduo representariam um importante fator na constituição da homossexualidade. Sendo a inversão parcialmente congênita, não poderia ser curada, mas até certo ponto prevenida. Esta visão de Ellis ainda é bastante comum nas sociedades ocidentais na atualidade. Há aqueles que

ainda crêem que *gays* e lésbicas assim se tornam devido a uma pré-disposição inata que é aflorada por algum acontecimento na vida: decepção amorosa, influência de amigos etc.

Autores como Foucault (2006) e Sullivan (2006) apresentam as considerações também de Karl Westphal, um psiquiatra alemão cuja abordagem em relação à sexualidade humana aproxima-se da visão de Kraft-Ebing (1965). Westphal “sugeriu que homossexuais não deveriam ser presos, mas se beneficiariam do tratamento médico uma vez que a homossexualidade constituía um desvio do desenvolvimento sexual ‘normal’” (SULLIVAN, 2006, p. 10, ênfase no original). Westphal foi também um dos precursores na consideração da homossexualidade entre as mulheres, sugerindo que as “mulheres invertidas” eram de fato homens presos a corpos de mulheres.

Magnus Hirschfeld (1918), citado por Sullivan (2006), desenvolveu a noção de “terceiro sexo” para aqueles cujas inclinações sexuais inatas discordavam do sexo que seus corpos evidenciavam. Na percepção do médico, o terceiro sexo deveria ser tolerado ao invés de punido. Posteriormente, o médico abrangeu “a noção do que hoje podemos chamar de pluralismo sexual que contradisse o rígido paradigma de polaridade sexual do século XIX” (SULLIVAN, 2006, p. 12). Ao longo de seu trabalho, Hirschfeld argumentou não haver lógica em tratar homossexuais com vistas a uma suposta “cura”. Ele propunha, ao invés disso, o que chamou de “terapia de ajustamento”, em que o sujeito homossexual seria levado a aceitar e até mesmo ter orgulho de sua condição sexual (SULLIVAN, 2006). Hirschfeld foi o fundador da primeira organização para defesa dos direitos dos homossexuais no mundo, o *Scientific-Humanitarian Committee*, em 1897, em Berlim. Vejo neste ponto o início da resistência das chamadas minorias sexuais à matriz dominante, e o início da militância com paradas de orgulho *gay*, movimento para liberação *gay* e lésbica etc.

Sullivan (2006) discorre também acerca da teorização de Sigmund Freud, dado o impacto das idéias deste no momento histórico em que viveu. Freud é bastante cético acerca do inatismo biológico do “desvio sexual”:

[a] tendência sexual é formada no desenvolvimento social do ser humano. Como Freud afirma, há uma série de possíveis objetos e escolhas sexuais e estados psicosexuais que são produtos do desenvolvimento sexual de cada indivíduo e do contexto no qual tal desenvolvimento se dá (SULLIVAN, 2006, p. 14).

Tais considerações nos possibilitam pensar no caráter cultural também da heterossexualidade, uma vez que não só o sujeito homossexual é tomado em consideração, mas a sexualidade como um todo. Se a tendência sexual humana se forma com base em contextos sociais nos quais o desenvolvimento se dá, a sexualidade humana é considerada – e não somente a homossexualidade. Sobre este ponto,

apresento na segunda seção deste capítulo como alguns teóricos e militantes, ao invés de afirmarem a naturalidade biológica do homossexual, questionaram o caráter natural da heterossexualidade.

Nessas considerações acerca da formação da sexualidade, entretanto, já é possível perceber a relação (im)posta sobre questões de poder em sociedade ligadas à sexualidade do sujeito. Os trabalhos de Michel Foucault acerca de conhecimento e poder contribuíram para a formação aparentemente contraditória da desestabilização de muitos trabalhos recentes que tratam do sujeito humano. Morreu em 1984, deixando inacabado o que nomeou de estudo genealógico. Este termo nos trabalhos de Foucault refere-se ao estudo do desenvolvimento de discursos, “em uma continuidade ou progressão não linear, mas em descontinuidades localizadas, o que tem sido interpretado por Judith Butler como a busca pela operação de falsos universais” (SPARGO, 2000, p. 73). Dada a importância dos trabalhos de Foucault para a formação do que hoje se entende como teoria *queer*, parece-me necessário tratar de alguns de seus conceitos e considerações acerca da formação do sujeito sexualizado, inserido em uma intrincada rede de conhecimento, poder e resistência.

Sob um ponto de vista crítico com respeito ao pretense silenciamento das sexualidades até o início do século passado, Foucault (2006) afirma que, na verdade, devemos interrogar o caso de “(...) uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar” (FOUCAULT, 2006, p. 15). Esse posicionamento traz para o centro da discussão o fato de a sexualidade, ao contrário do que se cria até então, ter estado e permanecer presente entre nós de forma explícita, no discurso próprio que a constrói. E, a partir disso, o autor declara seu projeto de colocar não o porquê de sermos “(...) reprimidos mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?” (FOUCAULT, 2006, p. 15). A leitura de Foucault (2006) sugere que a repressão sexual, vivida pelas sociedades ocidentais ao longo dos séculos, na verdade criou o descaramento ignorado da sexualidade que, por ser reprimida, se mostra, por ganhar existência no discurso próprio que a reprime.

Para Foucault (2006), há historicamente dois grandes procedimentos para que a verdade do sexo seja produzida. Em algumas sociedades como China, Japão, Índia e Roma Antiga, houve uma *arts erotica*, em que “a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência” (FOUCAULT, 2006, p. 65). Neste sentido, não é com base na proibição ou permissão que a verdade é produzida, e sim na experiência com o prazer, sua duração e intensidade

para o próprio indivíduo. Sociedades ocidentais não teriam, para Foucault, uma arte erótica, e sim o que chamou de *scientia sexualis*. A sociedade ocidental “desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão” (FOUCAULT, 2006, p. 66). Dessa forma, a confissão sobre os pecados sexuais ao padre, a descrição de sintomas ao psiquiatra ou ao psicanalista, a confissão de crimes sexuais diante de um tribunal etc, seriam a base formadora da verdade sobre o sexo em nossa sociedade. “A ‘verdade’ que é revelada neste processo não é, naturalmente, encontrada e, sim, produzida” (SPARGO, 2000, p. 15, ênfase no original). A diferença entre a *arts erotica* e a *scientia sexualis* estaria, portanto, no fato de que a primeira parte da prática e experiência do prazer para se chegar à verdade, enquanto que na segunda a verdade está no discurso que a produz. Na *scientia sexualis*, segundo Foucault (2006), o discurso é tanto disciplinar quanto produtivo de sexualidade, tendo uma força normalizadora e sendo legitimado por uma vontade de saber científica.

A visão foucaultiana da homossexualidade também é uma de suas contribuições para a teoria *queer*. Foucault argumenta que a “categoria homossexual” nasceu no contexto particular de 1870 e deve ser vista como uma identidade construída, e não descoberta. Diferentemente dos discursos religioso e legal anterior ao final do século XIX, que viam a prática da sodomia como um pecado ou crime a ser punido, Foucault vê no discurso médico a partir de 1870 a nomeação do sujeito homossexual como o que ele próprio afirmou ser visto pela sociedade como um tipo aberrante de ser humano, pervertido. Neste sentido

[o] homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo (...) [é]-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular (FOUCAULT, 2006, p. 50).

Se o sujeito que praticava a sodomia devia antes confessar seu crime ou pecado, o homem do final do século XIX que fosse adepto de práticas de sexo com outro homem seria chamado pelos médicos, pela sociedade e por ele próprio, como homossexual. O interesse no sujeito homossexual do século XIX, como argumenta o autor, rescindia sobre sua condição determinada como indivíduo que devia ser tratado, e não sobre sua prática pecaminosa ou ilegal, que deveria ser punida. Esta “criação” do homossexual no final do século XIX, obviamente, não lhe trouxe aspectos positivos. O homossexual

foi “patologizado como um tipo desviante ou perverso, um caso de desenvolvimento inacabado, um caso a ser tratado, uma aberração para a norma heterossexual enfim” (SPARGO, 2000, p. 20). Diante disso, o homossexual viu-se sujeito a formas disciplinares, à marginalização e aos efeitos subordinantes do controle social.

Poder e resistência são um tema profunda e recorrentemente trabalhado na obra de Foucault. O autor argumenta que, ironicamente, foi a condição subalterna do homossexual que lhe conferiu o acesso à resistência. Citado por Spargo (2000), Foucault afirma que “[n]ão há relações de poder sem resistências; as últimas são formas mais reais e efetivas porque são formadas exatamente no ponto em que relações de poder são exercidas” (FOUCAULT, 1980 *apud* SPARGO, 2000, p. 21). No que tange à linguagem, esta argumentação de Foucault parece levar-nos ao que ele chamou de “discurso reverso”, ou seja, o fato de a possibilidade de resistência tornar-se existente exatamente por meio dos mesmos dispositivos discursivos utilizados quando o poder de repressão é exercido. Assim, o sujeito homossexual começa, segundo Foucault (2006), a falar por si só, a defender-se, fazendo uso das mesmas nomeações e categorias pelas quais foi socialmente desqualificado com base na medicina. Além disso, ironicamente, a criação do termo “homossexual”, que conferiu existência ao sujeito homossexual como aquele que foge à norma, criou a própria norma, isto é, o sujeito heterossexual. Por isso, é prudente entender que a teorização de Foucault não toca somente no que concerne ao nascimento da homossexualidade como é entendida hoje, mas à sexualidade como um todo. Percebe-se assim qual parte das raízes da teoria *queer* é foucaultiana: a noção discursiva da sexualidade e questões relacionadas à noção de poder, resistência e conhecimento.

É importante pensar, assim, em como o sujeito homossexual discursivamente ganhou existência. Em seguida, seu árduo caminho à legalidade e, posteriormente, à sanidade. Como vimos, Foucault (2006) nos apresenta uma consistente e persuasiva argumentação acerca da formação do que na atual cultura ocidental entende-se por homossexualidade ou sujeito homossexual uma vez que não houvera categoria de identificação para um sujeito homossexual até a criação discursiva do termo, embora tenha sempre havido práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal de 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia – menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente,

agora o homossexual é uma espécie (FOUCAULT, 2006, p. 50-1, ênfase no original).

Não há, entretanto, completo consenso no que concerne à data de “nascimento” do homossexual. Jagose (2001) demonstra como Bray (1988) afirma que a identidade homossexual surgiu muito tempo antes do que clama Foucault. Para Bray (1988), a origem da homossexualidade moderna remonta ao final do século XVII, quando uma subcultura urbana se espalhou pela cidade de Londres. *Molly houses*, que eram lugares ao norte do Rio Tamisa freqüentados por homens que buscavam sexo com outros homens, se tornaram ambientes também para conversas, bebidas e uma vida social marginal ao que era considerado normal. Com isso, a homossexualidade e as práticas dessa subcultura urbana foram entendidas com vistas a uma comunidade separada, com hábitos sexuais distintos e lugares específicos de convivência.

Não somente pelo fato de ser este um trabalho que se inscreve no campo dos estudos lingüísticos, acredito ser a visão de Foucault (2006) um pouco mais coerente. Primeiro porque não podemos falar da existência de algo que ainda não foi nomeado, o que vale dizer que Bray tão-só pôde fazer sua análise a partir da disponibilidade da palavra “homossexual”, na década de 1980; também porque o ato de nomear a homossexualidade criou também, ironicamente, o sujeito heterossexual.

Apesar de falar da criação do sujeito homossexual social, Foucault, segundo Halperin (1995), ao ser questionado acerca das possíveis causas inatas do desejo sexual por pessoas do mesmo sexo, responde: “Sobre esta questão não tenho absolutamente nada a dizer. Sem comentários.” (HALPERIN, 1995, p. 4). Chamo a atenção para este fato para mostrar que: i) não há consenso acerca das possíveis causas da homossexualidade como também não há consenso acerca das possíveis causas da heterossexualidade; ii) ainda que houvesse tais consensos, foge à finalidade deste trabalho esta análise.

Nos discursos médicos posteriores à publicação do artigo de Westphal, de 1870, a noção do homosexual começa a nascer (FOUCAULT, 2006). “Não mais simplesmente alguém que participa de certos atos sexuais, o homossexual começa a ser definido fundamentalmente em termos desses mesmos atos” (JAGOSE, 2001, p.11). Temos, pois, uma visão da homossexualidade como construída discursivamente. Teóricos dos estudos intitulados *queer* ou dos estudos *gays* e lésbicos que se inserem numa posição construcionista (LOURO, 2004; BUTLER, 1999; CAMERON e KULICK, 2003) com bastante freqüência recorrem a esta visão foucaultiana.

Percebe-se, dessa maneira, uma postura que se opõe a uma visão mais tradicional e essencialista da identidade. “Enquanto essencialistas entendem a identidade como natural, fixa e inata, construcionistas a vêem como fluida, efeito de condicionamento social e modelos culturais disponíveis para o auto-entendimento” (JAGOSE, 2001, p. 08). O impacto dos postulados de Foucault acerca da formação discursiva da homossexualidade, ainda bastante forte e inovador, não nos garante a unanimidade, mesmo entre grupos *gays* e lésbicos organizados, de compreensão da sexualidade como socialmente constituída. Apresento a seguir como isto tem ocorrido no meio acadêmico e de militância, com vistas nos diversos sentidos que a palavra *queer* tem tido nas últimas décadas e como é entendida neste trabalho.

1.2 *Queer* como sujeito e como posicionamento

O termo *queer*, ao longo de sua história, tem tido seus vários usos e significados. Sullivan (2006) demonstra como este termo já foi usado para referir-se a algo estranho, ou a características vistas como não positivas como a loucura. Nas palavras de Louro (2004), *queer* é também raro, esquisito, ou o sujeito homossexual, o bissexual, os transexuais, travestis e *drags*. Dessa forma, no que concerne às questões identitárias, nota-se que o termo está ligado àquilo que foge a uma suposta naturalidade heteronormativa, ou seja, é *queer* quem não é heterossexual. Numa perspectiva pós-estruturalista, o termo também é usado para nomear sujeitos ou atitudes que não buscam ser assimilados por nenhuma forma de enquadramento. Sob esta perspectiva, *queer*

[é] o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referencial, um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2004, p. 7-8, ênfase no original)

Jagose (2001, p. 1) afirma que o termo *queer* já foi utilizado “em sua melhor acepção, como uma gíria para homossexual e, em sua pior, uma termo para o abuso homofóbico”, e que nos últimos anos tem sido usado nas diversas formas, seja como um termo geral para auto-identificações sexuais e também para referir-se a teorias consideravelmente novas que se desenvolvem a partir de estudos *gays* e lésbicos, primordialmente. O grupo participante desta pesquisa é constituído por militantes *gays*/lésbicas em sua maioria e se auto-caracteriza como sendo em prol da diversidade

sexual e política subversiva. Neste ponto percebo a relação entre compreender o que vem a ser teoria *queer* e estudar as práticas lingüísticas dos participantes desta pesquisa.

Anteriormente à visão construcionista da identidade, que impulsionou o surgimento do que hoje se pode chamar de teoria *queer*, organizações *gays* e lésbicas nos Estados Unidos passaram por no mínimo três importantes períodos desde a década de 1950 – a saber, o “movimento homossexual” (*Homophile Movement*), a “liberação *gay*” (*Gay Liberation Movement*) e “o feminismo lésbico” (*Lesbian Feminism*). Esses movimentos sociais, aliados a discussões acadêmicas, proporcionaram o cenário para contestações de posicionamentos heteronormativos resultantes de supostos binarismos sexuais e de gênero que historicamente têm sido tomados como base para o estabelecimento e manutenção de poder em sociedade. Tais contestações de hierarquia entre os sujeitos que se embasa na diferença sexual e de gênero são centrais na teoria *queer* (JAGOSE, 2001; SULLIVAN, 2006), e por isso é importante pensar, ainda que de forma breve, em como se deram esses movimentos para se compreender melhor o surgimento da teoria. Portanto, apresento a seguir, de forma sumária, como estes três momentos da história da militância anti-heteronormativa influenciaram os estudos pós-estruturalistas/identitários tão presentes nas acaloradas discussões acadêmicas atuais. Apresento também algumas considerações sobre o movimento homossexual brasileiro com o fim de configurar melhor o contexto de militância do grupo participante deste estudo.

1.2.1 Movimento homossexual, liberação *gay*/lésbica, feminismo lésbico

Na primeira metade do século XX várias organizações ocuparam-se da luta pela descriminalização da homossexualidade na Europa e nos Estados Unidos. Esta luta resultou no surgimento, na década de 1950, dos primeiros grupos organizados em torno de categorias identitárias *gays* e lésbicas na luta por direitos civis. Nos Estados Unidos, a luta desses grupos ficou conhecida como o Movimento Homossexual (*Homophile movement*), mais comumente associada aos grupos *Mattachine Society* e *Daughters of Bilitis*, de Los Angeles (D’EMILIO, 1983).

O objetivo dos grupos inscritos no movimento homossexual foi, inicialmente, assimilacionista, como argumenta Jagose (2001). Isto se deu no sentido de trazer para a discussão a igualdade entre homossexuais e heterossexuais, com o fim de estabelecer a convivência pacífica e a tolerância às diferenças. Em 1953, a *Mattachine Society* lançou sua primeira publicação da revista *One*. Inicialmente seguindo uma linha de análise marxista de opressão de classe (BUTLER e

RUBIN, 1997; JAGOSE, 2001), a *Mattachine Society* acabou se dizimando e seus membros abrاندando as ligações entre si. Na tentativa de se reorganizar, o grupo elegeu membros e hierarquizou a organização, resultando na fundação de um novo grupo e seus opositores. Por fim, o grupo afirmou-se como altamente oponente à camada heterossexual dominante da sociedade americana, deixando para trás suas considerações e objetivos assimilacionistas: “[d]e forma a enfatizar, novamente, similaridades ao invés de diferenças entre o movimento homossexual e movimentos de liberação, o desenvolvimento da *Mattachine Society* antecipou o que posteriormente veio a ser o movimento de liberação *gay*” (JAGOSE, 2001, p. 26), o que sugere a relação entre os movimentos organizados e aqueles a que deram origem.

A *Mattachine Society*, cujos fundadores eram predominantemente *gays*, se auto-afirmava como um grupo de gênero neutro, o que equivale a dizer que não haveria disputas e/ou hierarquias internas entre *gays* e lésbicas, e que buscavam o fim ímpar de resistir e combater a opressão contra seus membros e categorias. Não obstante, como nos mostram algumas autoras (D’EMILIO, 1983; JAGOSE, 2001, por exemplo), o grupo quase sempre abordava questões pertinentes a seus membros *gays*, ignorando e/ou invisibilizando as lésbicas que do grupo faziam parte. Em 1956, o grupo *Daughters of Bilitis* começou a publicar *Ladder*, uma revista que lidava com questões diversas de interesse e defesa das lésbicas, como maternidade, lésbicas em casamentos heterossexuais e emprego (JAGOSE, 2001, p. 26). Este segundo grupo, portanto, apesar de sua ligação com a *Mattachine Society*, afirmou-se como uma organização em defesa dos interesses das lésbicas.

Nos grupos inseridos no movimento homossexual nos Estados Unidos surgiu certa insatisfação com o posicionamento de seus membros como inferiores à camada heterossexual dominante. Dessa forma, *gays* e lésbicas começaram a militar por uma visão de sua categoria identitária como tão normal e/ou importante quanto a heterossexualidade. Esta postura resultou no que veio a ser chamado “Movimento de liberação *gay* e lésbica”, cujos objetivos não eram assimilacionistas, e sim de liberação. Neste movimento, como demonstra Jagose (2001), foi tomada uma postura por parte dos *gays* e lésbicas que, insatisfeitos com a abordagem persuasiva dos assimilacionistas do movimento homossexual, propunham uma atitude mais agressiva. Os militantes desse novo grupo se auto-declaravam liberacionistas *gays* (mas vale lembrar que eram *gays* e lésbicas), e questionavam conhecimentos convencionais sobre assuntos como comportamento regido pelo gênero, monogamia e a necessidade de sanção dada pela lei. Nota-se, pois, que embora ainda buscando reconhecimento social tal qual os heterossexuais tinham (o que o movimento homossexual já fazia), este novo grupo se distingue porque

[e]nquanto as organizações do movimento homossexual haviam lutado por uma abordagem liberal de mudança social, a liberação *gay* desafiava o *status quo*. O movimento homossexual privilegiava a melhora das relações públicas e apresentava imagens da homossexualidade que seriam aceitáveis pela sociedade dominante. Os liberacionistas *gays*, ao contrário, se recusavam a fazer concessão a anseios heterossexuais e escandalizavam a sociedade com sua diferença ao invés de clamar por posições de igualdade. O movimento homossexual tinha vindo para advogar a assimilação, a liberação *gay* foi construída em torno de uma identidade *gay* distinta (JAGOSE, 2001, p. 31)

Esta nova postura de *gays* e lésbicas pode não nos permitir argumentar que eram mais ou menos políticos do que a do movimento anterior, dado que não há posicionamento que não seja de certa forma político. Entretanto, vêm-se algumas diferenças com relação ao que os grupos buscavam, uma vez que neste novo momento não se quer mais assimilar uma “cultura homossexual” a um “cultura heterossexual”. Pensando nesta divisão em duas “culturas”, os liberacionistas buscavam mostrar que aquela que foi tomada como minoria não aceita ser vista como inferior, doente e digna de dó e compaixão mas, ao contrário, digna de orgulho.

Spargo (2000) também tece considerações expressivas acerca do aspecto político da tendência entre o movimento *gay* e lésbico a partir do final da década de 1960 com relação às categorias identitárias de sexualidade, afirmando que

[a] mais óbvia diferença entre ‘*gay*’ e ‘lésbica’ e categorias anteriores era que, ao invés de ser classificada em uma posição passiva como um objeto de conhecimento, sujeitos que se identificavam como *gays* ou lésbicas escolhiam ou clamavam ostensivamente uma posição. Ser *gay* ou lésbica era uma questão de orgulho, não de patologia; de resistência e auto-afirmação. Da mesma forma que a liberação das mulheres desafiava construções de feminilidade como inferior, passiva, secundária, a liberação *gay* contestava a representação de desejos e relações pelo mesmo sexo como não naturais, desviantes ou incompletas (SPARGO, 2000, p. 28, ênfase no original)

Percebe-se, assim, que há para os liberacionistas a expressão do orgulho de uma identidade. *Gays* e lésbicas, dessa forma, passam a militar sua própria condição social/sexual, não mais através da assimilação pela heterossexualidade como buscavam os grupos do movimento homossexual. Da mesma forma que os heterossexuais têm sua forma de existir no mundo, os homossexuais defendem, no movimento de liberação *gay/lésbica*, sua existência própria e a obrigação da sociedade de respeitá-los ao invés de aceitá-los como vítimas de uma degeneração congênita.

Outra questão bastante recorrente na militância do movimento de liberação *gay* e lésbica é o “sair do armário”⁷, expressão vinda do inglês “*come out*”, entendida como “uma auto-declaração pública e completamente não-ambígua da homossexualidade do sujeito” (JAGOSE, 2001, p. 38). Uma vez que “as campanhas e alianças também poderiam ser vistas como construtoras de uma comunidade, oferecendo a *gays* e lésbicas uma cultura para ser chamada de casa” (SPARGO, 2000, p. 30), “sair do armário” era de importância ímpar, um pressuposto para se posicionar politicamente (de) dentro do movimento. Somente assumindo publicamente uma identidade *gay*/lésbica até então reprimida poderia o sujeito fazer parte da comunidade, e este era o primeiro passo que lhe garantiria agência no movimento e, conseqüentemente, proteção e ajuda dos que se viam na mesma posição. O sentimento de comunidade foi então construído e reforçado no movimento de liberação *gay*, e parece-me que daí surgiu a abertura para vários trabalhos que compreendem grupos de *gays* e/ou lésbicas como se fossem uma comunidade homogênea⁸.

“Sair do armário” era uma necessidade ideológica, uma obrigação para aqueles que do movimento quisessem participar. Somente assumindo-se como lésbica/*gay*, poderia o sujeito contribuir para representar a categoria como uma identidade existente no mundo, no ponto de vista dos militantes, uma identidade reprimida por estruturas de poder heterossexistas que supervalorizavam assimetria de gênero, reprodução sexual e a família patriarcal como núcleo da sociedade (JAGOSE, 2001). Para a liberação *gay*, estar revestido pelo sistema heterossexual equivaleria à impossibilidade de transformá-lo, daí a grande importância do “sair do armário”.

Formulações dominantes de categorias de sexo e gênero (e as instituições que lhes davam suporte) somente seriam erradicadas por *gays* e lésbicas que, recusando aceitar seu *status* subalterno, destruiriam o sistema através de atos literais e simbólicos de violência (JAGOSE, 2001, p. 37).

Pode-se assim depreender que, na visão dos militantes da liberação *gay* e lésbica, “sair do armário” era necessário e equivaleria a pôr-se fora do sistema heteronormativo, que impunha valores da sociedade heterossexual dominante sobre aqueles e aquelas que não eram heterossexuais. Nesse

⁷ Utilizo a expressão entre aspas como forma de questionamento, uma vez que compartilho da visão de autoras como Sedgwick (1990), Jagose (2001), Nelson (2006), entre outras, de que o “sair do armário” não é um ato único, mas resultante de práticas repetidas constantemente.

⁸ Chesebro e Kenneth (1981), Hayes (1981) e Vip e Libi (2006) são exemplos dessa compreensão em estudos de linguagem e identidades, trazendo inclusive termos como *gayspeak*, *queerspeak* ou gíria *gay* para referir-se a escolhas lingüísticas úteis para o “sair do armário”. Outros trabalhos em lingüística, por outro lado, privilegiam o caráter performativo do uso lingüístico nas situações que possibilitam um “sair do armário” contínuo e a percepção que têm os falantes deste “sair”, como os de Livia e Hall (1997) e Harvey (1997).

sentido, “sair do armário” era uma condição além do arbitrário, já que necessária, um pressuposto para a militância por transformações sociais.

A visão do que vem a ser o “sair do armário” (*come out*) e estar “no armário” (*in the closet*), todavia, não foi tão passivamente assimilada, principalmente na academia, nos anos que se sucederam à época do movimento de liberação *gay* (décadas de 1960 e 1970). Apesar da importância dada ao “sair do armário” no movimento, há críticas bastante consistentes ao que vem a ser esta “saída” (SEDGWICK, 1990; JAGOSE, 2001; NELSON, 2006; SULLIVAN, 2006). Para o momento, entretanto, gostaria apenas de fazer uma consideração a respeito deste “movimento de saída”. Se pensarmos no papel constitutivo da linguagem, tal como esta é vista neste trabalho, o afirmar-se como *gay/lésbica* faz parte da constituição do sujeito, discursivamente. Porém, esta constituição não se dá tão somente através da afirmação “Eu sou *gay/lésbica*”, mas na constante reiteração lingüística de uma faceta identitária, entre tantas outras (raça, gênero, nacionalidade, classe social etc), que só pode existir se afirmada e reafirmada para continuar existindo (CAMERON, 2002). Como busco demonstrar nos dados lingüísticos analisados neste estudo, a afirmação e reafirmação identitária de sexualidade, entendida esta como fluida, fragmentada e em hipótese alguma fixa, ocorre o tempo todo: o sujeito se afirma e reafirma na interação lingüística cotidiana, no convívio social, e não se desloca de um lugar sempre fixo nem chega a nenhum porto seguro e definitivo.

Dos desdobramentos teóricos e militantes do movimento de liberação *gay*, podemos enfatizar a posterior crítica à categorização sexual com base em noções de gênero e papéis sexuais que geravam um sentimento de opressão pelos militantes e aqueles que estudavam o assunto academicamente. Não vislumbravam um mundo completamente homossexual. O que o movimento “afirmava é que a homossexualidade tem o potencial de liberar formas de sexualidade não estruturadas através das restrições de sexo e gênero” (JAGOSE, 2001, p. 40). Acreditavam que, com a luta de combate à homofobia e a imposição de uma identidade homossexual, mais do que tolerância para sua orientação seria conseguido, uma vez que, sendo subversiva da heteronormatividade – como acreditavam os militantes do movimento – a homossexualidade abriria espaço para mudanças profundas na estrutura social já que esta se pautava na visão heterossexual de família, reprodução, mercado de trabalho etc.

Houve a busca por subverter a categorização sexual a partir da base de sexo e gênero. É importante pensar, todavia, que a maioria dos militantes era composta por homens, brancos, de classe média e com alta educação formal (ALTMAN, 1972, p. 113-16 *apud* JAGOSE, 2001, p. 40).

Entretanto, a militância não era, em princípio, tão-só em defesa deste grupo, mas abrangia hermafroditas, transexuais e travestis, o que mostra a visão dos militantes de que noções fixas de masculinidade e feminilidade deveriam ser erradicadas se se quisessem alcançar profundas mudanças sociais. A liberação *gay* articulou críticas que produziram discussões e conhecimentos que colocam o gênero como uma opressão construtora da nossa sociedade. Tal visão liga o movimento de liberação *gay* a discussões posteriores, que seriam inseridas no que veio a ser chamado de teoria *queer*.

A visibilidade dos *gays* é historicamente maior que a das lésbicas na maior parte das instâncias sociais – militância, lei, religião etc. Os movimentos homossexual e de liberação *gay*, como já mencionado, foram prioritariamente constituídos por militantes homens até o início da década de 1970, ainda que seus integrantes se declarassem em favor também de causas de interesse de lésbicas (JAGOSE, 2001). As mulheres dentro do movimento, no início dos anos 1970, começaram “a analisar especificamente a posição política das lésbicas, (...) encontraram certa indiferença e até mesmo resistência de liberacionistas *gays* ou organizações feministas” (JAGOSE, 2001, p. 45). É significativo ressaltar esses fatos, pois vejo a existência da repressão a uma minoria dentro de movimentos que se pretendiam liberatórios. É ilusório o pensamento de que lésbicas não sofrem opressão dentro do movimento de liberação *gay/lésbica*. Na revisão dos textos que fazem a leitura do movimento de liberação *gay/lésbica*, nota-se a insatisfação com os rumos que a militância conjunta *gays/lésbicas* estava tomando. Embora o movimento de liberação *gay/lésbica* se pretendesse liberatório das chamadas minorias sexuais, lésbicas sentiam que militavam por interesses dos *gays* e não tinham a mesma solidariedade por parte deles quando o assunto era a opressão às mulheres (JAGOSE, 2001).

Diante desta situação, lésbicas, a princípio aliadas aos movimentos homossexual e de liberação, aproximaram-se do movimento feminista, uma vez que a opressão sofrida pelas mulheres com base em seu gênero era a pauta que merecia maior atenção em seus interesses. Das discussões dentro do movimento feminista surgiu, nos Estados Unidos, o *NOW (National Organization for Women)*, uma organização que tinha como prioridade defender os direitos das mulheres. Esta organização tinha lésbicas em todas as camadas de sua estrutura hierárquica, mas desconheciam ou deliberadamente ignoravam tal situação por verem o lesbianismo como uma forma de diminuição da força da unidade feminista (JAGOSE, 2001). Esta situação resultou no sentimento de rejeição por parte de uma camada numérica e expressivamente influente dentro do movimento e culminou, em 1970, no surgimento do *Lavender Menace*. Este foi um grupo de feministas que defendiam o

lesbianismo como central ao movimento feminista, que o lesbianismo deveria ser sempre (re)afirmado ao invés de negado dentro do movimento e que o lesbianismo deveria ser parte de currículos educacionais como uma prática e expressão legítima de prazer e amor. O grupo *Lavender Menace* veio, posteriormente, a ser auto-intitulado como *Radicalesbians*, e este grupo publicou o artigo *The Woman-Identified Woman*, como descrito em Jagose (2001). “O artigo das *Radicalesbians* coloca as lésbicas muito mais próximas das mulheres heterossexuais do que dos homens homossexuais, argumentando que o ódio direcionado às lésbicas é um efeito da dominação masculina” (JAGOSE, 2001, p. 48). Mais uma vez, tal qual ocorrera entre mulheres lésbicas e homens homossexuais dentro do movimento de liberação *gay*, prevalece o paradoxo com uma polarização de gêneros, porém vinda de dentro de movimentos emancipatórios que buscavam o aceite à diversidade: lésbicas que se vêem mais próximas ao mundo das mulheres heterossexuais do que do dos *gays* por verem nos homens *gays* a opressão advinda do que constituía a dominação masculina.

Percebe-se, então, que a partir dos postulados de grupos como o das *Radicalesbians*, gênero, e não sexualidade, passa a ser a categoria identificatória primária. Se a opressão vem do homem, seja ele de quaisquer orientações sexuais, então a oposição é homem-mulher, não importando em que sentido o desejo sexual do sujeito se direciona, mas sim seu gênero, tomado naquele tempo (década de 1970), ao que parece, como equivalente ao que comumente se entende como sexo. Homem, em sua totalidade, passa a ser entendido como a categoria de gênero que oprime, não importando as sexualidades construídas. Por conseguinte, “[h]omens *gays*, uma vez que são homens, são parte de uma estrutura social opressora que o feminismo lésbico se compromete a combater” (JAGOSE, 2001, p. 50). Embora tenha havido a tentativa posterior de se amenizar essa polarização dentro do movimento *gay* e lésbico, como sugere Rich (1986, *apud* JAGOSE, 2001, p. 50), a maioria das teóricas feministas parece ter se mantido no posicionamento de que, sendo homens, *gays* oprimiam mulheres, lésbicas ou não (JAGOSE, 2001).

Outra questão significativa é o posicionamento étnico dos militantes nesses movimentos. A força motora, se assim se pode dizer, dos movimentos homossexual e de liberação *gay* era composta, em sua maioria, por homens brancos de classe média. Sullivan (2006) dedica um capítulo a este tópico, propondo-se a “examinar criticamente a emergência da noção de raça, os usos diferentes e às vezes conflitantes do termo, e as formas com que a raça intersecta (ou não) questões sobre sexualidade” (SULLIVAN, 2006, p. 57). Com base em postulados de outros teóricos e exemplificando com produções cinematográficas, um dos pontos cruciais discutidos pela autora é o

fato de “a construção da sexualidade ser geralmente tratada separadamente da construção de raça, como se cada configuração de subjetividade pudesse desenvolver-se independentemente da outra” (BARNARD, 1999, p. 200 *apud* SULLIVAN, 2006, p. 66). Sabe-se das dificuldades de se intrincarem questões identitárias tão complexas e abrangentes, porém deixar qualquer uma delas de fora da análise de qualquer outra pode ser recusar-se a abranger os fenômenos por sua complexidade.

Sullivan (2006) faz pertinentes considerações acerca do que Barnard (1999) descreveu como o debate sobre “*gay negro versus negro gay*” (*gay black vs black gay*). O termo “*gay negro*” refere-se a homens *gays* e negros que vêem sua sexualidade como mais representativa de suas identidades ao passo que “*negro gay*” refere-se a homens *gays* e negros que militam mais por sua raça do que por sua sexualidade (BARNARD, 1999 *apud* SULLIVAN, 2006). Sullivan (2006) chama atenção para o fato de que este conflito se deu entre *gays* negros americanos, e não tanto entre *gays* negros e heterossexuais. A questão central é a supervalorização pelos ativistas de uma categoria (*negro* ou *gay*) sobre outra (*gay* ou *negro*). A crença por parte de “negros que são *gays*” de que “*gays* que são negros” subestimam a importância de sua raça é o foco central na discussão desse tópico (SULLIVAN, 2006; JORDAN, 1990). A questão se apresenta de forma bastante complexa, portanto. Isto antes mesmo de considerarmos questões de classe, também relevantes em estudos identitários. Torna-se problemático abordar posicionamentos dentro de qualquer identificação (classe, sexo, sexualidade, gênero, raça) e completamente ignorar outras identificações.

O fato de questões de classe e raça serem deixadas de lado por muitos liberacionistas *gays* e lésbicas e também pelo movimento feminista lésbico não basta para vislumbrarmos as conseqüências da não consideração de assuntos relevantes na política identitária, seja na academia, seja na militância. Jagose (2001) mostra como usando a lógica “iguais porém distintos” oriunda do movimento pelos direitos civis nos EUA, o “(...) modelo étnico foi concebido como uma forma estratégica de assegurar proteção igual ou maior a *gays* e lésbicas, estabelecendo comunidades urbanas lésbicas e *gays* visíveis, legitimando ‘*gay*’ e ‘lésbica’ como categorias de identificação” (JAGOSE, 2001, p. 61, ênfase no original). Entretanto, o que se seguiu a esta visão da comunidade *gay* e lésbica como homogênea acabou por trazer muitas insatisfações na academia e na militância. Gayle Rubin tem em alguns de seus trabalhos, como *The leather Menace* (RUBIN, 1981) e *Thinking Sex* (RUBIN, 1993), exemplos significativos da mudança do olhar sobre categorias identitárias tidas como fixas (homossexual, bissexual, transexual, heterossexual etc) para as práticas identificatórias. Nessa perspectiva, o sujeito não pré-existe às práticas, mas tem identificações (JAGOSE, 2001)

momentaneamente performadas na interação (CAMERON e KULICK, 2003). Este novo olhar para categorias até então tidas como fixas e acabadas, previamente às suas práticas, teve impacto bastante significativo nos estudos pós-estruturalistas, nas mais variadas áreas de pesquisa, produzindo discussões nos meios acadêmico e de militância que originaram a chamada teoria *queer*, como discuto na próxima seção.

Um pouco depois do movimento homossexual e do movimento de liberação *gay* e lésbica nos EUA, surge o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, com a associação de intelectuais exilados pela ditadura militar que traziam sua experiência discursiva do exterior, que não chegara ainda ao Brasil ditatorial (LOURO, 2004). De acordo com Facchini (2005), no Brasil o surgimento do movimento homossexual se relaciona à criação, em 1978, do grupo *Somos*, em São Paulo. Este grupo se compunha, segundo a autora, de um conjunto de organizações e entidades que tinham o fim de, no trabalho conjunto de indivíduos que se viam como pertencentes às várias identidades, defender a liberdade de orientação sexual. Nos anos posteriores, principalmente já na década de 1990, o movimento homossexual brasileiro ganhou mais terreno, utilizando siglas cada vez mais abrangentes, com o fim de incluir um número cada vez maior de indivíduos inseridos nas chamadas minorias sexuais. Dessa forma

[e]m momentos específicos como em 1993, esse movimento aparece descrito como MGL (movimento de *gays* e lésbicas). A partir de 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (*gays*, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999 (...) passa a figurar como um movimento GLBT – de *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros. (FACCHINI, 2005, p. 20).

O número expressivo de siglas ou “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005, p. 21), com desdobramentos e intenções de mercado (como GLS – *gays*, lésbicas e simpatizantes) ou de campanhas de saúde (como HSH – homens que fazem sexo com homens) passa a figurar um número expressivo de entidades que buscavam tornar-se ONGs. Segundo a autora, à época do surgimento desses grupos no Brasil, ser uma ONG era, na perspectiva dos militantes no Brasil, “uma forma de ativismo mais institucionalizado, no sentido de que conformavam entidades com direções formais, que deveriam ter registros de estatutos e personalidade jurídica” (FACCHINI, 2005, p. 22).

Em estudos como o de Fry (1987), de acordo com Facchini (2005), percebe-se no movimento homossexual brasileiro a partir da década de 1970, “a busca de legitimação de um sistema classificatório” (FACCHINI, 2005, p. 34), com intuítos segregacionistas, ao invés do que propunha o modelo assimilacionista. Nesse sentido, o movimento homossexual no Brasil parece

aproximar-se dos objetivos dos militantes dos movimentos sociais nos Estados Unidos tal qual demonstrado anteriormente: passam de uma perspectiva assimilacionista para uma postura liberatória.

Ao longo da década de 1990, provavelmente devido também à teorização *queer*, a busca por intitucionalizar-se como ONGs formais e hierarquizadas deixa de ser um ponto crucial para os militantes do movimento homossexual no Brasil (FACCHINI, 2005). Há, na verdade, a busca (ou ao menos postula-se tal busca) pela não normatização, pela luta em prol da diversidade mesmo dentro dos movimentos emancipatórios. O grupo que participa do presente estudo é, segundo os próprios integrantes, militante na luta contra a discriminação sexual e de identidades de gênero, como busco demonstrar com mais ênfase no capítulo metodológico do trabalho. A experiência trazida pela teorização resultante das discussões acadêmicas e pela militância, historicamente, parece contribuir para os posicionamentos que o grupo afirma buscar e para a importância social que afirmam ter tais posicionamentos.

1.3 Estranhamento (*queering*) de identidades e o olhar para as práticas

Retomo que o termo *queer* vem do inglês e, a princípio, era utilizado para referir-se, de forma pejorativa, a homossexual. Posteriormente, *queer* passou a significar “(...) o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*” (LOURO, 2004, p. 7). Com o lema ‘*We’re here! We’re queer! Get used to it.*’ (‘Estamos aqui! Somos *queer*! Acostume-se.’), militantes gays e lésbicas, principalmente do movimento de liberação, utilizaram o termo até então ofensivo para, em contrapartida e deliberadamente, enfraquecer seu poder de ofensa. Dessa forma, *queer* veio a ser não só a designação do sujeito da sexualidade “desviante”, mas do sujeito que orgulhosamente se afirmava como tal. Posteriormente, o termo foi utilizado numa tentativa mais audaciosa de não simplesmente nomear as categorias já existentes *gay* e *lésbica*. O uso da palavra passou a ser empregado na tentativa de rejeitar a compreensão ortodoxa e heteronormativa das identidades sociais. Assim, a palavra passa a incluir categorias outras – como travestis, transexuais, hermafroditas – que, independentemente de seu objeto de desejo, se definiam como tal. Nesta perspectiva, portanto,

[*q*]ueer não era concebida como uma categoria de identidade como eram *gay* e *lésbica*; o que *queer* significava era mais um conjunto de posições político-culturais que, na verdade, era crítica do tipo de política identitária representada tanto por

movimentos *gays* quanto feministas durante os anos 1980 e 1990. A militância *queer* foi orientada pela teoria *queer*, uma importante corrente na qual uma crítica ao conceito de ‘identidade’ foi sustentada, bem como a visões essencialistas das quais tal conceito dependia (CAMERON e KULICK, 2003, p. 28, ênfase no original).

Queer, como se vê, é um termo usado como adjetivo, como substantivo e, em inglês, também como verbo, no sentido de estranhar, provocar, subverter algo que se coloca como normal, natural, central ou estável. Estranhar a forma com que identidades aparentemente se apresentam, estranhar a forma com que têm sido experimentadas e vistas socialmente, estranhar construtos teóricos é, pois, o posicionamento *queer*. Militantes e acadêmicos *queer* questionavam a visão heteronormativa do mundo e a palavra veio a ser usada para designar as teorias que se propuseram a desconstruir, estranhar, subverter aquilo que até então era tido como natural e familiar, como questões de poder vinculadas em sociedade à diferença sexual e de gênero.

Na crítica e irreverente introdução ao seu livro, Louro (2004) discute como a disposição normatizadora da pesquisa em educação, por exemplo, se contrapõe ao que veio a ser conhecido como teoria *queer*. A autora mostra a lógica que supõe o sexo como um dado anterior à cultura. Nesse sentido, “[t]al lógica implica que esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo” (LOURO, 2004, p. 15, ênfase no original). Dessa maneira, haveria sob a perspectiva dessa lógica criticada pela autora, uma ligação direta e conseqüencial entre sexo-gênero-sexualidade.

Louro (2004) sugere como haverá sempre aqueles que colocar-se-ão dentro dos limites impostos socialmente, mas também aqueles que pôr-se-ão nos limiares, além daqueles que se recusarão a categorizar-se, sofrendo por isso as sanções da (não)pertença. Sobre isto, “[p]or certo os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos. O processo, contudo, não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade” (LOURO, 2004, p. 17). Temos nesse posicionamento a consideração do que Butler (1999) chamou e discutiu como sendo a “matriz heterossexual”, segundo a qual sujeitos nasceriam em uma sociedade que os faz, através da performatividade repetida de atos semióticos, heterossexuais. Nesse sentido, aqueles que se colocam (ou são colocados) fora de uma inteligibilidade prevista na matriz heterossexual tornam-se seres abjetos por não serem inteligíveis, compreensíveis como o que socialmente se espera do ser humano considerado normal (BUTLER, 1999).

A matriz heterossexual, normativa por excelência, é que, ao mesmo tempo, garante a inteligibilidade social do sujeito através do sexo que rege os corpos, estando portanto o sexo,

tomado em uma suposta divisão binária, ligado à ação da matriz heteronormativa (BUTLER, 2001). Ressalte-se que, ainda de acordo com a autora, a categoria “sexo” é sócio-cultural, uma vez que resulta do fato de o sujeito assumir um sexo que operará sobre os corpos. Este ato de tomar um sexo é, na perspectiva butleriana, regido pelas construções também sócio-culturais do gênero. Dessa forma, não é o gênero uma categoria cultural que resulta de uma suposta natureza biológica, o gênero

(...) não é a extensão conceitual ou cultural do sexo cromossômico/biológico (...), mas uma prática discursiva constante e constantemente estruturada em torno da heterossexualidade como a norma das relações humanas. A heterossexualidade compulsória é instalada no gênero através das produções de tabus contra a homossexualidade, resultando em uma falsa coerência entre gêneros aparentemente estáveis ligados aos sexos biológicos apropriados (SPARGO, 2000, p. 54).

Portanto o sexo, que governa os corpos que produz, é que resulta do que culturalmente se constrói como gênero, e aquilo que Butler (2001) se refere como “normas regulatórias do “sexo”” contribui para a construção cultural da “materialidade dos corpos” e, especificamente, “para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 2001, p. 154, ênfase no original). A materialidade do corpo se torna, dessa forma, resultante da operação do poder, e sexo é uma das formas regulatórias pelas quais o sujeito “simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2001, p. 155). Por isso é que, na produção dos corpos que se enquadrem nesta inteligibilidade cultural, a matriz também opera na criação daqueles que não são inteligíveis, já que os põe fora do aceitável. O deslocamento para fora das regras da matriz parece, assim, também operado pela matriz.

Assim “[e]ventualmente, em vez de serem repetidas, as normas são deslocadas, desestabilizadas, derivadas, proliferadas (...)” (LOURO, 2004, p. 17), o que equivale a pôr-se contra aquilo que se nos impõe como “normal”, e nos ajuda a ver o caráter não-natural das categorias identitárias de sexo, gênero e sexualidade. O suposto auto-posicionamento de sujeitos e sua materialização como fora do padrão esperado a partir da matriz heterossexual mostra como todas as identidades são, na verdade, instáveis e culturalmente inventadas. Por isso “[a] subversão de gênero e sexualidade é política exatamente por se inscrever num campo perigoso, uma vez que ataca categorias tidas como fixas, naturais, normais, seguras e universais” (LOURO, 2004, p. 23). Nesse

sentido é que estudos das mais variadas áreas, porém ligados pelos temas em comum de identidade, sexualidade, poder e conhecimento acabaram por desencadear a teoria *queer*.

Para autoras como Spargo (2000) e Louro (2004), por exemplo, ao passo que o discurso teórico resulta num posicionamento “positivo” da identidade sexual *gay* com contornos também fixos, embasada em práticas sexuais com sujeitos do mesmo sexo, essa definição aparentemente indiscutível pode ser questionada. O que parecem argumentar é que, embora muito se credite à definição de identidade sexual como o resultado ou a causa do desejo sexual por um sujeito com um dado sexo e gênero, o sujeito-objeto de desejo não pode, por si só, definir a identidade sexual do indivíduo. Tendo a concordar com as autoras, principalmente quando considero a possível multiplicidade de direções em que o desejo do sujeito pode se orientar. Numa perspectiva *queer*, portanto, buscar referir-se ou sinalizar identidades fixas, completas, é ilusório (SPARGO, 2000; JAGOSE, 2001; LOURO, 2004).

Gayle Rubin, especialmente em seu artigo *Thinking Sex* (RUBIN, 1993) e sua entrevista com Judith Butler (BUTLER e RUBIN, 1997) discute as mais variadas formas de desejo sexual, como o sadomasoquismo, por exemplo, que certamente entrariam em choque com categorizações identitárias essencialistas. Adeptos do sadomasoquismo obtêm prazer sexual em provocar dor no parceiro ou na parceira, ou sentir a dor provocada, e o sujeito que provoca ou sente a dor não necessariamente precisa sempre ser do mesmo sexo que seu parceiro. Dessa forma, como dizer se adeptos do sadomasoquismo, por exemplo, são bissexuais, heterossexuais, homossexuais etc, com base no desejo se o que lhes traz prazer não é necessariamente o sexo do sujeito com quem mantêm relações sexuais? Seria mais viável, aparentemente, tratar da ação de provocar dor ou sentir dor em relação a posições do poder que se estabelecem, são (re)afirmadas ou modificadas na relação sadomasoquista. Em princípio, pode-se pensar, o poder reside naquele que comanda, geralmente entendido como o sado na relação. Entretanto, tal comando precisa do aval do masoquista, podendo ser interrompido com uma *safeword*⁹, por exemplo. Parece produtivo, dessa maneira, analisar não a categoria sexual a que possivelmente se insere o parceiro, mas nas intrincadas relações de poder que se estabelecem quando se tomam questões identitárias, e pensar a prática do sadomasoquismo é um exemplo de como tal análise pode ser feita. Em uma perspectiva lingüística, torna-se produtivo pensar não somente em quem fala, esse sujeito aparentemente pronto que age, mas também no que o

⁹ Palavra ou frase que é negociada previamente entre o submisso e o dominador na relação sexual sadomasoquista para que, quando dita por um dos envolvidos, faça com que alguma atividade seja imediatamente interrompida. Para uma interessante abordagem acerca dos efeitos do uso lingüístico e sadomasoquismo, dentre outras práticas, ver Kulick (2003).

seu uso lingüístico produz, que sujeitos surgem do ato de falar e, conseqüentemente, que relações de poder se estabelecem no uso lingüístico atreladas a questões identitárias de sexo, gênero, sexualidade, raça, classe social etc.

Sem negar a existência da matriz heterossexual e sem negar que vivemos sob a ação desta matriz, Sullivan (2006) também nos mostra variadas formas de identificações, resultantes, na verdade, da não categorização do desejo sexual e/ou suas identificações sociais: *cross-dressers*, *drag-queens* e *drag-kings*, pessoas com dois sexos, *hermaphrodykes* (hermafrodita que se identifica como alguém que tem desejo sexual por mulheres), lésbicas masculinizadas, homens *gays* efeminados, indivíduos com dois gêneros, andróginos, transexuais etc. Como podemos ver, uma classificação sexual-identitária com base no sujeito-objeto de desejo é limitada. Por outro lado, a categorização sexual-identitária por auto-definição também se mostra problemática dada a multiplicidade de potenciais auto-identificações dos sujeitos. Esta impossibilidade de categorização emblemática de sujeitos é produzida na teorização *queer*, que subverte e parece desestruturar abordagens essencialistas nos estudos identitários, já que esta teoria estranha, desestabiliza qualquer sujeito central, não vendo como possibilidade o enquadramento de subjetividades sexuais com base em uma ilusória essência. Na perspectiva *queer*, identidades são entendidas como performadas, com vistas nas práticas semióticas do sujeito, fluidas, fragmentadas.

A “desestruturação” trazida pela teoria *queer* no nível teórico, portanto, mostra que objetos de estudo bem delimitados podem não ser tão não-problemáticos como se pensa em várias áreas. Nesse sentido

[a]s condições que possibilitam a emergência do movimento *queer* ultrapassam, pois, questões pontuais da política e da teorização *gay* e lésbica e precisam ser compreendidas dentro do quadro mais amplo do pós-estruturalismo. Efetivamente, a teoria *queer* pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de significação (LOURO, 2004, p. 40).

Por isso, embora a expressão “teoria *queer*” seja usada como um termo geral para denominar o estudo cultural de auto-identificações sexuais marginalizadas (JAGOSE, 2001, p. 1), o mesmo termo também é usado para “(...) descrever um modelo teórico nascente que se desenvolveu a partir de estudos *gays* e lésbicos mais tradicionais” (JAGOSE, 2001, p. 1). Na verdade, a teoria *queer* é um campo que, por definição, recusa-se a ser visto como específico e fixo. Por isso é que “(...) quanto mais ela converge para se tornar uma disciplina acadêmica normativa, menos *queer* “a teoria *queer*”

pode plausivelmente buscar ser” (HALPERIN, 1995, p. 113, ênfase no original). Butler (1997) afirma também que seria o trágico e triste fim da teoria *queer* tentar normatizá-la.

Este trabalho não se pretende exaustivo, nem ingênuo ou deliberadamente ignorante da complexidade dos fenômenos que aborda. Assim, tomo os participantes como sujeitos em constante construção performativa na interação lingüística. Da teoria *queer*, tomo identidades sexuais e de gênero como fragmentadas e fluidas tal qual explicitado, além das noções discursivas de sexo, gênero e sexualidade, para tratar de como a sinalização e a construção das identidades se dão lingüisticamente, em contextos sociais que, exatamente por isso, implicam em conhecimento, poder e resistência. Olho para a possível operação da matriz heterossexual e penso em como, no uso lingüístico entre os participantes, a matriz potencialmente opera ou é rejeitada no ambiente de coleta de dados que, de acordo com os participantes da pesquisa, é subversivo, politizado e uma tentativa de busca de uma sociedade menos opressora, menos oprimida e mais justa.

Partindo de Austin (1975), apresento na próxima seção uma visão performativa da linguagem, que é posteriormente relacionada por outros autores (BUTLER, 1999; KULICK, 2003, dentre outros) à visão também performativa de identidades.

1.4 A fala que age: a linguagem na perspectiva austiniana

Uma visão da linguagem como sendo performativa é primeiramente proposta pelo filósofo da linguagem inglês J.L. Austin em seu póstumo *How to do things with words* (AUSTIN, 1975). Em suas palavras, “[p]or muito tempo os filósofos viram toda e qualquer afirmação como podendo somente descrever algum estado de coisas, ou afirmar algum fato que fosse necessariamente verdadeiro ou falso” (AUSTIN, 1975, p. 1). Nessa visão anterior a Austin, um enunciado poderia ser visto tão somente como verdadeiro ou falso. Assim, dizer ‘O livro está sobre a mesa’, por exemplo, seria uma descrição/constatação do mundo real, julgada como verdadeira ou falsa caso o livro estivesse ou não sobre a mesa. Segundo Austin, esta seria uma visão muito limitada da linguagem, que nem sempre tão-só constataria a realidade, mas também, por vezes, a criaria.

Austin propõe então uma divisão de enunciados na linguagem. Desta forma, haveria os enunciados *constativos*, que fariam uma constatação do “mundo real”, e que seriam verdadeiros ou falsos de acordo com a realidade. Além desses, haveria os enunciados que performam a ação à qual se referem, denominados *performativos*. Nesse sentido, dizer, por exemplo: ‘Vamos ao cinema

amanhã?’, não constata um aspecto do mundo real, mas, ao contrário, age sobre o mundo, pois realiza o ato ao qual se refere, daí a denominação “atos de fala” (AUSTIN, 1975). Quando *A* diz esta frase a *B*, *A* não leva *B* a saber algo novo da realidade, porém convida *B* a ir ao cinema, e tal convite só se faz possível através de sua enunciação.

Os enunciados *a priori* escolhidos por Austin para exemplificar a performatividade da linguagem são aqueles pertencentes ao mundo jurídico. Dizer ‘Sim, aceito’, no altar, diante da autoridade para realizar o casamento é, pois, não uma constatação de um casamento, mas o casamento em si. Aquele que diz “sim”, nesse caso, casa-se, portanto age, ao dizer “sim”. Por não descreverem a realidade, mas agir sobre ela, os performativos, segundo Austin, podem ser *felizes* ou *infelizes*, mas nunca verdadeiros ou falsos, como os constativos. Se o casamento aqui referido é parte de uma peça teatral, por exemplo, ou se a autoridade necessária não se faz presente, o enunciado ‘Sim, aceito’ será infeliz, pois não realizará a ação à qual se refere. Na primeira parte de *How to do things with words*, portanto, o autor nos apresenta a distinção entre enunciados constativos, que constata uma realidade, e os performativos, que a criam ao passo em que a linguagem é utilizada.

Esta distinção entre constativos e performativos é, na teorização de Austin (1975), um ponto significativo em seu empreendimento para contestar uma visão, segundo o próprio autor, simplista e limitada da linguagem, vigente até então. Nas palavras de Culler (1999):

A distinção entre performativo e constativo capta uma diferença importante entre tipos de enunciados e tem a grande vantagem de alertar-nos sobre até que ponto a linguagem performa ações ao invés de somente remeter-nos a elas. (Culler, 1999, p. 8)

Além de considerar esta importância da distinção entre os dois tipos de atos de fala feita por Austin (1975), Culler (1999) ressalta como discussões em torno dos atos de fala ainda persistem no meio lingüístico acadêmico no que concerne à sua definição. Mostra-nos também a tentativa de Austin de criar uma lista de verbos performativos como ‘declaro’, ‘ordeno’, ‘prometo’, ‘afirmo’ etc. Entretanto, como sugere Culler (1999), em muitos enunciados performativos não há nenhum verbo da lista dos performativos relacionados por Austin e, não obstante, a ação se dá pela enunciação. Assim, segundo Culler e como se pode notar mesmo em *How to do things with words*, Austin sentia um certo desconforto com esta divisão de verbos e mesmo com a divisão constativo-performativo. Sentenças que, *a priori*, eram vistas como puramente constativas como ‘The cat is on the mat’ (*O*

gato está sobre o tapete) (AUSTIN, 1975, p. 95), foram então questionadas quanto a tal pura constatação. Dizer ‘O gato está sobre o tapete’ não somente constata que o gato está sobre o tapete, mas leva o interlocutor a sabê-lo e, portanto, age sobre o mundo. Assim, Austin chega a um ponto em que vê o constativo como um tipo particular de performativo.

Dada essa particularidade e considerando a linguagem como rodeada de performatividade, Austin (1975) propôs a separação de cada enunciado em três níveis. Chamou de *locucionário* o ato de dizer algo; *ilocucionário* aquele que reflete o ato que realizamos ao dizer algo, que conteria a *força ilocucionária*; e *perlocucionário* o efeito sobre os locutores a partir do que é dito. Os três níveis de separação propostos por Austin (1975) ocorrem em cada enunciado, e não em enunciados diferentes. Segundo Pinto (2001, p. 58), na frase ‘Eu vou estar em casa hoje’, o locucionário é o conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado; o ilocucionário é a força que a locução tem (pergunta, afirmação, promessa, ameaça etc); o perlocucionário é o efeito produzido no interlocutor, que poderá sentir-se feliz com a promessa da presença de uma pessoa querida, ou pressionado pela promessa da presença de alguém indesejado etc.

De acordo com Kurzon (1998), o perlocucionário, isto é, o efeito, pode ser não o esperado por aquele que diz algo. Assim, embora o perlocucionário contenha a finalidade, a que Austin chama de objetivo perlocucionário (*perlocutionary object*), o interlocutor “pode reagir de forma totalmente diferente, ignorando o falante” (KURZON, 1998, p. 573), por exemplo. Isto nos mostra as inúmeras possibilidades de conseqüências de um ato perlocucionário. Por isto é que “os atos de um enunciado ocorrem simultaneamente, são relativos ao contexto de fala e às pessoas que falam, e são interpretáveis com uma amplitude muitas vezes difícil de ser descrita nos limites de uma análise lingüística” (PINTO, 2001, p. 59).

Dessa forma, a leitura de *How to do things with words* demonstra que, ao longo de suas conferências, Austin chega a uma visão da linguagem como rodeada de performatividade, sempre. Uma questão que me parece importante observar é o silêncio como um ato de fala. Cameron e Kulick (2003, p. 119) mostram como, ao ensinar regras de boas maneiras, por exemplo, os adultos ensinam as crianças como *não* se deve falar e, por extensão, as ensinam como ser rude. Por isso, não dizer ‘*please*’ (por favor) em uma ordem dada em inglês realiza o ato de ser rude, implicando em um efeito perlocucionário no interlocutor. É claro que tal efeito dependerá do conhecimento que o falante tem da língua, como também de seu conhecimento cultural do lugar onde a língua é falada, além de uma infinidade de outros aspectos circunstanciais. Da mesma forma, podemos pensar nas pessoas que têm a libido aumentada durante a relação sexual quando falam coisas obscenas ao

parceiro (ou dele ouvem) durante a relação. Outras pessoas, ao contrário, têm a libido diminuída nesses casos. Estas últimas podem, talvez, ficar em silêncio durante a relação, aumentando assim seu prazer e envolvimento sexuais. Temos, assim, dois exemplos em que possíveis perlocucionários (ser rude, no primeiro exemplo; excitar-se sexualmente, no segundo) se dão exatamente pelo silenciamento, efeitos que só ocorreram porque não foram ditos, e parece-me que o silêncio não é abordado como ato de fala com frequência.

A teorização de Austin tem influenciado, desde o final da década de 1960, vários campos de inquirição, além da Lingüística e suas subáreas. Ao apresentar este breve resumo da teoria dos atos de fala, busco mostrar como Austin partiu de uma visão da linguagem em que via o *constativo* e o *performativo*, e chegou a uma visão de todo ato de linguagem como sendo *locucionário*, *ilocucionário* e o *perlocucionário*, portanto performativo. Pretendo, também, sinalizar para a aparente influência desta visão da linguagem como performativa nos estudos de identidade.

1.5 A performatividade de identidades no uso lingüístico

Judith Butler é uma das maiores expoentes nos estudos feministas, apresentando em seu livro *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, publicado pela primeira vez em 1990, “o texto mais influenciador em teoria *queer*” (SPARGO, 2000, p. 52). Seus trabalhos, principalmente a partir da década de 1990, têm influenciado os estudos de identidades, feminismo e estudos *gays* e lésbicos. Butler (1999; 2001) apresenta gênero, sexo e sexualidade como performativos. Ela argumenta que estas categorias identitárias são produções culturais e sociais, ao invés de serem baseadas em uma identidade biológica. Apesar de Butler (1999) não referenciar Austin (1975), também está na teorização de performatividade identitária de Butler a teoria dos atos de fala, como argumentam autores como Louro (2004) e Kulick (2003), dentre outros. Da mesma forma que, na visão austiniana, um enunciado age sobre a realidade a partir de convenções sociais, o gênero, para Butler (1999), é performativamente constituído, e não o que se é (essência) ou com que se nasce. Nesse sentido

[a] distinção entre o performativo e o constativo foi a dimensão da teoria de Austin que Butler desenvolveu em seu trabalho. Tratando de gênero, Butler afirma que enunciados como ‘É uma garota’, proferidas por um médico a uma mãe que acaba de dar à luz não são meramente descritivos. Como o enunciado ‘Eu vos declaro marido e mulher’, proferido pelo padre, um enunciado como ‘É uma garota’ performa um ato, *faz algo*, na análise de Butler. (KULICK, 2003, p. 139-140, ênfase no original)

Por isso, a identidade não pré-existe ao gênero, mas é constituída na repetição socialmente aceita das práticas ligadas ao gênero, sendo o sujeito “(...) retroativamente produzido por tais normas, em sua repetição, precisamente como seu efeito” (BUTLER, 1999, p. 12), e não sua causa, como se pensava até então. Há, portanto, uma mudança na abordagem do gênero, que passa a ser visto como sócio-culturalmente construído e, não, dado em função dos órgãos genitais do indivíduo. Assim, a partir dos postulados de Butler (1999), passa-se a ver “identidades de gênero e comportamentos de gênero produzidos ao mesmo tempo” (CAMERON, 2005, p. 484), e gênero deixa de ser a interpretação cultural dada à diferença biológica sendo, ao invés disso, criado nas ações repetidas do indivíduo, que são socialmente reconhecidas como relativas ao sexo. Este, por sua vez, também é interpretação cultural e resulta de uma generificação que, na matriz heteronormativa, precisa ser binária para ser socialmente inteligível e/ou aceitável. Dessa forma, o gênero é performativo, resultante de práticas semióticas reiteradas, e o sexo é efeito do gênero (BUTLER 1999; 2001; HALL, 2007).

Por constituição de gênero, na argumentação de Butler (1999), Cameron (2002) afirma podermos entender também a constituição de qualquer categoria “de identidade social aparentemente substancial e fixa” (p. 16), o que estende o caráter sócio-cultural de identidades. Um caso relatado por Romaine (1994) de um indivíduo gêmeo que foi criado e educado como menina apesar de nascido com órgãos genitais masculinos é significativo no que concerne à constituição social de identidades. Aos sete meses de idade, o garoto e seu irmão gêmeo foram submetidos a uma cirurgia para circuncisão, que causou uma queimadura quase total em seu pênis. Aconselhada por um médico, a família autorizou uma cirurgia para reconstruir os genitais do menino como uma menina. A partir daí, mudaram suas roupas e a forma de tratá-la. Quando a criança estava com quatro anos de idade, sua mãe reportou quão impressionada ela estava com a feminilidade de sua filha, que era organizada, vaidosa e meiga, características comumente dadas a garotas. Efetivamente, não foi exatamente a cirurgia plástica feita na criança que redirecionou a constituição de seu gênero, e sim as práticas semióticas socialmente ligadas ao feminino a que foi submetida. É nesse sentido que Butler (1999) argumenta a performatividade do gênero e da sexualidade, que precisa de repetição e reafirmação para existir e continuar existindo.

No entanto, pode-se questionar a validade desse exemplo pelo fato de que o mesmo, aparentemente, constitui mais uma exceção do que uma regra, argumento este que leva ao que Butler (2001) discute no tocante ao fato de a heterossexualidade ser compulsória: socialmente, o indivíduo nasce para ser heterossexual. Assim, no caso dos gêmeos, a mudança física feita foi uma

exceção em função das circunstâncias dadas, com o objetivo único de adequar a situação à heterossexualidade, que é a regra. Caso o pênis não tivesse sido queimado na primeira cirurgia, a criança teria sido educada para ser homem, o que também se inscreve na regra heterossexual. Por conseguinte, fica invalidado o argumento da exceção com respeito ao exemplo dado, já que em todas as situações a matriz heterossexual é que parece ditar o que deve ser feito (no caso, educar a criança como menina).

Partindo da preocupação de algumas feministas de que o trabalho de Foucault centralizara-se em questões de sexualidade somente, Butler (1999) restaura gênero como uma questão central para análise de desejos e relações sexuais (SPARGO, 2000). Com base no argumento foucaultiano de que sexualidade é discursivamente produzida, Butler (1999; 2001) estende tal alcance discursivo ao gênero, apresentando este como performativo. Ao argumentar que o gênero não pré-existe às práticas que parecem apenas expressá-lo, Butler (1999) conflui a visão de formação discursiva da sexualidade com a formação de gênero, além de mostrar este como performativo, questionando também a visão de qualquer identidade de gênero e sexualidade como central e outra(s) como marginal(ais). Dessa forma, gênero não é uma extensão cultural ou conceitual do sexo biológico, mas uma prática discursiva constante, moldada com base na visão da heterossexualidade como norma das relações humanas (SPARGO, 2000). Neste sentido, a heterossexualidade se torna socialmente compulsória, propulsora de poder e hierarquia entre os sujeitos a partir da produção de “tabus contra a homossexualidade, resultando numa coerência falsa entre gêneros estáveis aos sexos biológicos apropriados” (SPARGO, 2000, p. 54).

A visão de Butler é vista como a continuação do projeto de Foucault (SPARGO, 2000; HALL, 2007) também porque que vê também no corpo a possibilidade de um estudo genealógico com base na interpretação discursiva a ele dada. A autora afirma que “a inquirição crítica que localiza as práticas regulatórias dentro das quais contornos corporais são construídos constitui precisamente a genealogia “do corpo” em sua discrição que pode ainda radicalizar a teoria de Foucault” (BUTLER, 1999, p. 169, ênfase no original), o que parece estar ligado à visão de formação discursiva de sexualidade, dado que corpos também são cultural e socialmente interpretados com base na diferença de sexo com vistas a uma inteligibilidade a ser garantida pela heteronormatividade, e somente por esta. Palavras como ‘masculino’ e ‘feminino’, ‘macho’ e ‘fêmea’ são “termos naturalizados que mantêm a matriz escondida e, portanto, protegida de uma crítica radical” (BUTLER, 1999, p. 141). Dessa forma, se por um lado a matriz garante a existência sócio-cultural de inteligibilidade dos corpos, são os corpos por ela naturalizados que lhe garantem a

invulnerabilidade à crítica. Parece ser parte do projeto de Butler – e da teoria *queer* –, entretanto, desestabilizar esta invulnerabilidade e pretensa naturalidade da forma com que os corpos são constituídos culturalmente.

Entender sexo, gênero e sexualidade como performativos, no sentido que Butler argumenta, é pensar nessas categorias identitárias como efeito da performatividade, não a causa das práticas do sujeito. Segundo a autora, “atos, gestos e desejo produzem o efeito de uma substância central, mas a produzem *na superfície do corpo*, por meio do jogo de ausências que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como uma causa” (BUTLER, 1999, p. 173, ênfase no original), sugerindo assim que a pretensa naturalidade e concretude de identidades são ilusórias, porém fixadas em práticas reiteradas. Dessa forma, a suposta essência ou identidade que tais atos e gestos se propõem apenas expressar, na verdade, “são *construções* inventadas e sustentadas em sinais corporais e outros meios discursivos” (BUTLER, 1999, p. 173, ênfase no original). A “naturalidade” de sexo, gênero e sexualidade é, assim, materializada em sua performatividade, socialmente vista como sua causa essencial quando é, na verdade, seu efeito real.

Sendo o efeito e não a causa das práticas identitárias, sexo, gênero e sexualidade ganham amplitude e multiplicidades de existência dificilmente abrangidas a partir de um ponto fixo. Neste sentido, termos como “transexual”, “heterossexual”, “lésbica”, “travesti”, “homossexual”, “masoquista” etc se tornam incapazes de abranger as possibilidades de desejo e comportamento social ao tentarem rotular sujeitos com base em seus corpos e/ou objetos de desejo. Se sexo, gênero e sexualidade não estão de forma não problemática e diretamente ligados ao corpo senão pela matriz heteronormativa, socialmente imposta, então a pré-existência de identidades se torna ilusória; categorias como sexo, gênero e sexualidade não podem mais ser enquadradas (por serem fluidas), apresentam-se de forma fragmentada (uma vez que são performativas, situacionais, portanto nunca completas). Identidades estão posicionadas diferente e politicamente nos diversos momentos de interação do sujeito, que é socialmente assujeitado pela matriz heteronormativa em jogos de poder e resistência, e nesse sentido podem ser estudadas – com vistas nas relações de poder cuja constituição, reafirmação e mudança embasam socialmente. A contribuição de Butler se torna evidente uma vez que em sua obra, iniciando-se principalmente em Butler (1999), encontramos a confluência das bases da teoria *queer* partindo de sua noção de performatividade, aparentemente desenvolvida a partir da teoria dos atos de fala.

A referência ao gênero, entretanto, segundo Butler (1999), não garante a formação do sujeito como tal. É a repetição massiva dessas práticas socialmente reconhecidas que lhes confere o

poder de performatividade construtora da subjetividade, historicamente. Isto nos faz pensar no caráter iterável do ato de fala, defendido por Derrida (1991 *apud* CAMERON e KULICK, 2003). De acordo com Cameron e Kulick (2003), Derrida (1991) argumenta que os performativos não funcionam primeiramente por causa da intenção do falante. O autor não desconsidera a relevância da intencionalidade na linguagem, mas insiste que o performativo funciona porque traz consigo formas convencionais da linguagem que já existem antes que o falante as diga. Assim, a linguagem funciona porque é iterável, isto é, composta de enunciados que podem ser e são repetidos. Da mesma forma, como nos mostra Butler (1999), a construção identitária somente é possível devido ao caráter iterável, repetível, das práticas que são socialmente entendidas como tão somente expressão de identidades. Assim como o funcionamento dos atos de fala está garantido por sua reiteração que, ao mesmo tempo é repetição e nunca é idêntica, a constituição de identidades de gênero e sexualidade, para Butler (1999), se dá na reiteração de práticas, sendo estas repetidas, porém nunca idênticas.

Portanto, a noção de performatividade identitária trazida por Butler (1999) possibilita a problematização das identidades como fixas e concretas e sugere uma “saída” para a questão: se é na performatividade que identidades se constituem, é possível entendê-las como não fixas, não acabadas, fluidas. Isto equivale a dizer que: i) a identidade não existe sem a repetição de práticas semióticas, pois é nestas que a constituição identitária se dá, não havendo sujeitos essencializados, pré-existentes a tais práticas; ii) há o caráter constante de constituição de subjetividades: se é necessária a repetição performativa, então a constituição identitária é constante; e iii) uma vez que a reiteração, a performatividade necessária, se mostra de maneiras diferentes, as identidades são fluidas, e vê-las enquadradas em categorias fixas é limitá-las ao que na verdade não alcança sua abrangência. Identidades não são, dessa forma, vistas como fixas e acabadas: “[a]s identidades sociais não são singulares, mas construídas de forma fragmentada, fraturada, múltipla, portanto, (...) entendidas como um feixe de traços identitários que coexistem, às vezes de forma contraditória, na construção das diferenças de que fomos feitos” (MOITA LOPES, 2003, p. 28).

Se, por um lado, uma teoria sobre o uso lingüístico como ação influenciou os desdobramentos de uma teoria sobre a performatividade de categorias identitárias que entende estas como resultantes de práticas semióticas reiteradas, estas práticas performativas de identidade podem ser estendidas ao uso lingüístico. Em uma perspectiva discursiva,

[...] a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico (MOITA LOPES, 2003, p.19).

O discurso é, dessa forma, entendido como ação. A relação ao contexto interacional específico e ao outro ligado na interação, característica intrínseca à linguagem, possibilita a negociação de significados que, dentre outros aspectos, constrói identidades sociais discursivamente (MOITA LOPES, 2002).

Categorias identitárias não são “constantes dadas como certas, pressupostas, mas são comunicativamente produzidas” (GUMPERZ, 1993, p. 5). Nesse sentido, Cameron (2002) afirma aplicar-se o argumento de Butler “também ao uso lingüístico, e de forma especial à fala: pois há ‘estilizações’ da voz (altura, tom e acentuação) e de escolhas lexicais, gramaticais e interacionais cujas repetições contribuem para a construção de uma identidade social e pessoal ‘solidificada’ do falante” (p. 17, ênfase no original). Por isso, o uso lingüístico, argumenta a autora, não é algo que ocorre com base em uma identidade já constituída, pois a identidade precisa ser afirmada e reafirmada lingüisticamente para existir e continuar existindo: “[s]e a identidade pré-existe à linguagem, se ela é dada, fixa e pressuposta, então por que os falantes precisam marcá-la tão assídua e repetidamente?” (CAMERON, 2002, p. 17).

Uma das formas pelas quais se podem abordar questões de linguagem e identidades é, segundo Cameron (2002), através do estudo de *higiene verbal*. Este conceito refere-se ao “conjunto de práticas normativas metalingüísticas que surgem da vontade do falante de tratar de assuntos do uso lingüístico” (CAMERON, 2002, p. 237). Nesta tentativa de normatização, segundo a autora, o falante busca “melhorar” ou “limpar” o uso da língua. É preciso ressaltar que não se trata somente do prescritivismo da gramática tradicional, mas principalmente de usos ordinários da língua. Uma consideração importante da autora para sua argumentação é a de que “pessoas não somente usam a língua, mas comentam o uso lingüístico que fazem” (CAMERON, 2002, p. 01). Por isso, também ao comentar, discutir, falar do uso lingüístico nas diversas situações, os falantes acabam criando formas convencionadas de falar.

Em sua teorização sobre higiene verbal, Cameron (2002) examina práticas nas quais as pessoas regulam o uso lingüístico, e argumenta que tais práticas fornecem relações entre a linguagem e a forma como as pessoas se relacionam e se constituem. O ensino da gramática nas escolas, regras de estilo de acordo com gêneros textuais, opiniões em favor ou contra o uso

considerado politicamente correto, considerações das pessoas acerca da ligação entre uso lingüístico e classe social, gênero, escolaridade, situação de fala etc, são todos exemplos de prática de higiene verbal que, segundo Cameron (2002), ligam-se a tentativas simbólicas e sociais de impor a ordem no mundo. Estudar higiene verbal é particularmente interessante porque

o conflito torna visíveis os processos pelos quais normas são criadas e os processos pelos quais normas são quebradas, trazendo à tona os argumentos que permeiam as regras. Práticas de higiene verbal que não são objeto de debate também são esclarecedoras: quando examinadas de perto, mostram como normas são naturalizadas e como formas ('convencionais') não questionadas de comportamento são implicitamente entendidas pelos atores sociais. (CAMERON, 2002, p. 17, ênfase no original)

Nesse sentido, como argumenta a autora, o estudo de práticas metalingüísticas normativas, contestadas ou tomadas como certas, jogam luzes na relação entre linguagem, sociedade e identidade. Neste estudo, retomo este olhar sobre o próprio uso lingüístico na fala dos participantes da pesquisa, relacionando sua prática de higiene verbal a questões de identidade, conhecimento e militância.

O componente lingüístico, neste trabalho, é tomado com base em seu aspecto interacional, considerando-se a interação, dado seu caráter convencional, como um relevante aspecto de reiteração de práticas lingüísticas que contribuem para a performatividade identitária na linguagem. A noção de estratégias discursivas (GUMPERZ, 1982) é trazida da sociolingüística interacional para estudar como tais estratégias constituem uma forma de, por meio de recursos lingüísticos e paralingüísticos, performar identidades em sua repetição, negociação, co-constituição enfim, e a relação entre identidades e operações do poder. Sendo, por um lado, o uso lingüístico uma forma com que identidades são performadas e constituídas e, por outro, a ligação socialmente instituída entre poder/resistência a noções de sexo, gênero, sexualidade e conhecimento, busco investigar como questões hierárquicas são reiteradas (materializadas, remarcadas, possivelmente modificadas) no uso lingüístico com base na interação pelas estratégias discursivas. Apresento, por conseguinte, no próximo capítulo, construtos teóricos ligados à interação relevantes para a análise dos registros feitos neste estudo.

CAPÍTULO 2

Interação e constituição de identidades

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'.

(FAIRCLOUGH, 1994, p. 22)

As palavras de Fairclough (1994) que são usadas como epígrafe deste capítulo são representativas no sentido de considerar não só o discurso como ação, mas como ação que constitui identidades. O estudo de práticas discursivas, nesse sentido, implica no estudo de identidades sociais. Ao mesmo tempo, torna-se inevitável estudar identidades sem considerar as práticas lingüísticas que as constroem. Dada a importância da alteridade e da situacionalidade no estudo de práticas discursivas (MOITA LOPES, 2003), a interação e os mecanismos nela envolvidos tornam-se, pois, de importância ímpar para o estudo sobre a constituição identitária em sociedade. Neste capítulo proponho-me considerar esta importância da interação nos jogos discursivos que constroem identidades e a importância de aspectos interacionais, através da negociação de significados, na afirmação e reafirmação de questões de poder na interação lingüística. O foco está nas pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982; 1992) e no controle interacional (FAIRCLOUGH, 1994), neste estudo vistas como estratégias discursivas.

2.1 Sociolingüística Interacional

O americano J. Gumperz tem desenvolvido diversas e importantes pesquisas inseridas na lingüística. É a partir de Gumperz (1982) que se tem a interação como um dos focos de análise, daí a nomeação de seu campo de estudos de sociolingüística interacional. O autor coloca no centro da análise traços lingüísticos contextuais anteriormente deixados de fora dos estudos da linguagem. Sua teorização sobre pistas de contextualização traz como suporte a teoria dos atos de fala, principalmente no que concerne à força ilocucionária contida em uma elocução. É importante pensar na relevância da força ilocucionária (AUSTIN, 1975) – entendida na visão de Gumperz (1982) como importante para a sinalização e interpretação de pistas lingüísticas convencionalmente

contextualizadas – na(s) interpretação(ões) conferidas às interações e percepções lingüísticas que focalizo neste estudo.

Com base na consideração de que comunicar está muito além de meramente falar, Gumperz mostra como

[u]ma teoria geral das estratégias discursivas deve, dessa forma, começar especificando o conhecimento lingüístico e sociocultural que precisa ser compartilhado se se busca manter envolvimento conversacional, para então lidar com o que concerne à natureza da inferência conversacional que possibilita a especificidade de interpretação cultural, subcultural e situacional (GUMPERZ, 1982, p. 3).

Parece claro, do ponto de vista de Gumperz, que lingüística e sociologia se necessitam em profundidade. Da mesma forma que sociólogos empregam conhecimentos da lingüística acerca de semântica e sintaxe referencial para suas discussões, por exemplo, lingüistas necessitam a todo momento tomar emprestadas noções de grupo, *status*, papel e função social em seus trabalhos acerca das regras de uso lingüístico em sociedade (GUMPERZ, 1982, p. 4).

Quanto a questões de estabelecimento e manutenção ou não de poder/resistência construídas no uso lingüístico com base em identidades, centrais neste estudo, parece-me bastante significativa a observação de Gumperz de que

[q]ualquer teoria sociolingüística que tente lidar com problemas de mobilidade, poder e controle social não pode pressupor uma uniformidade de dispositivos de sinalização como uma pré-condição para a comunicação efetiva. Comparações dicotômicas simples entre grupos supostamente homogêneos e supostamente diversos, dessa forma, não fazem justiça às complexidades da comunicação em situações de constante mudança social como as em que vivemos. Precisamos ser capazes de lidar com graus de diferenciação e, através de estudos de caso intensivos, aprender a explorar como tais diferenciações afetam a habilidade dos indivíduos de manterem a interação social e serem entendidos quanto aos seus objetivos e motivações (GUMPERZ, 1982, p.7).

Ao tecer tais considerações, o autor se baseia no quase que completo desaparecimento de sociedades igualitárias e homogêneas, considerando a necessidade de uma abordagem mais aberta à variação intra e inter-comunidade. Diferentemente do que se aceitou como verdade absoluta até a década de 1970 em sociolingüística, Gumperz (1982) mostra como não é preciso nem mais possível considerar estratificações homogêneas no estudo de comunidades de falantes. Este posicionamento me parece significativo após as considerações históricas que levaram a um olhar anti-normatizante da teoria *queer*. O que penso ser válido é a abertura metodológica para olhar para os dados a partir de um

ponto de vista não enquadrador, não pensando nos participantes como se fossem lingüístico-identitariamente iguais.

Pensando no uso lingüístico e seus efeitos de construção identitária no grupo pesquisado, julgo pertinente a visão de como tais diferenças têm sua importância na sinalização de informações e levantamento e manutenção aparentemente sutis de poder, *status*, papel e ocupação sociais que constituem nossa vida (GUMPERZ, 1982). Gumperz discute como, já na década de 1970, a sociolingüística tinha disponíveis métodos de investigação que possibilitavam olhar para aquilo que parecia ser tudo que os estruturalistas queriam evitar: o uso concreto da linguagem em sociedade por ser este representativo de uma suposta não-sistematicidade rejeitada pela ciência. Se antes havia o empreendimento de inquirição acerca de um fato social, alheio a interferências individuais, investigações como as de Labov (1969; 1980), por exemplo, apontavam para a necessidade e possibilidade de se estudar a língua em uso, com variáveis controláveis (embora não aparentemente), na estratificação social. O posicionamento contrário de Gumperz (1982) acerca desta sociolingüística, que tomava a comunidade como homogênea, se faz claro e traz para o centro da discussão a interação lingüística e as estratégias conversacionais até então deixadas fora da análise.

Gumperz (1982) sinaliza para uma possibilidade de não incorrerem nos mesmos problemas tradicionais da área, que residiam exatamente no fato de se basearem *a priori* em categorias sociais (classe, ocupação, etnia etc) ao invés de sociolingüísticas. Evitar tais problemas clássicos, dessa forma, equivale a entender o fenômeno sociolingüístico não como uma extensão de categorias sociais, mas todos os aspectos envolvidos na interação conversacional. Considerando a diversidade lingüística como mais do que uma questão puramente de comportamento, o autor afirma que esta funciona

(...) como um recurso comunicativo nas interações verbais do dia-a-dia no sentido de que, numa conversação, os interlocutores – para categorizar eventos, inferir intenções e apreender expectativas sobre o que poderá ocorrer em seguida – se baseiam em conhecimentos e estereótipos relativos às diferentes maneiras de falar (GUMPERZ, 1982, p. 99).

O autor afirma ainda que “as pessoas decidem interpretar uma determinada elocução com base em suas definições do que está acontecendo no momento da interação” (GUMPERZ, 1982, p. 99). Ao defender que a atividade, entendida como “a unidade básica de interação socialmente significativa nos termos da qual o significado é avaliado” (LEVINSON, 1978 *apud* GUMPERZ,

1982, p. 130-131) não determina o significado, mas sim restringe as possibilidades interpretativas, Gumperz (1982) alude ao que Austin (1975) chamou de força ilocucionária.

Com base no valor atribuído à interação na análise da língua na sociolinguística interacional a partir de Gumperz (1982), discuto na próxima seção a importância da interação nos estudos linguísticos e, conseqüentemente, nesta pesquisa.

2.2 Interação

A busca pela construção semântica é intrínseca ao uso linguístico, sendo o discurso o “local” para esta construção de significados: “[o]s participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso em circunstâncias culturais, históricas e institucionais participares” (MOITA LOPES, 2002, p. 30). Dessa forma, é por meio da interação “que as pessoas constroem os significados com os quais vivem” (MOITA LOPES, 2002, p. 30). Os significados construídos no uso linguístico integram identidades sociais, uma vez que estas resultam também da prática linguística na repetição de estilizações socialmente constituídas (CAMERON, 2002). Por isso, torna-se importante estudar a forma com que os significados resultam da interação linguística.

Tomar o significado como uma construção social implica alteridade e contexto como questões centrais (MOITA LOPES, 2002). Como o autor argumenta, a relação com o outro envolvido na interação molda o que dizemos pela percepção que temos do outro e de como somos por ele percebidos. Por isso é tão importante entender a construção de significados – e de identidades – em uma perspectiva interacional. Esta alteridade não é definida ao acaso, mas em sua ligação com o contexto, entendido este como “uma produção dos próprios participantes, isto é, uma construção interpretativa através da qual definem a situação com o objetivo de resolver tarefas práticas” (BANGE, 1992, p. 18 *apud* MOITA LOPES, 2002, p. 33). Entendendo a ligação intrínseca entre como significados são construídos na interação e o fato de esta estar pautada na relação com o outro e com o contexto, entende-se também como processos interacionais ocorrem de forma pautada nas posições de simetria/assimetria na sociedade (MOITA LOPES, 2002). Por isso, Moita Lopes (2002) argumenta ainda que é importante analisar as diversas maneiras usadas pelos falantes para agir discursivamente no mundo tanto quanto analisar os significados por eles construídos.

Entender a linguagem como inerentemente interacional é pensar nesta como um ato social. Em outras palavras, é difícil conceber a língua de forma não problemática sob uma

perspectiva que não a valide com base em questões de interação, uma vez que “a língua evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 1992, p. 24). Uma visão da linguagem como fortemente interacional tem como base o uso lingüístico, uma vez que a língua se faz, na perspectiva de Bakhtin (1992), a partir dele.

Sugere-se, dessa forma, que o estudo da língua esteja pautado em seu uso pelos falantes. Sob uma perspectiva interacional, é tarefa da sociolingüística “(...) explicar o significado da linguagem na vida humana, e não em termos abstratos, não em frases superficiais que podem ser encontradas em ensaios e livros, mas na vida concreta dos seres humanos” (HYMES, 1972, p. 41). Entendo que, para tanto, é necessário observar e estudar as relações estabelecidas entre as pessoas através da linguagem, considerando a importância tanto do sistema lingüístico quanto de seus usuários e usuárias. Portanto, é sobre a interação pela linguagem que se podem de fato estudar fatos (sócio)lingüísticos.

Partindo da afirmação de Bakhtin (1992) de que a realidade fundamental da linguagem é a interação, Brait (2003, p. 220) afirma esta como “(...) um componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem”. Portanto, ainda segundo a autora, a interação é sociocultural, com características lingüísticas e discursivas que podem ser estudadas. Na interação é possível investigar relações entre os falantes, estabelecidas pelo modo como a conversa está organizada. Não somente o que é dito, portanto, mas também como é dito e o que causa torna-se de crucial importância na análise interacional. Entonação, gestos, expressões faciais, escolhas lexicais, estratégias discursivas enfim, tornam-se evidências de um projeto textual oral, compreendidos pelos interactantes, quando do estabelecimento da interação lingüística.

Na comunicação pela interação na linguagem, não somente a competência lingüística se torna importante, mas também a competência de uma intrincada rede de aptidões. Hymes (1972), refutando o alcance do conceito de Chomsky (1965) de competência lingüística, chamou esta complexa rede de aptidões de *competência comunicativa*, incluindo, pois, na competência para o uso lingüístico, a interação com a competência daquele com quem se fala e o lidar com o que surge no processo lingüístico-interacional. Segundo Gumperz (1986), a noção de competência comunicativa viabiliza o estudo de processos de categorização sociolingüística, fornecendo a visão de uso lingüístico relacionado a processos sociais, adicionando uma dimensão importante à análise lingüística. Desta maneira, convergindo com a visão de Hymes (1972), sugere-se que falantes de

uma língua “(...) combinam sua competência lingüística com outras competências, o que lhes possibilita utilizar formas lingüísticas em diferentes contextos, em diferentes situações de comunicação, com diferentes finalidades” (BRAIT, 2003, p. 222-223). Nesse sentido, na interação que ocorre no uso da língua, não somente há trocas e expressão de idéias, mas a construção conjunta do texto, desempenhando papel crucial nesta construção cada participante da interação.

Além do que é dito na interação lingüística, participantes em uma conversação são conscientes (ou ao menos projetam) aquele ou aquela que é o outro no jogo interacional, as intenções de quem fala sobre si e o outro, bem como sabem que estratégias lingüísticas e paralingüísticas utilizar para levar o outro a cooperar no processo (BRAIT, 2003). Neste jogo de intenções e interações, não somente conhecimentos estruturais da língua são utilizados, mas “normas e estratégias de uso” adicionadas e combinadas com “regras culturais, sociais e situacionais, conhecidas e reconhecidas pelos participantes do evento conversacional” (BRAIT, 2003, p. 222-223). No transcorrer de uma conversa, várias estratégias são postas em uso com o fim de obter sucesso no projeto de fala dos envolvidos na interação (BRAIT, 2003). Aspectos de tomada de turno e prosódia explicitam estratégias conversacionais, mas há outros aspectos também envolvidos nesta troca interacional, e é a *competência avaliativa* dos falantes que os faz capazes de, de certa forma, interpretarem (ou inferirem) as estratégias do outro (BRAIT, 2003).

Apresento, na seção a seguir, as considerações de Gumperz (1982; 1992) acerca das estratégias discursivas. Apresento também considerações sobre pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982; 1994) e sobre controle interacional (FAIRCLOUGH, 1994), considerando ambos no escopo mais abrangente de estratégias discursivas neste estudo.

2.3 Estratégias discursivas

Como busquei demonstrar, tomar a língua como instrumento de comunicação entre as pessoas não implica simplesmente dizer que um locutor transmite uma mensagem a outrem. O ato comunicativo vai além da emissão de sons que remetem a significados previamente considerados e tomados como válidos entre os interactantes. Em sua introdução a *Discourse Strategies*, Gumperz (1982) ressalta que, para participar de trocas verbais, criando e mantendo o envolvimento conversacional, “precisamos de conhecimento e habilidades que vão consideravelmente além da competência gramatical que precisamos para decodificar mensagens curtas e isoladas” (GUMPERZ, 1982, p. 1). O autor prossegue, afirmando ainda que, antes mesmo de decidirmos participar em uma

interação lingüística, fazemos uso de nossa capacidade de inferir pré-conhecimentos necessários à interação em foco e o que é esperado de nós. O texto de Gumperz (1982) sugere que tais inferências se dão, de modo geral, inconscientemente, e a elas chama “estratégias discursivas” (GUMPERZ, 1982, p. 3). Isto equivale a dizer que, na maioria das vezes, o falante não se dá conta da complexidade dos processos pelos quais passa antes, durante e depois de se engajar em uma conversa, mas que, na verdade, são utilizados a todo momento durante a interação – ou seja, reiterados performativamente.

Em sua teorização sobre estratégias discursivas, Gumperz (1992) refere-se a convenções contextuais sociolingüísticas utilizadas durante o processo interacional no uso lingüístico para sinalizar as intenções dos falantes. Considero o estudo das estratégias discursivas utilizadas pelos participantes deste estudo representativo para mostrar como, com base em contextualizações convencionadas materializadas nas estratégias em uso, a performatividade lingüística confere existência e permanência a identidades de sexo, gênero e sexualidade e suas implicações sociais.

Entendendo estratégias discursivas, de forma mais ampla, como inferências feitas pelo falante quando da interação com outrem com base no que é dito e em pressupostos interacionais, tomo duas categorias como mais representativas de estratégias discursivas neste estudo: i) as pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982; 1992); e ii) controle interacional (FAIRCLOUGH, 1994). As pistas de contextualização são importantes na interação do grupo pesquisado por sinalizarem como questões identitárias são construídas no discurso tanto naquilo que é dito quanto no que é implícito na superfície da mensagem negociada. A relevância do controle interacional como estratégia discursiva neste estudo reside no fato deste controle se dar, segundo Fairclough (1994), com base na construção de questões de poder na estrutura social de uma cultura. Nas duas próximas seções discuto esses dois grupos de estratégias discursivas, começando pelas pistas de contextualização.

2.3.1 Pistas de contextualização

Tomo o conceito de “contextualização” como sendo “o uso que falantes e ouvintes fazem de sinais verbais e não-verbais para estabelecer a relação entre o que é dito em dado momento e lugar e o conhecimento adquirido em experiências anteriores”, sendo tal uso empregado com o objetivo de “recuperar pressuposições necessárias à manutenção do envolvimento conversacional e avaliar o que se pretende na comunicação” (GUMPERZ, 1992, p. 230). Para Gumperz (1992), a

noção de contextualização deve estar ligada a três princípios básicos: i) a interpretação de qualquer declaração é sempre ligada a inferências feitas no contexto de trocas interativas cuja natureza é definida pelo que é dito e pela forma com que é interpretada; ii) as inferências têm base na pressuposição, portanto têm caráter sugestivo, não assertivo, na busca interpretativa pelo ouvinte do que o falante busca expressar em termos ilocucionários¹⁰; iii) as interpretações são feitas e validadas cooperativamente nas interações lingüísticas; e, considerando a relevância da iterabilidade na performatividade lingüística (ver nota 10, nesta página), acrescento mais um princípio iv) a forma com que a interpretação ocorre nas trocas interacionais liga-se ao caráter formulaico, repetível, das estratégias discursivas. Nesse sentido, citando Gumperz (1992), Moita Lopes (2002) afirma que em uma conversa os participantes fornecem pistas de contextualização, “que indicam como um enunciado particular deve ser contextualizado ou interpretado” (p. 33). Por isso, percebe-se que o quarto princípio sugere que a contextualização é compreensível apesar de não totalmente recuperável por dar-se sempre em descolamentos semânticos resultantes da reiteração lingüística.

Neste estudo, considero a importância das pistas de contextualização, entendidas como “traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam”, e através dos quais os ouvintes “interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que a precede ou segue” (GUMPERZ, 1982, p. 100). O autor afirma que, embora o potencial de sinalização concernente à direção semântica seja universal, a interpretação local do significado dentro de um contexto dado é uma questão socialmente convencionada. Com base em tal convenção, Gumperz (1982) pondera que o empreendimento metodológico da sociolingüística deve ocupar-se da análise de “fenômenos de contextualização que subjazem aos julgamentos locais que os participantes de uma conversa tecem uns dos outros” (GUMPERZ, 1982, p. 101), isto é, as pistas de contextualização devem ser estudadas em relação ao processo e ao contexto. Nesse sentido, investigar pistas de contextualização em termos abstratos torna-se inviável, dado que os falantes lançam mão de tais pistas em momentos situados, não podendo as pistas de contextualização ser interpretadas sem se considerar a situação em que são usadas, e os usuários da língua envolvidos na situação dada. Além disso, é necessário

¹⁰ Ao tomar a relevância da busca do ouvinte pela interpretação do que o falante quer negociar, considero a importância também da intenção do falante na interação. Atente-se também, entretanto, para a interpretação derridiana apresentada por Cameron e Kulick (2003) da força ilocucionária resultante da reiteração do ato de fala, ao invés de ocorrer em termos puramente intencionais do falante ou de interação situacional. Neste estudo, esta interpretação de todo ato de fala como tendo força ilocucionária resultante da natureza formulaica, portanto convencional do uso lingüístico é, a partir dos postulados de Butler (1999), estendida à constituição de identidades na performatividade lingüística (CAMERON, 2002).

ponderar, como faz Gumperz (1982; 1992), para a possibilidade de os falantes não atentarem ou não entenderem as estratégias usadas pelo(s) interlocutor(es), abrindo espaço para mal-entendidos, que são estruturalmente explicáveis com base na contextualização lingüística.

As pistas de contextualização estão presentes na superfície das mensagens que os falantes sinalizam e servem para que os interlocutores interpretem o que está acontecendo, o que é sentido e dado/esperado do que é dito, e como tudo isto se relaciona ao que foi e ao que será dito (GUMPERZ, 1982). Dessa forma, as pistas de contextualização são, em sentido mais amplo, entendidas como estratégias discursivas sociolingüísticamente instituídas que sinalizam as intenções comunicativas dos falantes. Tais intenções sinalizadas, por estarem ligadas ao caráter formulaico, porém de previsto deslocamento semântico no uso lingüístico, podem e são interpretadas muitas vezes de forma distinta do que é intencionado. Para Gumperz (1992), as pistas de contextualização operam em quatro níveis básicos de comunicação lingüística, como ilustra o quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Níveis de comunicação lingüística e pistas de contextualização (GUMPERZ, 1992, p. 231 – adaptado)

NÍVEL	PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO
Prosódia	Entonação, mudanças de tom, acentuação, etc.
Sinais paralingüísticos	Pausa e hesitação, sincronia conversacional, sobreposição ou fechamento de turnos, gestos etc.
Escolha do código	Mudança de código ou estilo, ou seleção fonética, fonológica ou morfossintática etc.
Escolha de formas lexicais ou expressões formulaicas	Expressões metafóricas, léxico e semântica etc.

Gumperz (1992) afirma que as pistas de contextualização funcionam comunicativamente de forma relacional tornando salientes certas unidades lexicais ou fonológicas. Além disso, citando Silverstein (1977), o autor salienta que as inferências não estão facilmente acessíveis através da memória do falante por não se darem no nível totalmente consciente. Dessa forma, as interpretações situadas estão ligadas ao contexto de fala, e somente desta maneira podem ser “recuperadas” e estudadas. Entendo que, na observação das situações de fala, estão as pistas de contextualização passíveis de estudo para indicar maneiras lingüísticas e paralingüísticas com as quais identidades são negociadas no discurso, e neste sentido emprego seu estudo aos registros deste trabalho.

As pistas de contextualização atuam em três planos inferenciais de conversação: a percepção de sinais auditivos e visuais, a avaliação da intenção comunicativa, e o plano mais amplo da sinalização do que é esperado da interação em qualquer parte de seu desenvolvimento

(GUMPERZ, 1992). No primeiro plano são considerados sinais não vocais, como gestos, por exemplo, além da relação de unidades sonoras a significados. No segundo plano, o autor parece considerar o que Austin (1975) chama de “força ilocucionária”, isto é, o potencial de efeito posto na enunciação. No terceiro plano, de forma mais abrangente, estão incluídos possíveis resultados da interação, tópicos (in)adequados e a qualidade do relacionamento entre os participantes da conversa, passíveis de produzir interpretações dos participantes em qualquer momento da interação. Vale lembrar que, segundo Gumperz (1992), apesar da apresentação didática e estratégica dos planos inferenciais, os três ocorrem ao mesmo tempo na interação entre os falantes.

Retomo que “uma grande parte da linguagem natural é formulaica, automática e ensaiada, ao invés de proposicional, criativa ou de geração espontânea” (FILLMORE, 1976 *apud* GUMPERZ, 1982, p. 102). Dessa forma, o uso de expressões compartilhadas por falantes aponta para as possíveis expectativas e objetivos que se quer alcançar, bem como as respostas esperadas em uma dada interação. Por essa razão, Gumperz (1982) chama a atenção para o fato de que a sociolinguística deve saber lidar com a natureza formulaica das elocuições e como estas são sinalizadas pelos interlocutores. Segundo o autor, sendo de natureza formulaica, os sinais lingüísticos e paralingüísticos já fazem parte do conhecimento compartilhado dos falantes antes mesmo da interação ocorrer. Esta consideração é importante para este trabalho, uma vez que novamente reitera o caráter de convenção social das sinalizações em situações particulares.

2.3.2 O controle interacional

Como afirmado anteriormente, tomo o controle interacional neste estudo como uma estratégia discursiva por considerar que por meio desse controle se estabelecem interpretações e construções discursivas que estão “à margem” do que é explicitamente dito, com base em convenções contextualizadas. Para Fairclough (1994), o controle interacional é uma propriedade analítica do texto, e inclui gestão de turnos, estrutura de troca, controle de tópicos discursivos, controle de agendas e formulação. Para Galembeck (2003), a organização do texto conversacional pode ser compreendida na verificação de processos pelos quais a alternância de papéis de falante e ouvinte em uma interação ocorre. Estudar o controle interacional estabelecido na conversa é, desse modo, investigar uma das formas pelas quais o texto oral se estrutura, tomando sua interface com questões de poder exercido na conversação.

Entendendo como turno conversacional qualquer intervenção, de extensão qualquer, dos participantes de uma conversa (MARCURACHI, 1999), tomo como tópico conversacional o conceito exposto por Brown e Yule (1983) e citado por Galembeck (2003), como aquilo acerca do que se fala em um ou mais turnos conversacionais tomados pelos participantes da interação. Dividem-se os tipos de conversação em simétricos e assimétricos no que concerne aos turnos (GALEMBECK, 2003). No caso dos primeiros há preponderância das falas de valor referencial, isto é, nas quais se desenvolve o tópico do diálogo. Já nos segundos, o falante que toma os turnos somente “segue” ou “acompanha” as palavras de seu interlocutor.

No que diz respeito à gestão de turnos, isto é, aos procedimentos pelos quais o ouvinte pode tornar-se falante e vice-versa, Galembeck (2003) observa a troca de falantes. Na troca de falantes, pode haver passagem requerida de turno – sendo esta assinalada por uma pergunta direta ou por marcadores que testam a atenção ou buscam a confirmação do ouvinte (como “né?”, “não é?”, “o que você acha?” etc). Há também a passagem consentida, que corresponde a uma entrega implícita do turno, quando o ouvinte percebe a assinalação do final do turno por uma frase declarativa, por exemplo. Por assalto ao turno, o autor entende o intervir de um participante sem que tal intervenção tenha sido solicitada, representando o que Marcuschi (1999) define como uma violação do princípio básico da conversação segundo o qual somente uma pessoa deve falar por vez. Segundo Marcuschi (1999) o assalto pode ocorrer com deixa (hesitação do falante marcado por pausas, repetições etc) ou sem deixa, quando o falante “invade” a fala de seu interlocutor de forma brusca e inesperada. Também na gestão de turnos, Galembeck (2003) fala da sustentação do turno, recurso pelo qual, com base na vulnerabilidade de sua posição como falante que detém o turno, o participante de uma interação mantém seu turno. A sustentação do turno pode ser conseguida com marcadores que buscam aprovação discursiva (como “Entende?” “Né?” “Não acha?” etc), repetições, alongamentos, elevação da voz etc.

No que concerne à tomada de turno, Fairclough (1994) considera três regras ordenadas na conversação: (1) a pessoa que está falando pode escolher a próxima a falar; (2) qualquer participante pode se escolher como o próximo falante; (3) caso (1) ou (2) não ocorra, a pessoa que está falando pode continuar. Entretanto, o autor comenta o fato de a distribuição de turnos não ser sempre construída com base em direitos iguais. Dessa forma, há interações do tipo poderosos (P) e não-poderosos (N-P), na qual é comum que P escolha N-P, mas não o contrário; P escolhe a si mesmo, mas N-P não pode fazê-lo. Entendo, entretanto, que na interação linguística, tal qual na estrutura social, P é construído em redes sociais negociadas discursivamente, e somente tomada a

situação de fala pode-se falar em P e N-P de forma mais clara e menos problemática. Em outras palavras, dada a circulação do poder em redes sociais (FOUCAULT, 2006), pode ser problemático falar onde ou em quem está o poder, quem é P e quem é N-P.

Sinclair e Coulthard (1975), citados em Fairclough (1994), falam do tipo de troca pergunta-resposta-avaliação na interação lingüística. É certo que estes autores tratam deste ciclo de troca interativa entre professor e alunos em sala de aula, mas esta estrutura abre espaço também para outras menos específicas, envolvendo duas categorias ordenadas, como pergunta-resposta, cumprimento-cumprimento, reclamação-pedido de desculpa etc (FAIRCLOUGH, 1994). A natureza do sistema de trocas, relevante para a tomada de turnos, concerne também, segundo o autor, ao que as pessoas podem dizer e quando podem fazê-lo. Assim, em situações de fala como as discussões do grupo em estudo neste trabalho, por exemplo, há noções talvez implícitas acerca do que se pode e quando se pode falar ligadas a questões identitárias que parecem afetar a forma com que as pessoas negociam suas subjetividades. Fishman (1983), por exemplo, citado por Fairclough (1994), mostra certa assimetria na tomada de tópicos entre homens e mulheres na interação doméstica entre casais. No exemplo de Fishman, apesar do fato de que as mulheres oferecem mais tópicos do que os homens, os tópicos destes últimos são aceitos com mais frequência do que aqueles oferecidos pelas mulheres.

Fairclough (1994) fala também da determinação e policiamento de agendas na interação lingüística. Pela argumentação do autor, entendo como agenda a ordem e extensão dos assuntos tratados na conversação. Nota-se, dessa forma, a ligação entre a determinação e policiamento de agendas e as tomadas de turnos, com a diferença de que estas últimas podem permanecer no mesmo tópico discursivo ao passo que a agenda pode incluir vários tópicos discursivos. Segundo o autor, “[a]gendas explícitas e implícitas são ‘policiadas’, no sentido de que P mantém outros participantes, de várias formas, em suas agendas durante a interação” (FAIRCLOUGH, 1994, p. 196, ênfase no original).

O último aspecto do controle interacional apresentado e discutido por Fairclough (1994) é a formulação. Nesta, segundo o autor, P pode, por exemplo, combater a ambivalência ou silêncio de N-P, forçando N-P a ser explícito. A formulação também pode ser empregada nas tentativas de ganhar a aceitação de outros para aquilo que é dito ou sugerido na interação. Formulações são comuns em inquéritos policiais, interações entre professores e alunos, entrevistas de rádio etc (FAIRCLOUGH, 1994). Como se pode perceber, na argumentação e exemplificação do autor, a formulação, como um aspecto de controle interacional, está ligada ao policiamento e com função de

negociação, estabelecimento e reiteração do poder em interações lingüísticas. Como se percebe na análise dos dados neste trabalho, a formulação não foi uma das categorias analisadas pelo fato de não ser recorrente nos registros.

Apresento no quadro 2 abaixo o sumário dos aspectos de controle interacional relevantes para a análise dos registros neste estudo.

Quadro 2 – Controle interacional e assimetria conversacional (FAIRCLOUGH, 1994 – adaptado)

TIPO DE CONTROLE INTERACIONAL	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONTROLE INTERACIONAL EMPREGADO
Gestão de turnos	As opções de tomada de turno são ordenadas e igualmente disponíveis aos participantes de uma conversa, porém nem sempre são construídas com base em direitos e obrigações iguais para todos os participantes. Incluem tomadas de turno com deixa, tomadas de turno sem deixa, passagem de turno consentida, passagem de turno requerida, assaltos, manutenção de turno etc.
Estrutura de troca	Estrutura de trocas interacionais. Está ligada ao que pode ser dito e quando pode ser dito com base em pressupostos sociais.
Controle de tópicos	Apesar da “liberdade” de que gozam os participantes de uma conversa para iniciarem e finalizarem um tópico discursivo, não há garantia de que o tópico será desenvolvido ou finalizado se não se considerarem questões situacionais ligadas ao poder exercido pelo participante dentro da conversa estabelecida.
Controle de agendas	Estabelecer agendas é um aspecto do controle geral de P sobre o início e o término de uma interação e sua estruturação em transações ou episódios.

Os aspectos de controle interacional constantes do quadro acima são tomados, neste estudo, tal qual as pistas de contextualização, como estratégias discursivas que contribuem para o desenvolvimento da conversação. Nesta, entendo que as estratégias discursivas são convencionadas através do uso lingüístico e estão ligadas às formas de expressão do sujeito, contribuindo para sua constituição portanto, uma vez que o discurso é socialmente construído (MOITA LOPES, 1996) e é no discurso que identidades sociais são constituídas (MOITA LOPES, 2002, FAIRCLOUGH, 1994). Sendo uma forma de ação, entende-se o discurso, neste estudo, como constitutivo de identidades por serem estas tidas como não pré-existentes às práticas discursivas e ganhando existência, dessa forma, na língua (CAMERON, 2002; GUMPERZ, 1993; MOITA LOPES, 2002). Categorias identitárias de sexo, gênero e sexualidade são, dessa forma, performativamente constituídas e

mantidas no uso da linguagem, ligadas a questões de poder no uso lingüístico, sendo este analisado no presente estudo com base em estratégias conversacionais, especificamente pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982) e controle interacional (FAIRCLOUGH, 1994).

CAPÍTULO 3

Orientação e procedimentos metodológicos, contexto de pesquisa, participantes

“(...) embora o nosso grupo seja mesmo VANGUARDA na tentativa de se criar um grupo onde as opressões de gênero, machismo e misoginia não apareçam, não podemos nos esquecer que essa é uma atividade árdua e histórico-processual, pois nós “homens” do grupo fomos socializados na mesma estrutura social-cultural machista, misógina e opressora”

(Julio, em resposta dada ao questionário II)

Uma das principais tarefas de estudos de cunho etnográfico é descrever a cena cultural na perspectiva dos participantes da pesquisa (AGAR, 1980; SPRADLEY, 1980). Nas palavras de Julio no trecho trazido como epígrafe deste capítulo, percebe-se o fato de este participante ser consciente das dificuldades em combater opressões sociais e, ao mesmo tempo, um pouco da visão que tem sobre o grupo do qual faz parte. Em uma visão de base etnográfica, considerações feitas pelos participantes, como estas de Julio, são, neste aspecto, importantes para compreendermos melhor a perspectiva de atuação do grupo e a forma com que interpretam as situações que integram. Dessa forma, apresentadas e discutidas questões teóricas dos estudos lingüísticos e dos estudos de identidade relevantes para esta pesquisa, passo à explanação da metodologia seguida. Nesta parte do trabalho, apresento pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa e etnográfica, situando o presente estudo neste paradigma. Além disso, apresento os participantes da pesquisa e os recursos utilizados no registro dos dados, além da forma com que estes foram agrupados para análise.

3.1 A pesquisa qualitativa e etnográfica

A pesquisa qualitativa pressupõe a consideração das relações entre o ser humano e a sociedade (TEVES, 2002 *apud* FREITAS, 2003). A pesquisa qualitativa, nesse sentido, implica o estudo dos dados com base em sua interpretação pelo pesquisador. Por isso, ainda que o pesquisador busque distanciar-se dos fenômenos estudados no momento da análise, certa subjetividade no

processo torna-se inevitável. Nos estudos lingüísticos a subjetividade se torna um pouco mais evidente, principalmente quando há uma orientação teórica que pressupõe a formação discursiva do sujeito, como é o caso deste estudo. É preciso, desta forma, pensar no estudo qualitativo como distinto de uma abordagem quantitativa altamente objetiva dos fenômenos estudados, baseada esta última muitas vezes em números interpretáveis ao ponto da generalização e universalização dos achados da pesquisa.

O trabalho de campo que inclui pessoas como participantes em uma pesquisa pode estabelecer uma relação social entre estas e o pesquisador, como é o caso deste trabalho. Essa relação tem como objetivo principal a troca de informações que, na pesquisa de campo de base etnográfica é importante, acima de tudo, por possibilitar que o pesquisador adentre a comunidade pesquisada e, com o contato constante com o grupo de participantes, busque interpretar como estes últimos entendem o ambiente e cada cena cultural em que vivem (AGAR, 1980). Neste sentido, segundo Freitas (2003), ao comentar Larsen-Freeman e Long (1981) “[o] protótipo clássico da metodologia qualitativa é um estudo etnográfico no qual o pesquisador não define hipóteses para testar, mas apenas focos de observação” (FREITAS, 2003, p. 64). Por isso, sugere-se que o pesquisador etnógrafo não deve ir para o campo de pesquisa com hipóteses ou perguntas de pesquisa fechadas, mas deixar que o contato prolongado com os participantes, a observação em campo dos fenômenos coincidentes à vida dos participantes e ao objeto de estudo do pesquisador delineiem e/ou reforcem de forma clara os objetivos do estudo empreendido.

Fazer etnografia implica, mais do que estudar pessoas, aprender com elas (SPRADLEY, 1980). Para isto, é preciso assumir uma atitude tanto de abertura para aquilo que pode nos parecer completamente novo quanto para aquilo que nos parece já familiar. Em outras palavras, é necessário entender que “[e]tnografia começa com uma atitude consciente de quase total ignorância” (SPRADLEY, 1980, p. 4) e pensar no estudo empreendido como sempre implicando questões culturais. Devido à tradição de estudos etnográficos, pode-se pensar que a etnografia sempre busca interpretar culturas distantes, em que nativos têm comportamentos completamente distintos dos do pesquisador. Pensar na etnografia como um empreendimento metodológico para interpretar mesmo cenas culturais que nos são familiares é, entretanto, imperativo para se compreenderem fatos que muitas vezes tomamos como pressupostos. Nesse sentido, é possível fazer etnografia em quaisquer situações que envolvam pessoas, sejam elas pertencentes a uma tribo indígena, uma sala de aula de língua estrangeira ou, no caso deste trabalho, um grupo que se reúne dentro de uma universidade para discutir questões concernentes a subjetividades e posicionamentos identitários no mundo etc.

Isto se torna possível porque a etnografia contribui para a descrição e explicação tanto de regularidades quanto das variações no comportamento social humano, seja o pesquisador parte da comunidade pesquisada, esteja ele imerso em uma sala de aula por um tempo, ou em uma comunidade distante tanto geográfica quanto culturalmente de sua sociedade.

3.2 O contexto de pesquisa

Definidas as características das bases metodológicas deste estudo, apresento o contexto de pesquisa (local e duração da pesquisa) e as pessoas que atuaram como participantes deste trabalho. As informações da subseção a seguir resultam dos registros feitos no diário de campo do pesquisador.

3.2.1 O local e a duração da pesquisa

Como já mencionado, esta pesquisa foi desenvolvida junto a um grupo composto, em sua maioria, por estudantes que se reúnem em uma universidade pública em Goiás. A maioria das reuniões do grupo que foram observadas neste estudo se deram nas dependências da universidade, e ocorriam semanalmente, no mesmo dia e horário. Algumas vezes as reuniões ocorreram em outros locais, mas o local privilegiado para os encontros era a sala vinte e quatro de um dos institutos da universidade. Alguns membros compareciam a quase todas as reuniões. Entretanto, o número de integrantes do grupo, como apresento adiante, não era especificado por nenhum documento, e a cada encontro várias pessoas compareciam pela primeira vez enquanto outras participavam esporadicamente.

As pessoas que chegavam logo no início dos encontros organizavam as cadeiras em um grande círculo, antes que a reunião tivesse início. Entretanto, a chegada e saída de pessoas nas reuniões era constante, de forma que somente alguns membros participavam do começo ao fim. Logo no começo da reunião, uma pessoa era escolhida para coordenar a discussão e outra para fazer a relatoria. Essas duas pessoas poderiam, em princípio, ser qualquer uma das presentes e sua escolha ocorreu de várias formas: às vezes se propunham a desempenhar a tarefa de coordenar ou relatar a discussão feita; outras vezes tinham sua colaboração solicitada por outras presentes; outras vezes ainda a decisão era tomada com base no conhecimento das pautas a serem discutidas durante a reunião.

O coordenador ou a coordenadora da reunião era responsável por conduzir a reunião do começo ao fim, passando de um estágio a outro da agenda pré-estabelecida das reuniões. Dessa forma, sentados e em círculo na sala de aula, os participantes procediam à agenda, guiada pela pessoa encarregada da coordenação do encontro. Esta agenda, grosso modo, previa a seguinte estrutura das reuniões: apresentação inicial, informes, pautas e discussão, finalização.

Na apresentação inicial, cada uma das pessoas se apresentava dizendo seu nome e o curso que faziam na universidade. Este momento era descontraído, e muitas brincadeiras ocorriam, com trocas de nomes masculinos por femininos na apresentação dos homens, ou também referências ao fato de aquele que se apresentava não estudar na universidade, por exemplo. Dado o número pequeno de não-universitários no grupo, estas últimas brincadeiras eram bem menos frequentes. Frequentemente constante desta apresentação inicial era também a frase “Sou do nosso grupo¹¹”. Mesmo após encerrada a apresentação inicial, com a chegada de mais pessoas ao longo da reunião, estas eram encorajadas a se apresentar.

Na parte de informes, qualquer das pessoas presentes podia divulgar encontros, ações e cursos que porventura fossem de interesse coletivo. Também na parte de informes eram repassados ao coletivo resultados de decisões tomadas pelo grupo em encontros anteriores, avaliação de ações do grupo como cursos dados, cursos ou encontros de que alguém participara como representante do grupo, etc. Com certa frequência, informes se tornavam pautas de discussão, incorporando a etapa seguinte dos encontros. Os informes, tal qual as apresentações, também eram dados ao longo da reunião nos casos em que quem tinha algum informe não tinha estado presente no início da reunião, por exemplo.

A parte de apresentação e discussão das pautas era a mais longa das reuniões. Neste momento, os assuntos de interesse das pessoas presentes eram trazidos para deliberação com o grupo. No ano seguinte ao das observações em campo, o grupo organizou e promoveu na cidade, em parceria com um grupo de Brasília, um encontro nacional sobre diversidade sexual, que ocorre a cada ano em cidades brasileiras. Dessa forma, grande parte das pautas discutidas durante minha presença em campo se referia à organização deste evento, com definição e distribuição de tarefas a serem desenvolvidas antes e durante o evento. A pauta sobre este evento, na verdade, foi tópico de discussão em todas as reuniões observadas após a designação do grupo como responsável pela realização do encontro. Durante a discussão das pautas de cada reunião eram tomadas decisões

¹¹ Nesta parte das apresentações, os integrantes diziam o nome do grupo, que não é utilizado neste texto para fins de preservação da identidade dos participantes da pesquisa. Sempre que nos registros o nome do grupo apareceu, foi substituído por “nosso grupo” ou “grupo”.

acerca de ações do grupo, organização de eventos, posicionamentos individuais e coletivos no grupo etc. Durante a discussão das pautas, também eram distribuídas tarefas (por meio de auto-responsabilização ou solicitação de outros membros do grupo) a serem desempenhadas por membros individuais ou em grupos. As pautas a serem discutidas eram em parte definidas na reunião anterior e, principalmente, durante o andamento das ações do grupo entre uma reunião e outra. Havia interação dos integrantes pela *internet*, apesar do fato de que a participação através desse veículo não era expressiva. A este respeito, um dos participantes afirmou, em resposta à questão 17 do questionário I, considerar que “(...) a participação das pessoas nas discussões via *internet* é irrisória” (Wagner, em resposta ao questionário I). Dessa forma, dado que nem todos os membros permaneciam até o final das reuniões e que muitas das pautas a serem discutidas nas reuniões eram definidas pela interação via *internet*, poucas pessoas participavam da escolha das pautas a serem discutidas.

Na finalização das reuniões, por fim, eram revistas as decisões centrais tomadas ao longo da discussão e reiterados os nomes das pessoas responsáveis pelas ações a serem feitas entre as reuniões semanais. Com a finalização, o relator ficava encarregado de redigir sumariamente o que ocorrera na reunião, com a discussão das pautas e as decisões tomadas. Posteriormente, a relatoria da reunião era postada na *internet*, para acesso e esclarecimento de pessoas que não puderam participar da discussão feita.

Embora com pouca frequência, durante algumas reuniões houve, além da coordenação e da relatoria, uma terceira função: a de inscrever as pessoas que falariam durante a discussão das pautas. Neste aspecto, era definido um tempo máximo de fala para cada membro do grupo. A pessoa encarregada de inscrever as falas era também incumbida de avisar quando cada fala tinha alcançado o tempo máximo delimitado. Tal qual as funções de coordenar e fazer a relatoria, esta função de inscrever a controlar o tempo das falas não era fixa, mas decidida no começo das reuniões. Além de esta função não ter sido desempenhada na maioria das reuniões – o que significa que nesta maioria não havia a inscrição e controle do tempo de fala dos integrantes do grupo –, era freqüente a cessão de controle das falas quando esta atividade era iniciada nas reuniões.

De acordo com observações contidas no diário de campo, o horário para o início das reuniões (meio-dia) foi decidido pelo grupo de forma tal que não coincidissem com o horário das aulas no *campus* e, dessa forma, mais pessoas pudessem participar. As reuniões, embora tivessem hora exata para ter início, tinham duração que variava entre uma hora e uma hora e meia. Uma vez que os encontros se davam entre os turnos matutino e vespertino na universidade, o horário

coincidia com a limpeza das salas vizinhas à sala das reuniões do grupo, o que freqüentemente causava certo desconforto para as discussões. A maior parte da coleta dos dados foi feita neste ambiente primordialmente estudantil, universitário e com interrupções previsíveis, como o barulho das cadeiras das salas vizinhas, que estavam em limpeza, ou a entrada e saída de pessoas das reuniões.

A observação de forma estruturada se deu entre maio a janeiro do período I, sendo as gravações em áudio das reuniões do grupo feitas de agosto a dezembro do período. Os procedimentos de registro de dados se deram, como já mencionado, pela gravação em áudio das reuniões do grupo, um questionário respondido pelos participantes dois meses após o início de minha presença nas reuniões, um diário de campo escrito por mim, conversas informais com os participantes, trocas de mensagens por correio eletrônico entre mim e os participantes, e uma entrevista com um dos participantes e um segundo questionário respondido pelos participantes, já no período II. A observação em campo das reuniões do grupo se deu de forma estruturada, na qual fiz uso da metodologia de observação e registro de dados em pesquisa etnográfica proposta por Spradley (1980) e com base em postulados teórico-metodológicos da pesquisa etnográfica apresentados por Agar (1980). Este estudo, portanto, se insere no paradigma qualitativo, é um estudo de caso por considerar uma realidade específica – a interação lingüística do grupo de discussões ora caracterizado –, e é de natureza etnográfica, por partir de observação prolongada em campo e com instrumentos de registro próprios da etnografia, dentre outros fatores.

3.2.2 Os participantes

Não há um número delimitado de integrantes do grupo total que participa desta pesquisa, uma vez que o grupo não é uma entidade institucionalizada formalmente, com filiação ou registro formal próprio. Têm uma “Carta de princípios” (ver anexos), redigida coletivamente e aprovada pelos membros. Segundo a carta de princípios, o grupo tem “uma perspectiva de discussão e intervenção no combate à homofobia, lesbofobia, transfobia, na luta pela liberdade e orientação afetivo-sexual e identidades de gênero” tanto na universidade onde se reúnem quanto fora dela. Além disso, ainda segundo a Carta, o grupo não se restringe a *gays*, *lésbicas*, *travestis* e *transexuais*, e é aberto a todas as pessoas engajadas na luta contra discriminação e preconceito, em especial aos de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero. Dessa forma, segundo o grupo, é importante o

engajamento de todas as pessoas interessadas nas discussões propostas e desenvolvidas, não importando a que categoria identitária sintam pertencer ou não.

O que torna o número total de membros do grupo dificilmente delimitável é exatamente o critério estabelecido pelo próprio grupo para a “filiação” ao coletivo. Para pertencer ao grupo, a participação e inclusão de cada pessoa “(...) é deliberada por ela mesma, pois o grupo não tem presidente, diretora, coordenador, cacique ou matriarca/patriarca, portanto, é auto-organizado e gerenciado desde sua estrutura” (Wagner, em resposta ao questionário I). Dessa forma, segundo o grupo pesquisado, o indivíduo precisa apenas sentir-se como um membro e assim decidi-lo para dele fazer parte, ou seja, é o sentimento de pertença do sujeito que define se este é ou não membro do grupo. Nos dezessete encontros observados, a média geral do número de pessoas que compareceram aos encontros foi de cerca de 23, como demonstra o quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Reuniões observadas e número de integrantes presentes

DATA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
30/05	14	08	22
06/06	17	09	26
13/06	07	06	13
15/08	12	08	20
22/08	21	11	33
29/08	19	12	31
05/09	15	09	24
12/09	16	12	28
19/09	15	08	23
26/09	19	13	32
03/10	17	10	27
17/10	09	05	14
31/10	08	05	13
14/11	13	08	21
21/11	14	10	24
28/11	12	07	19
05/12	10	07	17

Uma vez que o número total de membros do grupo não é evidente, os números do quadro 3 são apenas ilustrativos. Como demonstra o quadro, houve nas reuniões um número maior de homens do que mulheres no grupo. As pessoas que compõem os números do quadro 3 não são necessariamente as mesmas nas diferentes datas, já que havia pessoas que freqüentavam os encontros do grupo de forma esporádica, além daquelas que foram uma vez somente.

No questionário inicial aplicado aos participantes da pesquisa, podem-se observar algumas características do grupo em estudo. As pessoas, em sua grande parte, eram estudantes, dentre as quais a maioria era composta por universitários. O subtítulo do nome do grupo – “A universidade saindo do armário”¹² – também alude, até certo ponto, à característica do grupo de ser composto, em sua maioria, por estudantes. A idade dos membros variava entre 19 e 31 anos.

Das 30 pessoas que responderam ao questionário, 20 eram homens e 10 eram mulheres. Entre os homens, nenhum se declarou heterossexual no questionário, dois se negaram explicitamente a se colocar em qualquer categoria de orientação sexual, e o restante se auto-afirmou como *gays*. Dentre as mulheres, uma se declarou heterossexual, uma se declarou bissexual e oito se declararam lésbicas. Assim, com relação ao sexo e orientação sexual declarados pelos participantes no questionário, temos o seguinte quadro:

Quadro 4 – Auto-configuração inicial dos participantes quanto a sexo e orientação sexual

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Número total de membros que responderam ao questionário I	20	10	30
Heterossexuais ¹³	--	01	01
Bissexuais	00	01	01
Lésbicas	--	08	08
<i>Gays</i>	18	--	20
<i>Queer</i> ¹⁴	02	--	02

¹² Neste trabalho mantenho apenas “universidade” no subtítulo do grupo, embora o nome real do grupo contenha a referência direta à universidade onde atuam. Assim procedo para manter o anonimato dos participantes.

¹³ O questionário I (ver Anexos), não traz nenhuma opção de sexo ou orientação sexual. As categorias foram dispostas neste quadro de acordo com as respostas dos participantes.

¹⁴ *Queer*, com relação à orientação sexual, neste caso, foi uma categoria por mim utilizada para os dois participantes que no questionário se declararam não pertencentes a nenhuma categorização.

Apesar da inviabilidade de quantificar os membros do grupo participante, o quadro 4 sugere que no tocante à orientação sexual auto-declarada, o grupo é formado, em sua maioria, por homossexuais, sendo a maioria destes homens.

Privilegiei a fala de seis dos membros do grupo na análise feita neste trabalho. Estes são chamados “participantes primários” na pesquisa, aos outros integrantes do grupo chamo “participantes secundários”¹⁵. Isto equivale a dizer que suas falas são priorizadas na análise. Estes participantes têm suas falas privilegiadas na análise dada certa dificuldade minha em, apesar do cunho etnográfico do estudo, estar sempre em contato com todos os membros do grupo e também porque poderia ser inviável analisar a fala de todos os integrantes, entrevistá-los a todos, e também analisar as respostas aos questionários dadas por cada um deles. Assim, os participantes primários têm suas falas privilegiadas na análise por terem sido os mais atuantes, quase nunca ausentes das reuniões, e que têm suas falas mais presentes nos registros feitos. É evidente que, para analisar a fala dos participantes primários durante as reuniões, é necessário considerar o que os participantes secundários também dizem, uma vez que há interação entre todos, mas tomar seis deles como primários significa olhar para suas performances lingüísticas como priorizadas no estudo.

Os seis participantes primários eram estudantes universitários à época da coleta, com exceção de uma participante. Os seis são Wagner (estudante de Comunicação), Claudia (estudante de Comunicação), Helen (com Ensino Médio completo), Paulo (estudante de História), Julio (mestrando em Ciências Sociais) e Sofia (estudante de Letras). A presença destes participantes nos encontros observados foi quase total. Os participantes secundários são identificados como PM (participante mulher) ou PH (participante homem). PH1 refere-se a um jovem de 22 anos, com Ensino Médio completo, que, embora estivesse presente constantemente no início da pesquisa, deixou de freqüentar as reuniões do grupo e, portanto, de fornecer dados para a pesquisa. Devido a considerações feitas sobre a fala de PH1 na análise, prefiro referir-me a ele separadamente dos outros participantes secundários. À época da coleta de dados, Helen e PH1 eram uma minoria entre os membros do grupo com relação à escolaridade, uma vez que não eram estudantes universitários.

¹⁵ Por questões práticas, utilizo “participantes” para referir-me aos seis participantes primários do estudo. Os termos “primários” e “secundários” serão utilizados somente quando a distinção entre os participantes for necessária.

3.3 O papel do pesquisador

Neste estudo, conduzi a coleta dos dados como observador-participante. Como exposto na introdução deste trabalho, minha chegada ao grupo foi notada pelos membros como a chegada de mais uma pessoa a participar das reuniões e das atividades ordinárias. Ao explicitar meu interesse em fazer pesquisa com as pessoas do grupo, entretanto, minha participação configurou-se de forma mais peculiar: pesquisador e integrante do grupo. Todavia, talvez dada a condição de estudante da maioria das pessoas do grupo, logo minha presença pareceu tornar-se também ordinária na perspectiva do grupo.

A introdução do gravador no campo de pesquisa, meses após o início das observações estruturadas trouxe, acredito, certo incômodo. Em meu diário de campo, por exemplo, tenho anotado “Sofia disse: ‘A partir de hoje preciso fazer esforço extra para ser ouvida também nas gravações’” (nota de campo do pesquisador). Apesar do fato de que eu entregava o termo de consentimento e explicava os motivos principais de minha presença em campo como pesquisador sempre que uma nova pessoa comparecia às reuniões, algumas pessoas me perguntaram também se as gravações ficariam disponíveis para consulta pública ou como arquivo para o grupo. Com o passar do tempo, entretanto, a presença do gravador e, sobretudo, a minha presença passaram a incorporar aspectos corriqueiros das reuniões, o que me deixou mais tranquilo, e creio que o grupo também.

Acredito que em toda pesquisa, porém com maior evidência na pesquisa de cunho etnográfico, certa subjetividade é inevitável, e meu envolvimento, meus sentimentos e atitudes com relação ao grupo participante da pesquisa se tornaram significativos. Afinal, acabei me tornando um membro do grupo também, engajado nas atividades e discussões que eram desenvolvidas. Minha posição como membro e também pesquisador, porém, estava sempre a “me lembrar” de meu engajamento com a pesquisa proposta, e por isso por diversas vezes acabei não me envolvendo em algumas discussões para não interferir nos posicionamentos e decisões dos membros do grupo, uma vez que, em princípio, minha fala não era objeto de estudo na pesquisa.

O envolvimento nas atividades, entretanto, foi inevitável e esperado. No encontro nacional organizado pelo grupo, que ocorreu no período II da pesquisa, por exemplo, participei das atividades e apresentei um trabalho de pesquisa não relacionado com o estudo desenvolvido com o grupo. Estar envolvido nas atividades e também poder levantar discussões acerca de minhas produções acadêmicas, meus trabalhos em andamento e aqueles já terminados era uma situação

nova de observador-pesquisador e membro do grupo, acolhido para as atividades desenvolvidas a que o grupo se propunha.

Outro exemplo foi meu sentimento de desconforto em vários momentos que o grupo vivenciou, como apresento e discuto na análise de dados. O incômodo trazido por Sofia em determinada reunião acerca da pouca participação das mulheres é um exemplo; ou quando o questionamento do aborto como assunto de primeira ordem no grupo foi colocado; ou ainda os momentos em que atentei não para o fato de que há um léxico “diferenciado” entre algumas pessoas, como *gays* e lésbicas, mas que estas últimas não fazem uso de tal léxico possivelmente por motivos ligados à suposta divisão binária de gênero. Como pesquisador-participante, especialmente dado o enfoque desta pesquisa em questões identitárias afirmadas e reafirmadas na linguagem, é necessário admitir o desconfortável privilégio que várias vezes senti por ser pesquisador, por contar com leituras que outros membros do grupo poderiam não ter acesso e por, sobretudo, ser homem dentro do grupo.

Os momentos em que a relação participante-pesquisador no grupo foram evidenciados, como é de se esperar, foram registrados no diário de notas de campo, porém após os encontros do grupo, uma vez que eu estava durante esses momentos engajado nas discussões e atividades. Posteriormente, ao retomar os dados transcritos para análise, certo cuidado foi tomado com o intuito de, ao mesmo tempo, manter, na medida do possível, o distanciamento dos fenômenos observados e considerar a importância daquele meu envolvimento com os participantes e com os fenômenos, dado o enfoque e natureza deste estudo, no meu próprio aprendizado como pesquisador.

3.4 Os instrumentos usados para o registro dos dados

Ao chegar ao campo para o registro dos dados deste estudo, eu já tinha um foco norteador em torno de uma questão prévia, embora aberta para a focalização mais específica que resultou da observação. A pergunta de pesquisa inicial que eu tinha em mente era:

- Qual o papel da linguagem na negociação e constituição de identidades de sexo, gênero e sexualidade na interação lingüística entre os participantes da pesquisa?

Ao longo das observações em campo, esta pergunta inicial se desmembrou em outras, mais específicas:

- 1) De que maneira os participantes, ao empregarem estratégias discursivas na construção de significados, performam identidades de gênero, sexo e sexualidade?
- 2) Como elementos discursivos na fala e nas percepções dos participantes se relacionam a questões de poder/resistência com base na construção social de identidades e no conhecimento?
- 3) Qual a percepção dos participantes acerca do uso que fazem de estratégias discursivas na constituição e reafirmação de identidades?

Diante destas perguntas melhor delineadas, lancei mão de instrumentos de coleta de dados complementares à observação, a saber: o diário de campo, as gravações em áudio e dois questionários de pesquisa. O diário de campo, as transcrições das gravações e as respostas aos questionários dadas pelos participantes compõem os registros feitos que compõem o *corpus* de análise deste estudo. Também compõe o *corpus* a Carta de Princípios (ver anexos) que o grupo participante tinha, na qual estão explicitados os seus princípios norteadores.

Uma conversa estabelecida pela *internet* entre o mim e o participante Julio também integra a base de dados para análise neste trabalho. Essa entrevista foi feita durante o período II da pesquisa, e tinha como objetivo elucidar questões referentes aos usos lingüísticos pelo grupo na perspectiva de Julio, integrando a entrevista os procedimentos de coleta de dados para a escrita de um artigo para a disciplina Etnografia no programa de pós-graduação em Letras e Lingüística, por mim cursada. Dada a relevância das falas do participante na entrevista, decidi integrar também os registros da entrevista à base de dados do presente trabalho.

A seguir, apresento como foi feita a observação em campo nesta pesquisa, os instrumentos utilizados no registro dos dados e a metodologia utilizada na seleção de fenômenos a serem observados com maior atenção, além da metodologia empregada na análise dos registros.

3.4.1 O diário de campo

O diário de campo é um instrumento valioso na pesquisa de base etnográfica. Consiste em anotações feitas pelo pesquisador de impressões sobre tudo o que está envolvido na pesquisa:

participantes, espaço, reflexões teóricas, questões do pesquisador etc. Spradley (1980) inclui o diário de campo (*fieldwork journal*) como um dos tipos principais de notas de campo dos quais o pesquisador etnógrafo pode lançar mão para o registro de dados. Para o autor, o diário de campo “contém o registro de experiências, idéias, medos, equívocos, confusões, avanços importantes, e problemas que surgem durante o trabalho em campo. O diário representa o lado pessoal do trabalho de campo; inclui reações aos informantes e sentimentos que você sente dos outros” (SPRADLEY, 1980, p.71). O autor sugere que haja, anteriormente à escrita no diário de campo, o registro dos fatos ocorridos no campo de pesquisa. Este registro deve ser feito em campo, enquanto os fatos ocorrem e, por isto, acabam sendo resumidos (*condensed account*). Além dos resumos das cenas observadas, o autor sugere uma versão expandida (*expanded account*) para o detalhamento dos acontecimentos, escrita logo após a estada no campo de registro dos dados para evitar que as limitações de memória dificultem o registro. Como se pode perceber, Spradley (1980) sugere três formatos de registro no caderno de notas de campo. Além disso, o autor sugere o princípio do *verbatim* (*verbatim principle*), sugerindo que “o etnógrafo deve *fazer um registro verbatim do que as pessoas dizem*” (SPRADLEY, 1980, p. 67, ênfase no original), evitando paráfrases que distorcem o que os participantes dizem.

Neste estudo, mantive um diário de campo, levado para registros em todas as reuniões do grupo de participantes. Com o diário, foi possível registrar informações visuais e extra-lingüísticas que escapavam ao que a gravação em áudio captava. O diário também contribuiu para a compreensão de partes das gravações que dificilmente seriam audíveis para transcrição sem o auxílio das anotações devido, por exemplo, ao barulho de carteiras nas salas vizinhas e entrada e saída de pessoas durante as reuniões. No diário foram feitos registros resumidos, e logo após em versão expandida, como sugere Spradley (1980). Busquei registrar algumas falas *verbatim*, precavendo-me de possíveis problemas com a compreensão do que estava gravado nas fitas. Entretanto, sendo humanamente impossível registrar de forma simultânea a fala de cada participante com completa precisão e também outros aspectos situacionais no campo de pesquisa, priorizei minhas impressões e questionamentos no diário de campo, uma vez que as interações do grupo estavam sendo gravadas e seriam posteriormente transcritas para complementar os registros feitos no diário.

As anotações de meus questionamentos no diário ao longo das reuniões do grupo e também após cada uma delas me foram bastante úteis para direcionar a pesquisa. Muitos dos questionamentos postos no diário ao longo do registro dos dados me foram importantes para

delimitar melhor as perguntas de pesquisa e, acima de tudo, buscar entender como os participantes compreendiam a cena cultural na qual estavam inseridos. Vale lembrar que compreender como participantes interpretam a própria realidade em que vivem é uma das tarefas do empreendimento etnográfico (AGAR, 1980).

3.4.2 Vinhetas

Após cada observação em campo, de posse das notas com o formato resumido feitas no diário e as gravações, eu procedia à escrita das vinhetas. A vinheta é uma narrativa dos fatos ocorridos no campo de observação. Com esta narrativa, o pesquisador busca registrar de forma detalhada os fatos ocorridos, tentando dar ao leitor uma visão mais próxima da cena cultural observada. Segundo Erickson (1992), a vinheta deve ter caráter retórico e analítico, o que equivale a dizer que a narrativa deve fornecer evidência adequada de que foi feita uma análise válida dos fatos sob o ponto de vista dos participantes, e deve também ter caráter informativo no sentido de pôr de forma clara e concreta os conceitos analíticos abstratos da comunidade pesquisada.

Como se pode perceber, a vinheta, aliada às notas de campo (resumidas e expandidas), compõem os registros descritivos feitos por mim neste estudo. Para proceder a tal descrição, cujo último (porém não mais importante) produto é a vinheta, segui o formato de observações descritivas proposto por Spradley (1980). Segundo o autor, “*questões descritivas* levam a *observações descritivas*” (SPRADLEY, 1980, p. 76, grifo no original), e é a descrição que o etnógrafo busca, uma vez que pretende entender como e porque o que ocorre no campo de pesquisa se figura de uma maneira ou de outra. No caso desta pesquisa, era necessário descrever e observar como os participantes faziam uso da língua para então inquirir acerca das relações do uso lingüístico com a constituição de identidades de gênero e sexualidade e suas implicações nas relações de conhecimento e poder/resistência. Busquei o desvelamento da cultura do outro, na tentativa de ver, na perspectiva dos participantes, como eles se co-constroem e se (re)afirmam lingüisticamente no tocante a identidades sexuais e de gênero, além da tentativa de ver em suas atitudes lingüísticas e na interação pela linguagem a construção de conhecimento e estabelecimento de poder/resistência a partir da formação discursiva de suas subjetividades.

Observações descritivas, segundo Spradley (1980), podem ser divididas em dois tipos principais: observações *grand-tour* e observações *mini-tour*. O autor compara observações *grand-tour* com a visita a cada parte de um local, uma casa por exemplo. Com a observação de cada

cômodo, o visitante tem a idéia geral de cada espaço. No caso da pesquisa etnográfica, observações *grand-tour* resultam de perguntas descritivas acerca da cena cultural observada, envolvendo cada aspecto palpável ao observador: espaço, pessoas, atividades, objetos, eventos, atos, tempo etc. Retomando a visita a uma casa, Spradley (1980) exemplifica a observação *mini-tour* com o foco de atenção em aspectos específicos nos espaços observados (ex. o valor da reforma do ambiente, o que ocorre na lavanderia etc). No caso da pesquisa etnográfica, a observação *mini-tour* resulta de perguntas descritivas acerca de aspectos específicos da cena cultural observada, com foco nos fenômenos em estudo pelo pesquisador. Assim, “[a] forma das questões *mini-tour* é idêntica às questões que levam a observações *mini-tour*, com exceção do fato de que questões *mini-tour* lidam com unidades de experiência muito menores” (SPRADLEY, 1980, p. 79).

As notas de campo e as vinhetas foram, a princípio, feitas no formato *grand tour* para, após observação mais prolongada e detalhada, ser possível a observação *mini-tour* (SPRADLEY, 1980, p. 82). Para isto, segui uma matriz de perguntas descritivas proposta pelo autor. Dessa forma, ao chegar a campo, comecei a observar os participantes e os eventos e a fazer-me sempre perguntas como: “Como posso descrever em detalhes todo o local?”, “De que forma o ambiente é organizado pelos objetos?”, “Quais são todas as formas em que o espaço é organizado pelas ações dos participantes?” etc. As respostas a estas perguntas foram direcionando minha observação para pontos mais específicos da fala dos participantes. Por conseguinte, passei a percorrer um caminho com perguntas *mini-tour*, focalizando qualitativa e profundamente a categoria “atos” (SPRADLEY, 1980).

A “atos”, da matriz de perguntas descritivas de Spradley (1980), atribuí o sentido de “fala”. Assim, nas vinhetas, busquei descrever como o espaço é organizado pela fala dos participantes, como os objetos são utilizados nas falas, os detalhes das falas (léxico, entonação, imposição de voz etc) etc. Procedendo desta maneira, pude obter, tanto nas notas de campo quanto nas vinhetas, descrições mais detalhadas e focalizadas na fala dos participantes com relação a outros elementos envolvidos nas situações observadas (espaço, tempo, eventos, objetos, finalidades etc) e, conseqüentemente, ter uma idéia mais clara do papel do uso lingüístico dentro do grupo no que concerne ao fenômeno por mim priorizado: a constituição negociada de identidades e suas implicações na organização do grupo.

Evidentemente há ainda questões muito amplas nas perguntas descritivas que adaptei do autor, como, por exemplo, “De que forma os atores agem?” (“Como os participantes falam?”). Entretanto, as perguntas descritivas me auxiliaram no foco central à fala dos participantes, buscando

a relação que estes estabelecem entre o que falam, como falam, com quem falam e para que falam. Atribuir o sentido de “fala” a “atos” teve, além do objetivo de focalizar o uso lingüístico, reiterar também nos procedimentos metodológicos deste estudo a visão de que falar é agir sobre o mundo, criar a realidade, e não somente representá-la ou constata-la. Por isso, pensar também em que possivelmente resulta o que os participantes (não) dizem é importante na análise.

Apesar da importância do diário de campo, com as notas resumidas, as notas expandidas e as vinhetas, na análise estes dados são utilizados de maneira a elucidar ou auxiliar a interpretação das transcrições e dos questionários, servindo para subsidiar a análise, como uma espécie de fotografia da cena cultural. Portanto, as notas e as vinhetas não são interpretadas de forma direta e isolada no capítulo de análise deste trabalho.

3.4.3 Questionários

Neste estudo, dois tipos de questionário foram usados. O questionário I (ver Anexos), aplicado algumas semanas após o início do registro dos dados, tinha como foco principal levantar informações pessoais dos participantes, como idade, escolaridade, sexo, orientação sexual etc. Além disso, o questionário I continha questões que buscavam a percepção dos participantes desta pesquisa acerca do grupo de discussões do qual faziam parte. A percepção dos próprios participantes acerca do grupo que integram é importante por esclarecer alguns pontos discutidos na análise de dados, como, por exemplo, o porquê do uso de escolhas lexicais ocorrerem nas interações do grupo com significados diferentes daqueles que teriam em outras situações.

Como não é possível precisar com exatidão quantas pessoas compõem o grupo, e considerando que havia muitas pessoas que freqüentavam os encontros do grupo esporadicamente, apliquei o questionário em duas reuniões distintas, na tentativa de obter o maior número de respostas possível, e assim cheguei a 30 questionários respondidos.

O questionário II (ver Anexos) pedia respostas discursivas acerca do uso lingüístico dentro do grupo. Neste questionário, chamei atenção dos participantes para questões pontuais do uso lingüístico durante as reuniões. O questionário II foi aplicado quando as reuniões não eram mais gravadas, e eram remissivos a transcrições feitas e também a vinhetas escritas pelo pesquisador. Por escolha dos participantes, os questionários foram enviados a seus endereços eletrônicos (*e-mails*) e devolvidos com as respostas ao *e-mail* do pesquisador. O questionário II foi respondido somente pelos participantes primários deste estudo.

3.4.4 Gravações em áudio

Entre agosto e dezembro do período I as reuniões do grupo foram gravadas em áudio e transcritas para também comporem o *corpus* de análise da pesquisa. Além das reuniões ordinárias, que ocorriam semanalmente, compareci a alguns outros eventos promovidos pelo grupo, como confraternizações. As confraternizações ocorriam sempre na casa de um dos integrantes do grupo. Nestas, em geral, cada integrante levava comida para ser compartilhada, e dinheiro para ser usado na compra de bebidas. Apesar de minha presença e de minhas anotações no diário de campo durante as confraternizações, a gravação em áudio nestes eventos eram inviáveis por haver música e dança.

No início das gravações das reuniões, em agosto do período I, fiz uso de três gravadores digitais, postos em diferentes pontos da sala onde ocorriam as reuniões. Os mini-gravadores digitais se mostraram ineficientes para captar a voz de todos os participantes, que se reuniam em um grande círculo. O material colhido na primeira reunião gravada precisou ser descartado, e na segunda reunião gravada fiz uso de apenas um mini-gravador, posto no meio da sala. Alguns integrantes do grupo falavam muito baixo, como era o caso da participante Sofia, por exemplo, e as reuniões ocorriam ao meio-dia, horário em que havia limpeza nas salas vizinhas. Dessa forma, o mini-gravador também não foi eficiente para captar a voz de todos os presentes. Por fim, fiz uso de um gravador de médio porte, posto no meio do círculo formado pelo grupo. Apesar do barulho da limpeza nas salas vizinhas e da voz baixa de algumas pessoas, este gravador se mostrou mais eficaz, e as gravações ficaram audíveis, o que facilitou a transcrição mais acurada da fala dos membros do grupo.

Procurei transcrever as fitas no mesmo dia ou, quando isto não era possível, na mesma semana em que a reunião gravada ocorrera. Algumas fitas, entretanto, foram transcritas algum tempo após a gravação. As gravações em áudio resultaram em vinte e uma fitas gravadas, com cerca de trinta e uma horas de gravação. Das transcrições, foram suprimidos ou modificados somente nomes de pessoas, locais, datas e eventos que pudessem de alguma forma identificar os integrantes do grupo. Nos recortes trazidos para análise, as falas também foram editadas para aproximação do português padrão com vistas a uma melhor fluência na leitura.

3.5 O processo de análise

De posse dos registros para análise neste estudo, e sendo esta orientada pela perspectiva etnográfica, procedi à busca de recorrências nos registros feitos, como sugere Agar (1980). De início a busca foi por usos lingüísticos ligados a possíveis respostas à questão inicial de pesquisa, isto é, busquei recorrências que possivelmente se relacionassem ao papel da linguagem na negociação e constituição de identidades de sexo, gênero e sexualidade nas interações do grupo. Uma vez que em pesquisas de base etnográfica a análise de dados, embora de forma ainda não sistematizada, se dá já em campo (SPRADLEY, 1980), minha atenção já fora direcionada com maior cuidado para a relação do uso lingüístico com a constituição de identidades e como estas estão ligadas a questões de poder/resistência dentro do grupo.

A princípio, a análise dos diversos registros foi feita separadamente. Com o questionário I, as vinhetas e as notas de campo, foi possível configurar melhor o grupo de pessoas envolvidas no estudo e começar a entender como interpretam o grupo do qual fazem parte. Cada campo do questionário I foi considerado, estando os questionários agrupados de acordo com a participação das pessoas nas reuniões. Dessa forma, a análise inicial do questionário I, aliada às vinhetas e às notas de campo, sinalizou para uma participação maior de algumas pessoas nos encontros e atividades do grupo. Na análise do questionário I também foi contemplada a forma com que os integrantes se percebiam em relação ao grupo e também com relação às pessoas fora do grupo, o que foi possível devido às suas respostas a questões referentes à estruturação do grupo e também às formas interpelativas por eles utilizadas para referir-se a outrem.

A análise do questionário II foi feita primeiramente com vistas à percepção que os participantes têm em relação a usos lingüísticos que fazem no grupo e fora dele. Nesta análise, foram elencadas questões pontuais de acordo com respostas dos participantes nos seguintes tópicos: (a) percepção acerca de usos lingüísticos que fazem durante as reuniões; (b) percepção acerca de usos lingüísticos fora das reuniões. A análise dos dois tópicos acima sugeriu a necessidade de mais um: (c) a relação entre o caráter subversivo dos usos lingüísticos e o conhecimento acadêmico dos participantes. Do questionário II também foi feita a análise dos posicionamentos dos participantes no que diz respeito à percepção pelas mulheres, nas reuniões do grupo, de que tinham menos participação do que os homens.

As transcrições das gravações feitas são os registros mais analisados neste trabalho. Este fato se dá em decorrência da orientação etnográfica do estudo e de seus objetivos principais, sendo a

análise a busca pela possível relação entre o uso de estratégias discursivas nas interações lingüísticas do grupo e a constituição de identidades de sexo, gênero e sexualidade, bem como a relação destas com questões de poder/resistência e conhecimento. Dessa forma, a análise das transcrições foi feita de forma mais detalhada, e com o cruzamento de dados dos outros registros, além das análises da Carta de Princípios do grupo.

Primeiramente houve a busca por recorrências nas transcrições que se relacionassem aos objetivos da pesquisa. Em seguida, com o cruzamento com outras fontes de dados, foram separados recortes em categorias principais, assim consideradas quando apresentaram, no mínimo, duas ocorrências nos registros. As categorias principais de análise foram: i) pistas de contextualização e performatividade identitária; ii) pistas de contextualização e conhecimento acadêmico; iii) pistas de contextualização e percepções dos participantes; iv) percepções lingüísticas dos participantes e higiene verbal; v) controle interacional e reiteração de questões de conhecimento, identidades e poder.

Após analisadas as categorias, foram trazidos para este texto recortes significativos dos registros e da Carta de Princípios do grupo que refletissem a análise feita, que possivelmente respondesse às perguntas de pesquisa. Na seção a seguir, apresento a análise desses recortes, à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos até este ponto apresentados.

CAPÍTULO 4

Linguagem, identidades, conhecimento e poder

Raça é negritude, e por extensão (...) pode-se argumentar que sexualidade é homoerotismo e gênero é feminilidade.

(MOITA LOPES, 2006, p. 293)

As palavras de Moita Lopes (2006), usadas como epígrafe desse capítulo, chamam atenção de forma crítica para a maneira com que socialmente naturalizamos identidades e as compreendemos na sua relação com a operação do poder em sociedade. Nesse sentido é que, embora sempre sujeitas a mudanças, as identidades uma vez por nós naturalizadas constituem referência para a formação de hierarquias sociais com base em posições supostamente fundantes e centrais em relação a outras, secundárias e marginais. Neste capítulo, à luz de construtos teóricos apresentados neste trabalho, apresento e analiso recortes dos registros feitos no estudo, considerando a relação entre linguagem, identidades, conhecimento e poder. As falas transcritas não são apresentadas na mesma ordem cronológica em que ocorreram durante a coleta.

4.1 Pistas de contextualização: desigualdades conversacionais de gênero e conhecimento

Nesta seção, apresento a análise de pistas de contextualização empregadas nas interações do grupo que, como discutido na parte teórica do trabalho, são formas convencionadas de negociação de significados (GUMPERZ, 1982) e que, neste estudo, são entendidas como possíveis indícios lingüísticos de performatividade e constituição de identidades. As pistas de contextualização na análise dos recortes a seguir são sinais paralingüísticos (pausas e silêncios, hesitações, sinais expressivos no tom de voz, gestos) e escolha de formas lexicais (formas lexicais ligadas ao tópico da interação e aos significados, usuários e usuárias). A percepção dos participantes com respeito às formas lexicais também é contemplada.

4.1.1 Sinais paralingüísticos

Como pistas de contextualização, sinais paralingüísticos são estratégias discursivas empregadas pelo falante e de alguma forma entendidas pelo ouvinte na construção interacional de significados no ato conversacional (GUMPERZ, 1992). Nesta seção, apresento sinais paralingüísticos como formas que os participantes utilizam, na construção interacional de significados na fala, para performar e constituir identidades de gênero e sexualidade.

4.1.1.1 Pausas e silêncios

Na interação lingüística, a pausa tem várias funções na construção do significado. Como parte de todo um sistema de sinalizações de potenciais intenções de dizer e formas de interpretação, a pausa pode se dar, em nível não totalmente consciente, como uma forma paralingüística de negociar a hierarquia nos turnos de fala e/ou tópicos discutidos (BRAIT, 2003; GALEMBECK, 2003). Dado seu caráter convencional de pista de contextualização, a pausa só tem suas funções em sua reiteração, em sua repetição na fala de usuários e usuárias de uma língua. Nos recortes 1 e 2, é possível perceber como a pausa e o silêncio entre turnos são empregados para reiterar questões de poder/resistência (FOUCAULT, 2006) ligadas à diferença de gênero (FAIRCLOUGH, 1994; LOURO, 2004). No recorte 1 abaixo o grupo discute acerca de quem coordenará e quem fará a relatoria da reunião.

Recorte 1

- (01) Wagner: pois é ... eu pergunto aqui quem pode coordenar a reunião e quem pode relatar porque enquanto a gente relata/igual eu acabei de enviar ... um informe de relatoria na verdade daquela reunião que a gente fez no domingo da reunião que a gente fez na casa do Julio ... eu mandei a relatoria da reunião que a gente fez lá ... alguém pode/
- (02) PH: alguém propõe a relatar?
- (03) Wagner: tá, eu posso ... alguém sabe das pautas?
- (04) Cláudia: ((diz o nome do evento)) ...
- (05) Wagner: tem ((diz o nome do evento)) ((**pausa de quatro segundos**)) é ... eu posso coordenar então.

No recorte 1 temos alguns momentos de pausas em todas as falas. É início da reunião e o grupo define quem coordenará e quem fará a relatoria da reunião. A pausa na fala de Wagner no turno 03, e o silêncio após fazer a pergunta acerca das pautas a serem discutidas foram

potencialmente por ele interpretados como uma deixa ou um pedido para que ele coordenasse a reunião. As pausas na fala de Wagner, nesse caso, são um sinal paralingüístico que foi por ele interpretado como um pedido para que ele coordene a reunião uma vez que sabe as pautas a serem discutidas.

Ressalte-se que 14 das 17 reuniões observadas foram coordenadas por Wagner, embora seja dito (por ele e outros participantes) que qualquer pessoa pode tomar frente em qualquer das ações do grupo. As reuniões, em sua maioria quase absoluta (16 reuniões), foram coordenadas por homens. Nesse sentido, no recorte acima a interpretação dada pelo grupo à pausa do turno 03 parece ser mais uma reiteração de posições de gênero (homens coordenam mais reuniões) convencionalizada dentro do grupo do que uma simples coincidência. De forma isolada, parece apenas a deliberação acerca de quem coordenará a reunião, mas a observação sistemática dos dados revela que, uma vez sendo quase sempre homens a coordenar as reuniões, relações entre gênero e liderança são estabelecidas dentro do grupo, e na linguagem (nesse caso no uso de pausas e silêncios) tal estabelecimento e reiteração ocorrem.

É também possível perceber no recorte que o que pode ter sugerido a Wagner o aceite ou proposta para que ele coordenasse a reunião foi o fato de este participante saber das pautas a serem discutidas nesse encontro. O conhecimento dos assuntos tratados e, sobretudo, o conhecimento acadêmico é um fator primordial para definir e reafirmar os papéis ocupados pelos participantes dentro do grupo de que são membros. Como poderemos ver em outros recortes adiante, o conhecimento acadêmico, ser ou não estudante universitário, o conhecimento acerca de questões ligadas a constituição de subjetividades etc, são um tema central na perspectiva do grupo. No recorte 1, dessa forma, a sinalização dada pela pausa como uma estratégia discursiva de negociação de significados é uma forma lingüística de estabelecimento de poder que parece estar pautada na diferenciação de identidades de gênero e também no conhecimento que os falantes têm. Esta relação poder-conhecimento-identidades de gênero tem sido discutida por vários autores (FAIRCLOUGH, 1994; MILLS, 2003; FOUCAULT, 2006, dentre outros) e vista como uma questão central na teoria *queer* (SPARGO, 2000; JAGOSE, 2001; LOURO, 2004; SULLIVAN, 2006). Dessa forma, a pista de contextualização neste ponto em evidência tem seu sentido performativo atrelado àquilo que lingüísticamente a envolve, isto é, o significado negociado na interação que reitera questões de poder nas relações entre as pessoas do grupo.

No recorte 2 a seguir o grupo discute acerca da possibilidade de se reunirem em outro momento após a reunião geral somente as mulheres para que estas tenham mais voz no grupo.

Recorte 2

- (01) Sofia: tem mais coisas para passar para o grupo ((incompreendido)) mas em relação ao grupo é divulgação ... é mais para frente não é agora que ... tudo mas ... mas ((incompreendido)) é as mulheres ... que é um grupo só para mulheres.
- (02) Wagner: e você sugeriu também a questão da reunião particular só das mulheres/
- (03) Sofia: isso ... e as mulheres do grupo têm que se posicionar ((ri)) ... dizer o que elas acham sobre isso ((**pausa de oito segundos**)) justamente essa estória de que a gente não ((ri)) fala ... e essa estória nem uma ou outra/um ... um bom tempo assim/não um bom tempo ... mas especialmente de um tempo para cá/a estória por exemplo de que o grupo pretende-se ser uma ... organização que abarque todas as pessoas mas quando você vê que ... tem esses problemas/não é problemas/mas que ... tem essas dificuldades

Sofia apresenta, nesta reunião, seu incômodo com o fato de que as mulheres dentro do grupo se posicionam pouco, falam menos que os homens, não tendo grande visibilidade portanto, o que, de acordo com os participantes, vai de encontro à proposta do grupo. Além de pausas mais curtas observadas no recorte 2, pode-se notar a longa pausa no turno 03, na fala de Sofia. Entendo que a pausa de 8 segundos foi, de início, uma deixa (MARCUSCHI, 1999; GALEMBECK, 2003) para que alguém, preferencialmente uma mulher, se posicionasse acerca de sua proposta de reuniões à parte, somente para mulheres. Com a deixa dada por Sofia, o turno não foi tomado e, dessa forma, a participante retoma a fala com a afirmação “justamente essa estória de que a gente não fala”, intercalando sua fala com risos. A pausa, neste sentido, é primeiramente dada como deixa e, uma vez não sendo tomado o turno, é interpretada como a confirmação de que mulheres de fato não participam como deveriam, de acordo com a proposta do grupo, nas discussões de todos.

O riso de Sofia é outra pista paralingüística, uma estratégia discursiva posta em uso que sinaliza para a construção do texto oral co-construído (BRAIT, 2003), ainda que (ou exatamente) com o silêncio dos outros participantes. Na verdade, pensando no caráter iterável de funcionamento da performatividade na linguagem (DERRIDA, 1991 *apud* CAMERON e KULICK, 2002), o riso de Sofia ocorre devido ao caráter iterável, repetível do silêncio que o causou. Em outras palavras, a pista de contextualização (pausa) funcionou na negociação de significados entre os outros participantes e Sofia exatamente em decorrência de ser tal pausa algo previsto na linguagem considerando-se a contextualização dada, e não exata e puramente em decorrência da intenção das pessoas que se mantiveram em silêncio durante a pausa de Sofia. A garantia de funcionamento da pista de contextualização está, portanto, ligada com mais evidência ao caráter repetível do ato de

fala, numa perspectiva derridiana tal qual apresentada por Cameron e Kulick (2003) e a operação das estratégias discursivas em função de seu caráter formulaico.

Parece certo que o efeito do que Sofia diz e da pausa ocorrida não pode ser resgatado de forma não-problemática se se considerar somente a concordância de significação entre o que é intencionado e o que é percebido pelos falantes na interação lingüística. Estratégias discursivas estão pautadas na contextualização, tendo estas caráter sugestivo e não assertivo (GUMPERZ, 1992), e mal-entendidos são estruturalmente previsíveis (PINTO, 2001) e muitas vezes tão coerentes quanto o que não se considera mal-entendido. Entretanto, no recorte 2, é certo também que é o uso da pausa em outros momentos de interação lingüística da vida das pessoas do grupo que garantiu o funcionamento da pausa, demonstrando a possível visão de todos de que a observação de Sofia é pertinente. O uso da estratégia discursiva, neste caso, não é posto como uma forma de expressar o que ocorre no momento da interação mas, isto sim, uma maneira de contribuir na construção do que é negociado, isto é, a visão das mulheres como sendo mais tímidas e caladas diante da predominância numérica e de participação dos homens durante as reuniões.

4.1.1.2 Hesitações

À continuação do recorte 2, na mesma reunião, temos considerações de outros integrantes do grupo acerca das observações e a proposta de Sofia. Vejamos como isto se dá no recorte 3 a seguir.

Recorte 3

- (01) Sofia: é isso que eu queria dizer ... acho que ... é **interessante/tem** que discutir o porque disso que é um contexto geral ... **essa (crise) essa** ((incompreendido)) a gente sabe que existem ((incompreendido)) mas a gente tem que ((incompreendido)) que isso ... **quer dizer/como você é ...** que iniciativa você **toma/porque** por exemplo ... quando a gente começou o grupo é ... tinha essa posição de que as pessoas se sentassem e aí ((incompreendido)) para que as pessoas se conhecessem ... assim não é sentar nem obrigar ninguém a conversar ... a **idéia minha/a idéia** é justamente essa ... **para que/se se pretende/e aí ...** é uma idéia minha isso se as pessoas acham ou não ... se se pretende no evento uma forma diferenciada que as pessoas falassem e participassem ... aí seria a questão de pensar internamente primeiro ((sete segundos de silêncio))
- (02) Alguém: para todo mundo falar teria que ser em grupo pequeno
- (03) Wagner: por quê?
- (04) Sofia: por quê?
- (05) Alguém: por quê?! **se tem gente que tem vergonha de falar num grupo desse tamanho aqui, imagine num grupo maior**

- (06) PM: **se bem que não é só de vergonha querido, é questão de gênero mesmo** ... as mulheres não falam ... falam muito menos (a impressão que eu tenho) ((barulho das cadeiras ao lado, por oito segundos ninguém diz nada))
- (07) Wagner: lembrando que o grupo é um grupo aberto para que todas as pessoas falem, todas as pessoas votem, e **que/a gente tenta aqui ...** é estruturar uma espécie de organização onde as pessoas **consigam/as** pessoas não sintam ... **ahm ...** pressionadas a falar e nem a ficar em **silêncio/que** então a participação de todo mundo demanda **das ... as ...** intenções de cada um/da deliberação que cada um faz do que é o **grupo/do que** ... deve fazer no grupo ... e a Sofia ... **a meu ver** ... chamou a atenção das meninas mulheres ... para que elas se posicionassem quanto a uma questão nevrálgica importantíssima do grupo: vai ser necessária a organização ... interna do grupo ... só das mulheres ... ou ... não vai continuar/vai continuar a coisa como está ... as pessoas vão continuar vindo às reuniões ... sentindo o que sentem convencionalmente ... e não se posicionando/não falando porque além de/ ((alguém tinha chegado e estava esperando pra dar um recado))
- (08) Julio: só um minutinho Wagner/você ((para a moça que estava esperando para dar o recado)) quer falar alguma coisa? ((e ela deixa um convite para a participação dos interessados em um curso sobre ações afirmativas dentro da universidade))(...)
- (09) Wagner: então/só para complementar ... a Sofia ... chamou a atenção do grupo ... todo ... para decidir sobre uma questão importante ... ou as mulheres se reúnem paralelamente ao grupo ... e conversam sobre as demandas por que é que não ... /são menores no grupo e também não se manifestam ... à proporção dos homens que falam muito ... ou se a gente mantém o grupo como está ... e não faz reuniões paralelas

No recorte 3, além das pausas, há um número marcante de hesitações tanto na fala de Sofia (turno 01) quanto na de Wagner (turno 07). Interpreto tais hesitações e pausas como que constitutivas da seriedade e delicadeza conferidas pelos participantes ao tema por eles discutido. É notável que a questão discutida é complexa para o grupo, uma vez que este se vê diante de um impasse: na visão de Sofia, abarcar todas as pessoas e lidar com o silêncio das mulheres durante as discussões feitas. Talvez o fato de as mulheres não participarem tanto quanto os homens sequer seja notado na maioria de reuniões em outros contextos (em escolas, empresas, organizações etc), se é que este fato se repete em outros casos. Entretanto Sofia, como mulher lésbica, militante e envolvida nos interesses do grupo, sente seu incômodo e traz o assunto para discussão, conferindo seriedade ao tópico.

Wagner, um dos iniciadores do grupo e ainda nele militante, inicialmente teve um posicionamento contra a reunião paralela das mulheres e, apesar de sua preocupação com uma “possível dissidência” (recorte 4 adiante), o participante, no recorte 3, dá suporte à discussão, também conferindo-lhe seriedade, o que é demonstrado além de suas palavras pelas estratégias discursivas aqui postas em evidência: pausas e hesitações. Note-se que, na fala de PM no turno 06, pode ser vista a interpretação de que a menor participação no grupo pelas mulheres é uma questão de gênero, e não de vergonha como sugere PH, no turno 05. As pausas e hesitações nas falas dos

participantes não constituem, obviamente, estratégias discursivas sexuadas ou generificadas no sentido de serem passíveis de uso somente com base no sexo ou gênero do indivíduo, mas demonstram com propriedade, na verdade com propriedade contribuem na constituição de tais categorias identitárias por sinalizar, dada a contextualização, para questões intra-grupo de poder na hierarquia de coordenação do grupo: mulheres-homens. Esta configuração, bem como sua insatisfação por parte das mulheres (note-se que a discussão foi trazida pelas mulheres, e nenhum homem foi ao final consultado ou se posicionou acerca do aceite ou não da proposta de discussão à parte) se assemelham aos questionamentos e problemas hierárquicos ligados a gênero e sexualidade que ocorreram dentro dos movimentos homossexual e de liberação *gay* e lésbica nos EUA, como demonstram autoras como Jagose (2001) e Sullivan (2006). Esses questionamentos de militantes, aliados a discussões teóricas, propiciaram o surgimento do feminismo lésbico com base no combate à heteronormatividade mesmo em contextos de militância pela não-heteronormatividade, como é o caso do grupo em estudo. Não argumento com isso que haja influências diretas entre aqueles movimentos e o que ocorre no grupo pesquisado, mas apenas que questões de poder e hierarquia ligadas ao binarismo de gênero se repetem historicamente.

Nos recortes 2 e 3 pode-se observar ainda a visão que os participantes têm com respeito à relação homem-mulher no grupo. Percebe-se certa predominância masculina, que não permite que as mulheres participem e contribuam ativamente nas discussões. Nesse sentido, temos a reiteração de aspectos ditados pela matriz heteronormativa (BUTLER, 1999), que afirma o homem como superior à mulher em uma perspectiva social. É certo que, no caso do grupo pesquisado, a intimidação das mulheres é percebida pelos participantes como eles próprios verbalizam, mas faz-se necessário considerar na relação hierárquica o fato de que poder não existe sem resistência, e que o primeiro não está fixo em lugares e pessoas, mas circula em redes sociais (FOUCAULT, 2006). Nesta reunião ficou decidido que haveria o grupo à parte somente para mulheres, o que sugere que o grupo interpreta a reunião à parte como forma de empoderamento das mulheres.

O que se percebe, portanto, neste caso, é a repetição no grupo (que milita pela diversidade) de valores heteronormativos reinantes, que historicamente têm ditado a superioridade de homens sobre mulheres. Identidades de gênero e sexualidade são fluidas por não terem uma essência anterior às práticas que lhes conferem existência, por dependerem da própria nomeação reiterada que recebem, da performatividade enfim (BUTLER, 1999; CAMERON, 2002). Ao buscar mudanças na heteronormatividade com o empoderamento das mulheres entre homens, o grupo tem o mérito de compreender que não há essência identitária de gênero. A forma de buscar tal

empoderamento, entretanto, através de reuniões paralelas, demonstra a operação da matriz heteronormativa dentro do grupo não só pela “possível dissidência” (recorte 4 adiante), mas pelos fatos que provocaram nas participantes, sobretudo em Sofia, o sentimento de necessidade de atitude para que algo fosse feito com vistas a uma resistência à opressão pelas mulheres vivida dentro do grupo.

As pausas e hesitações do recorte 3, dessa forma, por constituírem formas convencionadas de sinalizar a seriedade conferida ao tópico pelos participantes (MARCUSCHI, 1999; GALEMBECK, 2003), contribuem para a construção identitária e reafirmação da operação da matriz (seja através da concordância com a situação, seja pela resistência a ela) através, dentre outros aspectos, desta mesma seriedade conferida ao assunto. Esta seriedade, construída e remarcada também com as pausas e hesitações, resulta também do conhecimento acadêmico de que partilham Wagner e Sofia. No recorte 4 abaixo, retirado das respostas ao questionário II dadas por Wagner, podemos perceber este conhecimento acadêmico na opinião de Wagner relativa à decisão das mulheres de se reunirem à parte para suas discussões.

Recorte 4

O grupo ((nome do grupo)) é um coletivo que trabalha com uma proposta de reflexão e atuação política no que tange pautas como **“sexualidades”, “gênero” e correlatas**. Assim, é entendimento do grupo **não distinguir as categorias e identidades que se possam identificar em seus componentes, mas promover uma atuação conjunta**. Portanto, quando foi sugerido por uma integrante do grupo uma reunião que seria composta apenas por mulheres eu me senti ameaçado. Tal sentimento se encaminhou porque previ que esta proposta descaracterizaria a intenção de atuação conjunta de todas/os as pessoas que integram o grupo. Me percebi confrontado, dessa forma, porque respeitaria o encaminhamento da criação de um grupo de mulheres, inclusive por saber de todas as vantagens em fazê-lo. O grande problema, para mim, **era uma possível dissidência desse grupo de mulheres** do ((nome do grupo)) (...) (Wagner, em resposta ao questionário II)

Ser homem e ter conhecimento acadêmico pode ser bastante significativo para o acesso ao poder da palavra (FAIRCLOUGH, 1994; BRAIT, 2003), o que parece ser reforçado nas interações do grupo. Ao falar de “sexualidade”, “gênero”, “atuação conjunta”, “categorias e identidades”, “possível dissidência” etc, Wagner demonstra haver já provavelmente percorrido certo percurso na militância e também em leituras teóricas sobre questões identitárias. A resposta à pergunta do questionário é ilustrativa deste fato, que também se dá no recorte 3 e vários outros pontos dos registros feitos. Esse conhecimento confere ao participante certo privilégio nas discussões do grupo, como se percebe na distribuição de turnos das reuniões, na proposta e na

manutenção dos turnos e tópicos discutidos etc. Tal privilégio é reforçado pelo fato de ser Wagner homem

Além de pausas e hesitações como pistas paralingüísticas de contextualização relacionadas à performatividade identitária dentro do grupo, como ilustram os recortes anteriores, sinais expressivos no tom de voz também são significativos nos registros feitos. Sinais expressivos no tom de voz são também, para Gumperz (1992), pistas contextuais paralingüísticas, estratégias discursivas convencionadas que o falante sinaliza e o ouvinte interpreta na construção do texto oral na conversação. Vejamos como isto ocorre no recorte 5, bem como sua relação com questões de poder ligadas ao gênero. As mudanças expressivas no tom de voz estão em letras maiúsculas no recorte, em que o grupo discute as comissões responsáveis por trabalhos em um evento a ser por eles organizado no ano seguinte à data desta reunião.

Recorte 5

- (01) Julio: gente a cultura é responsável por toda a parte cultural do evento ... ir atrás de local para as festas/arrumar pessoas pra organizarem os locais/ ((muitas falas sobrepostas incompreendidas))
- (02) Helen: ah eu vou ficar na cultura mesmo ...
- (03) Julio: alguém quer ficar na cultura além da Helen?
((muitas falas sobrepostas incompreendidas))
- (04) Julio: **EI** to explican**DO!** **EI** espera aí vamos funcionar aqui?! ... esperaí! ... **vamos começar/vamos** começar pelas datas não é? ((escreve a data no quadro)) ... secretaria ... alguém da secretaria define o que é a função da secretaria ...

Percebe-se, no recorte 5, o uso de sinais expressivos no tom de voz de Julio que sinalizam sua chamada de atenção do grupo para o que faz. Nota-se que Julio tomou a gerência da organização e listagem das pessoas vinculadas às comissões que trabalharão no evento, e demarca esta gerência com a imposição da voz em palavras como “EI” e “explicanDO”, além de imperativos como “vamos começar/vamos começar ...”. Nos dados registrados, esses sinais expressivos não se evidenciaram com frequência na fala de mulheres com o fim de liderar a conversação. Como ilustração, observem-se as falas de Sofia, Helen e Claudia nos recortes desta análise que constituem transcrições das reuniões do grupo. Novamente é, ao mesmo tempo, necessário considerar as potenciais intenções do falante (GUMPERZ, 1992) (neste caso específico as de Julio) na construção dos significados negociados, como também pensar no caráter repetível da linguagem, que confere a esta o funcionamento (DERRIDA, 1991 *apud* CAMERON e KULICK, 2003). Além da intencionalidade e da iterabilidade, é importante pensar nas posições dentro do grupo construídas, afirmadas e reafirmadas no uso de pistas de contextualização como os sinais expressivos no tom de

voz. Parece ser ingênuo pensar que, por serem mulheres, as participantes não fazem uso com tanta frequência desses sinais no estabelecimento e manutenção de poder no grupo através, por exemplo, da manutenção ou tomada de turno. Por outro lado, quando pensamos na constituição histórica de masculinidades e feminilidades, os usos lingüísticos, que performam identidades, são generificados e sexuados: o uso lingüístico contribui na constituição de identidades de gênero; estas, por sua vez, contribuem para a constituição sócio-cultural dos corpos sexuados por ação da matriz heteronormativa (BUTLER, 2001).

4.1.1.3 Gestos (olhar)

Enquanto conversam, os falantes servem-se de gestos (especificamente formas de olhar, no recorte 6) para contribuir na negociação de significados na conversa estabelecida (GUMPERZ, 1992). O recorte 6 a seguir traz a discussão do grupo acerca da importância da palestra que uma pesquisadora fará ao grupo. Este recorte é reproduzido posteriormente (recorte 21) na análise de controle interacional.

Recorte 6

- (01) Wagner: é ... a proposta de distinção é que a ((diz o nome da pesquisadora)) vai fazer uma fala muito abrangente que não vai é ... focar no que o grupo tem como assunto ... é ... principal de discussão ... então a gente podia conversar com a ((diz o nome da pesquisadora))/deixar essa discussão aberta pra quem quiser vir ... e a gente promover esse diálogo que eu acho importantíssimo ela vai ter mUIta coisa pra falar ... e o grupo tem muita coisa/eu tenho HORRORES pra perguntar ... ela lançou um livro agora sobre transexualidade/estou em crise ...
- (02) Todos: ((riem))
- (03) Julio: de gê::nero ... estou querendo operar ((ri))
- (04) Todos: ((riem))
- (05) Wagner: ((incompreendido)) transexual não é preciso operar ... para ser trans ((**olhando para Julio**))
- (06) Julio: uai mas você pode operar sem precisar de ... ser oficializado/nós podemos operar na Europa ... não precisamos passar por nada lá/
- (07) PH: mas não precisa operar/
- (08) Julio: não é igual aqui que tem que ficar dois anos acompanhando ...
- (09) Wagner: eu não preciso tirar ((**olhando para Julio**))
- (10) Julio: ((**olhando para Wagner**)) será? ((ri))
- (11) Todos: ((riem))
- (12) Wagner: não ...
- (13) Julio: não mesmo ((ri))

O olhar de Wagner para Julio, observado nas notas de campo e descrito na transcrição dos turnos 05 e 09 deste recorte é um sinal paralingüístico que contribui na contextualização da construção do texto verbalizado. Ao finalmente olhar para Wagner (turno 10) e colocar sua pergunta “será?”, Julio sinaliza estar por fim atento ao que Wagner quer negociar, isto é, o que significa ser transexual, ou melhor, o que não está implicado em ser transexual. Tal qual as palavras ditas, o gesto de olhar-se durante a interação contribui para a negociação do que é dito e do que vem em seguida (GUMPERZ, 1992). No caso do olhar entre Wagner e Julio, no recorte 6, esta estratégia possivelmente contribui para levantar questionamentos entre os integrantes do grupo acerca de assuntos ligados a sexualidade (transexualidade, neste caso específico). O olhar direto entre os participantes os levou a jogar com palavras, estabelecer a discussão sobre o fato de que não é necessário fazer cirurgia para ser transexual de forma breve, não sendo tal discussão estendida aos outros participantes da reunião.

Novamente o conhecimento exerce papel crucial no poder exercido dentro do grupo. Pode-se argumentar que a interação lingüística e paralingüística entre Wagner e Julio no recorte 6 seja uma forma de “sensibilização, formação, intervenção e suporte”, aspectos que, segundo a Carta de Princípios do grupo, são fundantes na configuração deste. Este argumento é plausível, já que a interação entre os dois participantes pode ser uma forma de questionar, diante dos outros membros do grupo e com eles, a visão heteronormatizada do transexual: a visão de que, para que o corpo do transexual seja socialmente inteligível nos termos da matriz heterossexual (BUTLER, 1999), precisa da metamorfose, da transformação possibilitada pela cirurgia plástica. O olhar incisivo de Wagner e o riso de Julio, como pistas contextuais paralingüísticas, demonstram essa “discussão teórica nos bastidores”. Entretanto, estes usos paralingüísticos não deixam de agir ao serem ditos para a reiteração da posição privilegiada desses dois participantes dentro do grupo pesquisado ao demonstrarem o conhecimento acadêmico de que gozam os dois.

Nesse sentido, como argumento na parte teórica deste trabalho, dada a performatividade lingüística e sendo as pistas de contextualização estratégias discursivas constantes do uso lingüístico, as pistas das quais Wagner e Julio lançam mão são formas convencionadas de agir pelo uso da língua, e não somente utilizar-se desta para refletir ou constatar “a verdade”. Em outras palavras, em usos da linguagem como no caso das estratégias discursivas postas em evidência no recorte 6, entende-se a diferença do “desempenho de um ato *em* dizer algo em oposição ao desempenho do ato *de* dizer algo” (AUSTIN, 1975, p. 99-100, ênfase no original). Ao fazer uso da língua (e neste caso refiro-me ao uso lingüístico como um todo, incluindo as pistas de

contextualização em evidência neste ponto), Wagner e Julio desempenham o ato de fazer algo, neste caso reiterar seu conhecimento para e com o grupo. Dentre vários outros, os possíveis efeitos perlocucionários (AUSTIN, 1975) desses usos lingüísticos são o poder de argumentação, participação e respeito pelo que dizem esses participantes em decorrência do conhecimento acadêmico que têm. Este recorte será retomado adiante para análise de outro aspecto, além (ou talvez exatamente por causa) do conhecimento, que eu gostaria de enfatizar nesse cuidado com a referência dos participantes a categorias identitárias.

4.1.2 Pistas de contextualização: novas escolhas lexicais, velhas escolhas de gênero

Como discutido anteriormente, as formas lexicais escolhidas durante a interação constituem estratégias discursivas que sinalizam para a compreensão do que é dito e o que vem em seguida (GUMPERZ, 1992). Prosseguindo no estudo da relação entre o emprego de estratégias discursivas e a performatividade identitária de sexo, gênero e sexualidade e sua relação com poder e conhecimento, analiso nos próximos recortes como as escolhas lexicais e as expressões pré-formuladas constituem formas lingüísticas com que os participantes negociam, performam e constituem identidades.

4.1.2.1 Formas lexicais ligadas ao tópico da interação

As pessoas fazem uso da língua de forma contextualizada e, dessa maneira, com pressupostos tácitos sobre o que falar em determinadas situações (FISHMAN, 1983; HYMES, 1972; 1986). Novamente, consideremos que, dentre outros aspectos caráter formulaico, repetível, das formas lingüísticas também confere a contextualização no uso da linguagem. Nesse sentido, considerando a competência do falante para o uso da língua, o uso é considerado apropriado ou não de acordo com visões convencionadas das formas lingüísticas (HYMES, 1986). Dessa forma, o caráter de ser o uso apropriado, na perspectiva dos falantes de uma língua “parece sugerir a noção de relação com características contextuais” (HYMES, 1986, p. 285). Portanto, formas pelas quais usuários e usuárias de uma língua “decidem” se certos usos lingüísticos são apropriados ou não são, dentre outros fatores, como demonstram vários trabalhos (HYMES, 1986; FISHMAN, 1983; LABOV, 1969, dentre outros), o tópico e o interlocutor na interação que, por sua vez, criam situações de maior ou menor formalidade. No recorte 7 a seguir os integrantes do grupo cantam e

brincam antes de iniciarem a reunião, alguns rapazes estão travestidos. Com base no recorte, procuro discutir como o uso de formas lexicais está relacionado ao tópico da interação no grupo e aos interlocutores envolvidos. Em seguida, ainda pautado no mesmo recorte, trato de como estas relações, reproduzidas nos usos lexicais que o grupo faz podem, de certa forma, estar relacionadas à reafirmação de sexualidades no grupo.

Recorte 7

- 01 PM Paulo/Paulo gente hoje é aniversário do Paulo!
 02 Wagner: gente já cantou parabéns para ele hoje?
 03 Helen: Não
 04 Wagner: vamos cantar parabéns então/
 05 Helen: ((riso estridente)) ((fala o nome de um PH)) **você está linda gata**
 06 PH: eu estou, não estou?
 07 PM: visão do inferno
 08 Helen: ((riso estridente))
 09 Todos: ((cantam parabéns assim que Paulo entra travestido))
 10 Julio: É **PICA** ...
 11 Todos: é **pica é pica é pica** ... é **rola** ... é **rola é rola é rola** ... no **e-di**, do Paulo, do Paulo, do Paulo!! ((riem muito e batem palmas)) muita paz ... muita paz ... muito **pau** ... muito **pau** ... /
 12 Wagner: gente eu achei que a reunião já tinha começado/eu cheguei atrasado ...
 13 Claudia: como sempre ...
 14 Alguém: ((risos))
 15 Wagner pois é ... eu pergunto ... aqui ... quem pode coordenar a reunião e quem pode relatar porque enquanto a gente relata/igual eu acabei de enviar ... um informe de relatoria na verdade daquela reunião que a gente fez no domingo/da reunião que a gente fez na casa do Julio ... eu mandei a relatoria da reunião que a gente fez lá ... alguém pode/

Como em outras situações de interação linguística, tópico contribui para o grau de formalidade e informalidade das trocas interacionais (HYMES, 1972). No caso do fragmento 7 acima, a situação é de informalidade e descontração para a maioria dos presentes, o que lhes “permite” fazer uso de palavras que em outras situações poderiam ser vistas como ofensivas ou obscenas, como “pica” (turnos 10 e 11), “rola” (turno 11), “pau” (turno 11). O uso destas palavras é tido neste trabalho como uma estratégia discursiva por constituir uma pista de contextualização (escolhas lexicais) que, com base na convenção que resulta da reiteração dos termos, sinaliza para os interlocutores o grau de informalidade da interação estabelecida.

A literatura na área tem demonstrado que não há um dialeto partilhado por uma comunidade *gay* geral¹⁶ (HARVEY, 1997; LIVIA e HALL, 1997; CAMERON, 2002; CAMERON e

¹⁶ Apesar das possíveis implicações essencializadoras da expressão “gíria *gay*”, utilizo-me desta neste trabalho para referir-me a usos linguísticos que são tomados em sociedade, e entre alguns estudiosos (HAYES, 1981; CHESEBRO e

KULICK, 2003, dentre outros). Além das palavras do recorte 7 referidas no parágrafo anterior, tidas como obscenas ou até grosseiras em outros momentos de interação lingüística, há a inversão de formas lingüísticas de gênero no turno 05, quando Helen interpela um participante homem (PH) dizendo-lhe que ele está “linda” e chamando-o de “gata”, interpelação perfeitamente aceita por PH. O fato de Helen chamar PH de “gata” e dizer que ele está “linda” não torna PH uma mulher. Este uso lingüístico tampouco se dá tão-só pelo fato de PH ser *gay*. A propósito, este PH participou de poucas reuniões do grupo, e não respondeu ao questionário inicial, o que não nos permite, portanto, referir-nos à sua orientação sexual. O que o uso lingüístico demonstra, então? Sugere que há liberdade, não-opressão de vivências de sexualidades na situação interacional do recorte 7 e, mais especificamente, na interação entre PH e Helen, que podem falar e construir-se de forma menos problemática no discurso como homossexuais.

Além disso, há o uso da palavra “edi” (ânus), talvez não compreensível pela maioria dos falantes de português da região onde o grupo atua. “Edi” é uma palavra por muitos tida como gíria *gay* (VIP e LIBI, 2006). Embora falar em gíria *gay* pareça essencializar e estereotipar identidades, vendo-as como pré-existentes a sua própria expressão, compartilho da visão de que palavras como esta têm sua origem, ou ao menos uso mais comum, entre alguns homossexuais do sexo masculino, conforme ilustro no recorte 8. Entretanto, adianto que, além das implicações de poder entre os falantes no uso deste léxico, se termos como este são utilizados com mais freqüência entre homens *gays*, uma vez usados e institucionalizados, eles se tornam parte da língua, portanto disponíveis para quaisquer falantes, independente de sua construção identitária de sexo, gênero e/ou sexualidade. A ligação feita entre o uso de tais palavras e expressões à homossexualidade masculina é, portanto, uma forma de naturalizar identidades, embora esta prática seja bastante comum em sociedade. Diferentemente de pensar apenas em “quem” estas palavras revelam, talvez seja mais produtivo pensar em o que usá-las produz, e que relações entre as pessoas são estabelecidas e reiteradas através desses usos lexicais, como discuto na seção 4.1.2.2.

Nos turnos 12 e 15, não obstante, ainda no recorte 7, a fala de Wagner se apresenta direta, objetiva e séria, não trazendo nenhuma das categorias lexicais ou interpelações de brincadeira constantes nos turnos anteriores do recorte. A “eliminação” dessas formas lexicais e interpelações

KENNETH, 1981, dentre outros), como pertencentes ou com uso mais comum entre homossexuais. Como procuro demonstrar, entretanto, partilho da visão de que estes usos referidos como “gíria *gay*” não são um banco de dados lingüísticos disponíveis tão-só a uma suposta comunidade homossexual e homogênea, mas sim que tais usos, constantes na língua para todos os falantes, ocorrem em uma rede de permissividades e performatividade lingüístico-identitária. Nesse sentido, a expressão “gíria *gay*”, apesar de não muito precisa, é usada neste texto por falta de termo mais adequado.

sinalizam o interesse de Wagner em iniciar a discussão das pautas do dia, pondo fim aos turnos que serviam à descontração inicial do encontro do grupo. Pode-se perceber mais da relação entre o uso de formas lexicais por muitos vistas como gíria *gay* e o tópico da conversação em outros recortes, como apresento a seguir.

4.1.2.2 Formas lexicais: significados e usuários

De acordo com Gumperz (1992), formas lexicais e expressões formulaicas são usadas e interpretadas com base na situação de fala imediata e, nesse sentido, ganham significados variados de acordo com quem as usa, quando e onde. Os recortes 8, 9, 10, 11 e 12 a seguir ilustram a relação de representações múltiplas que formas lexicais tomam entre os membros do grupo participante desta pesquisa, bem como a relação recorrente nos dados entre o léxico e quem o utiliza com mais frequência. No recorte 8 os integrantes do grupo discutem a organização de uma confraternização, a ocorrer dias após a discussão feita.

Recorte 8

- 01 Claudia financeiro?
 02 Alguém: é/tem que pensar no **aqué** ...
 03 Sofia: é acho que leva comida como sempre e quem beber leva dinheiro pra juntar e comprar lá
 04 Julio tem geladeira lá? ((todos riem)) só estou perguntando ... se não tiver tem que providenciar uma caixa de isopor
 05 Wagner tem as **bi vegetarianas** ...
 ((todos falam ao mesmo tempo))
 06 Julio: não ... come pepino quem for vegetariano gente ...
 07 Claudia: ((ri alto))
 08 Julio: dá para improvisar né? ... não ... já é!/tem que vê o seguinte tá começando a chover em **Goiá/Gayânia** hein?!
 09 Todos: ((riem))
 10 Julio: **caí água horrores!** ... tem que olhar isso ...
 11 Claudia: o-bo-ca ... cala a boca Julio deixa de ser azarento! ((ri))
 12 Julio: não ... menos ...
 13 PH1: **a bicha pessimista** ...
 14 PH: beleza! fechado né?! ... qual o telefone?
 15 Wagner: depois você ((para a participante em cuja casa o evento ocorrerá)) pode colocar esses informes lá no *Orkut*? ...
 16 PM: Sim
 17 PH1: cadê o endereço da **racha**? ... **gata eu quero arrasar na produção de trava/**
 18 Wagner: **calma bicha/**
 19 PH1: **vou fechar o bairro querida! ... a trava Paola Furacão ... aquienda! ...**

Observam-se, no recorte 8, formas lexicais e expressões formulaicas por alguns autores tidas como mais comuns entre *gays*, conforme Vip e Libi (2006) e Chasebro e Kenneth (1981), por exemplo. Palavras e expressões como “aqué” (turno 02), “as bi vegetarianas” (turno 05), “Gayânia” (turno 08), “horrores” (turno 10), “bicha pessimista” (turno 13), “racha” (turno 17), “gata eu quero arrasar na produção de trava” (turno 17), “calma bicha” (turno 18) “vou fechar o bairro querida! ... a trava Paola Furacão ... aqüenda” (turno 19), são estratégias discursivas que igualmente contribuem para construir o grau de informalidade da situação. Não é difícil perceber também que, além de serem estas palavras e expressões mais comumente empregadas em momentos de descontração, quando empregadas dentro do grupo perdem a conotação pejorativa que poderiam ter se utilizadas em outras situações, principalmente se proferidas por alguém não homossexual com o intuito de agredir. Outros registros nos permitem reafirmar a mudança de significado ou, no mínimo, abrangência dessas palavras e expressões, como sugere a análise dos recortes 13, 14 e 15, por exemplo.

A questão crucial que gostaria de ressaltar com relação ao uso desse léxico, entretanto, é sua predominância maior na fala dos homens dentro do grupo. No recorte 8, por exemplo, todas as palavras consideradas são ditas por homens, embora outros usos, como a fala de Claudia no turno 11, também contribuam para produzir o grau de informalidade da situação. O ponto para o qual quero atentar, entretanto, é o fato de que, neste grupo, as mulheres parecem não fazer uso tão constante quanto os homens de termos tidos pelo senso comum, e em trabalhos como os de Chesebro e Kenneth (1981) e Hayes (1981), entre outros, como gíria *gay*. Se, por um lado, pode-se pensar que isto se dá por comedimento das mulheres, por outro pode-se pensar que tal comedimento se dá exatamente, dentre outras questões, pelo não uso dessas palavras sob uma perspectiva histórico-cultural. Lésbicas ou não, as participantes do grupo são mulheres, assim foram discursivamente constituídas e continuam a sê-lo ao longo de suas vidas como sujeitos sociais. O conceito ou a imagem de mulher discursiva e socialmente construída em nossa sociedade vai sendo imposto às mulheres por meio de estereótipos tais como “sensíveis”, “comedidas/comportadas”, “educadas”, “frágeis”, “afetivas”, “pouco racionais”, “dóceis” etc. Na perspectiva dos estudos *queer* e da linguagem como performativa (BUTLER, 1999; SPARGO, 2000; SULLIVAN, 2006; MOITA LOPES, 2002; MILLS, 2003; NELSON, 2004; ROMAINE, 1994, dentre outros), bem como sugerem os dados deste estudo, as mulheres não apresentam necessariamente tais características vistas como tipicamente femininas, mas são assim constituídas pela repetição de práticas (BUTLER, 1999, CAMERON, 2002), ainda que a prática do silêncio, que dá a impressão de serem estas

características inerentes ao mais íntimo ser das mulheres. No uso da língua, estão instrínsecas regras de tal uso, e para os falantes as “regras de uso lingüístico com freqüência contribuem para um círculo de exclusão e itimidação, como aqueles que dominam uma prática particular a usam para itimidar outros” (CAMERON, 2002, p.12). Nesse sentido, não procede o fato de que as lésbicas no grupo pesquisado não têm um “linguajar” distinto (ou que somente os homens o tenham), e sim de não terem a “permissão” social para produzi-lo/gerá-lo/utilizá-lo. Dessa forma, se as palavras e expressões analisadas nos recortes 7 e 8, por um lado, estão ligadas a constituição e reafirmação de sexualidades, estão também ligadas à reiteração de identidades de gênero.

Sofia, no recorte 9 a seguir, ao ser perguntada acerca dos usos dessas formas lexicais pelas pessoas no grupo e fora dele, responde:

Recorte 9

Sim, são constatemente usadas, principalmente porque são palavras mais freqüentes do universo *gay* masculino e o grupo conta com uma maioria de homens, homens criados para falar em espaço público. São os sujeitos a quem essas palavras se referem é que mais as falam, os homens *gays* do grupo. Eu uso poucas delas e só agora que vc está perguntado é que estou reparando nisso. Impressionante. Eu uso só bicha, viado, bafão, *gay*. Acho que não as uso porque elas não falam de mim, ou talvez porque eu seja formal demais. Isso vai me render horas e horas de reflexões. Acho que as lésbicas são tão invisíveis que tem pouca linguagem que as defina. **Agora que estou em um grupo só de lésbicas é que venho percebendo a extensão disto.** Mais recentemente é que tenho usado lésbica, sapa, sapatão. Talvez porque ainda esteja em mim a criação de boa moça que recebi para não dizer palavras que pareçam "ofensivas". Ai Ai. Eu uso algumas palavras "do bafão" fora geralmente de forma proposital, as vezes para me identificar, ou quando as pessoas não dizem as coisas claramente, para mostrar que não se deve ter medo destas palavras, que elas não tem nenhum mistério. Para desmistificar. Mas algumas são só nossas. (Sofia, em resposta à terceira questão do questionário II aplicado ao grupo)

A resposta de Sofia no recorte 09 complementa os dados apresentados no recorte 8, sugerindo que as mulheres empregam menos palavras socialmente tidas como próprias de grupos homossexuais do que os homens. Note-se na resposta que Sofia percebe mais claramente o uso lingüístico (a falta de palavras, na verdade, para referir-se às lésbicas) uma vez que ela está agora “em um grupo só de lésbicas”. Quanto ao uso de palavras que funcionem como recursos de afirmação e reafirmação de identidades sexuais, Sofia fala de várias situações em que as palavras são “postas em prática” ou não. Esta parece ser uma prática lingüística ligada à fluidez da sexualidade, uma vez que esta, por ser parte da identidade do sujeito, depende da própria nomeação, maciçamente repetida, para ser produzida e (re)validada (CAMERON, 2002).

O recorte 10 a seguir traz a discussão do grupo acerca da participação de alguns de seus membros em um encontro nacional que trata de questões ligadas à diversidade sexual. O encontro é anual e o grupo se responsabilizou pela organização do encontro do ano seguinte ao da gravação das reuniões.

Recorte 10

- 01 PH: elas se, se mobilizaram e **fizeram a primeira parada lésbica do ... do evento, foi muito engraçado/**
- 02 Paulo: **gente, teve parada lésbica!**
- 03 PH: com grito de ordem ... foi muito engraçado o grito de ordem **deles**: “é risível, sou lésbica invisível!” foi muito legal ... e a ((incompreendido)) lá perto foi muito legal ... então **eles** fizeram/fizeram o beijaço na/na ... na/
- 04 Helen: **minha mulher** estava no meio/
- 05 PH: estava no meio ...
- 06 PM: assim, está consciente/
- 07 Paulo: é político! é político ...
- 08 Helen: eu ligava para ela e falei: “e aí?” ela “**amor** ... estou beijando ... daqui a pouco eu te ligo!” eu “está certo!”

No recorte 10, pistas como a afirmação de PH de que o protesto das lésbicas no evento “foi muito engraçado” (turno 01) ou a exclamação de Paulo ao afirmar que “teve parada lésbica!” (turno 02) contribuem para a construção de visões assimétricas dos atos dos homens e dos das mulheres. Sugere-se que a parada lésbica é algo novo, notório, inesperado e, essencialmente, ainda em construção e aquém da manifestação que os *gays* já fazem. Possivelmente, se se falasse da parada *gay*, incluindo grito de ordem, seria também “muito legal”, poderia ser considerado um ato muito bonito e notório, porém não seria “muito engraçado” nem inesperado, exclamado como novidade. O emprego do masculino genérico em “deles” e “eles” por PH (turno 03) para referir-se ao “grito de ordem” das mulheres e a estas também chama atenção para este ponto, parece contribuir para a busca de notoriedade do ato das mulheres através do “amalgama” da referência a estas com o determinante masculino: busca-se a visibilidade lésbica com o “reforço” dado pela forma no masculino?

Há, nos turnos 04 e 08, o emprego das expressões “minha mulher” e “amor”, respectivamente, por Helen. O uso de termos para nomear, interpelar e/ou referir-se ao companheiro ou companheira, namorado ou namorada, esposa ou marido etc, são, nesse sentido, entendidas como uma estratégia discursiva que sinaliza e/ou constrói as redes de permissividade dentro do grupo que envolvem os falantes, e sexualizam as pessoas performativamente. Ao dizer “minha mulher”, por exemplo, Helen se constrói performativamente dentro do grupo como lésbica, uma vez que tem a

permissão sociolingüística (dados os participantes da interação) para assim o fazer. Palavras como “minha mulher” podem ser vistas como derivadas da heteronormatividade e empregadas neste contexto de uma intencional militância anti-heteronormativa, ainda que isto pareça contraditório. A interpelação ou referenciação ao parceiro sexual ou companheiro, namorado, namorada, esposa etc, já abordada em outros estudos (HARVEY, 1997, por exemplo) é uma forma de se construir e construir o outro no discurso no que tange à sexualidade.

Se, por um lado, o uso de tais termos pode parecer em conflito com o combate à heteronormatividade pela apropriação dos termos desta, por outro o uso desses termos é, muitas vezes, político e não pouco problemático, inclusive na perspectiva dos participantes. O recorte 11 a seguir reúne respostas dadas à questão 12 do questionário I com o intuito de mostrar a percepção dos participantes acerca de palavras interpelativas ou de referenciação das quais fazem uso quando falam de seu amante ou sua amante e/ou parceiro ou parceira sexual.

Recorte 11

Meu/minha parceiro/a; O nome da pessoa; e meu/minha marido/esposa. (Helen, em resposta à questão 12 do questionário I)

Meu/minha namorado/a; O nome da pessoa; outra(s): ficante. (Sofia, em resposta à questão 12 do questionário I)

Meu/minha namorado/a; **Meu/minha parceiro/a;** **Meu/minha companheiro/a;** **O nome da pessoa;** e outra(s): **bofe, gatinho, gato, lindão, a outra** etc ... (Julio, em resposta à questão 12 do questionário I)

A forma como as pessoas se referem aos seus pares constitui uma estratégia para negociar, afirmar, constituir enfim, sua sexualidade na interação lingüística com outras pessoas (HARVEY, 1997). Tradicionalmente, muito se creditou a formas como “meu/minha parceiro/a”, “uma pessoa”, “o nome da pessoa”, “meu caso” como formas de permanecer “no armário”, como demonstrado por Jagose (2001), uma vez que não há referência a nenhuma categorização socialmente vista como sexual nesses usos, isto é, o sexo do parceiro ou da parceira não é “revelado”. Com base nas respostas de Helen, Sofia e Julio, pode-se perceber que, em princípio ao menos, não lidam com esta questão de forma problemática, já que afirmam utilizar formas como “meu namorado”, “minha namorada”, “minha esposa”, “gatinho”, “lindão”, “a outra” etc. Uma vez que as opções da questão 13 do questionário I trazem alternativas como meu/minha namorado/a etc,

é necessário buscar evidências em outros registros para afirmar que os participantes se entendem e buscam ser compreendidos em uma inteligibilidade social como homossexuais ou não.

Na questão que pede a orientação sexual dos participantes, que não oferecia opções, deixando a resposta livre, Helen e Sofia responderam que são lésbicas, e Julio deixou a resposta em branco. Em outros registros (ver recorte 13, por exemplo), entretanto, Julio parece negociar e construir sua sexualidade como homossexual. As palavras utilizadas para referir-se àquele/a com quem mantêm alguma relação afetivo-sexual são, portanto, pistas de contextualização que sinalizam para o ouvinte como a identidade sexual negociada e performada no momento da interação é, na perspectiva dos participantes, assumida. O campo seguinte do questionário I traz uma questão que pede aos participantes possíveis motivos para a preferência das palavras por eles mencionadas na questão anterior do questionário.

Recorte 12

Marquei as que mais uso, na ordem , o nome da pessoa, minha namorada, ficante. Em relação ao minha namorada ainda há uma questão, **tenho problemas com o minha** por causa da idéia de posse. (Sofia, em resposta à questão 13 do questionário I, ênfase da participante).

Não, uso porque tenho costume mesmo, mas **não tenho vergonha de dizer que ela é minha companheira, ou esposa pra ninguém**. (Helen, em resposta à questão 13 do questionário I).

Não, apenas me remeti ao “real”, **me lembrando das expressões que eu usava e espero voltar a usar**. (Julio, em resposta à questão 13 do questionário I).

Em suas respostas, os três participantes tratam também de questões não diretamente abordadas na pergunta do questionário. Sofia remete sua resposta aos “problemas com o minha”, encontrando complexidade no uso do possessivo para referir-se a outras pessoas; Helen insere o fato de não ter vergonha de dizer que tem uma esposa; Julio afirma veementemente não ter porquê não usar as palavras, sendo ou não legitimadoras na perspectiva da sociedade. Percebe-se, portanto, a intenção de subverter normas pré-estabelecidas socialmente tanto no que concerne a questões de sexualidade (homossexuais ou não) quanto a questões de fidelidade conjugal, construto da matriz heteronormativa, uma vez que esta prevê a monogamia (RUBIN, 1993).

O uso deste léxico com maior ou menor frequência está, portanto, segundo os participantes, de certa forma ligado às implicações de ser homem ou mulher. Acrescente-se também que, apesar do caráter subversivo destas palavras, como interpretam os participantes (ver recortes

13, 14 e 15 e respectivas discussões), a fluidez identitária acaba sendo essencializada por haver a ligação quase que necessária, na percepção dos participantes, entre o uso da “gíria *gay*” e ser *gay*, e o não uso da “gíria *gay*” e ser lésbica. Dessa forma, compreendem-se identidades do ponto de vista lingüístico de três maneiras: i) como são constituídas (na performatividade lingüística); ii) como são buscadas pelos participantes que já tiveram ou têm algum acesso a leituras sobre teorização identitária (como performativas); iii) como são às vezes entendidas (de forma essencial, ligada à suposta rigidez da diferença de sexo, determinando este quem usa e quem não faz uso das expressões formulaicas). Dos recortes 13, 14 e 15 a seguir, procuro analisar mais atentamente o segundo caso, em que parte dos participantes busca viver suas identidades como performativas. Nesta busca, os participantes parecem modificar sua maneira de falar/escrever (incorporando ou suprimindo itens) na tentativa de, através da *higiene verbal* (CAMERON, 2002), modificar não só a forma com que as identidades são compreendidas, mas possivelmente também combater o preconceito a categorias tomadas como existentes pela sociedade sob a perspectiva de inteligibilidade regida pela matriz heteronormativa (BUTLER, 1999).

4.2 Escolhas e percepções metalingüísticamente *queer*: a normatização anti-hierárquica

Falantes de uma língua não somente a usam, mas também a comentam, como argumentado na parte teórica deste trabalho. Ao analisar o uso da língua, falantes fazem *higiene verbal*, conceito que descreve práticas normativas e metalingüísticas resultantes da preocupação do falante com questões do uso da língua (CAMERON, 2002). Nesse sentido, o uso lingüístico e a percepção que se tem acerca desse uso, quando resulta na preocupação do falante em normatizar o próprio uso que faz, constitui higiene verbal. Nas duas próximas subseções, trato de como as escolhas lexicais que os participantes fazem e a percepção que têm desses usos são estratégias discursivas que, dado o caráter performativo (AUSTIN, 1975) e convencional do uso lingüístico, constituem maneiras de reiterar posicionamentos identitários de sexo, sexualidade, gênero e conhecimento. Pautado nos recortes 13, 14 e 15, apresento e discuto a percepção que os participantes desta pesquisa têm acerca do uso que fazem das formas lexicais e expressões formulaicas discutidas com base nos recortes 8, 9 e 10 anteriores e outros registros. Apresento também a argumentação de que, tanto no uso lingüístico dos participantes quanto na percepção que eles têm acerca de tal uso, há higiene verbal potencialmente com vistas à diminuição do preconceito contra identidades sexuais e de gênero.

4.2.1 Escolhas lexicais como estratégia discursiva

No quadro 1, apresentado na parte teórica deste trabalho, temos o posicionamento de Gumperz (1992) de que, por constituir uma pista de contextualização, as escolhas lexicais e o uso de expressões formulaicas são estratégias discursivas. Isto se deve ao fato de que as escolhas lexicais sinalizam para o ouvinte as possíveis intenções do falante, o que contribui para a negociação de significados (GUMPERZ, 1992). Não somente a intenção de quem fala contribui na construção do significado, mas a reiteração lingüística, como argumentado por Derrida (1991), citado por Cameron e Kulick (2003). Nesse sentido, as escolhas lexicais são aqui tomadas como pistas de contextualização que são estratégias discursivas que, dado seu caráter intencional e também de reiteração de práticas, constituem formas de performatividade na interação lingüística.

4.2.1.1 Léxico usado: léxico ressignificado

No recorte 13 a seguir, apresento parte de uma entrevista feita com o participante Julio em conversa simultânea pela *internet*. A conversa é remissiva a registros (transcrições) de reuniões do grupo.

Recorte 13

- 01 Pesquisador: (...) estou vendo nas transcrições que você usa várias palavras para se referir a si e aos outros como 'viado', 'biba' etc. você usa essas palavras com sua mãe também?
- 02 Julio: **Para me referir a mim não, mas tipo falando sobre os outros sim. Bicha, viado, moninha rsrs Adoro!**
- 03 Pesquisador: E por que essa diferença?
- 04 Julio: **Eu não acho que minha mãe, por mais liberal que seja, vai gostar de ouvir o filho dela se auto-referindo como viado** embora eu faça isso também, não que tenha nada daquela conversa fiada “lá na casa do outro pode, aqui não” ou então “viado é o filho da outra, o meu é homossexual”, o lance é muito, muito tranquilo. Temos muita intimidade.
- 05 Pesquisador: Entendo.
- 06 Julio: É bom mesmo, porque depois eu pego esse trabalho seu e levo no conselho de ética rsrs
- 07 Pesquisador: Lembra do dia que você relatou sobre aquele ato violento e homofóbico que você sofreu perto da sua casa?
- 08 Julio: Aquilo foi uó!
- 09 Pesquisador: Tem esse trecho aqui, olha só: “Esse negócio, eu já contei isso cento e cinquenta mil vezes e eu não quero ficar lembrando isso porque foi horrível. Então não é fácil pra mim, eu nem sei o que é que eu estou fazendo aqui hoje! Porque agora que está caindo a ficha na minha cabeça do que aconteceu comigo na semana passada. Fui

- violentado no bairro, por volta de meia-noite, dois caras me bateram e me xingaram porque eu sou viado.” Aqui você se chama de “viado”, certo?
- 10 Julio: Sim, mas é em outro contexto, é numa relação com meus pares, com pessoas de quem eu gosto e que gostam de mim, acho **absolutamente normal**, a intenção é subverter mesmo o tema, não uso esse termo como negativo. Pelo contrário, é para positivar a expressão. Agora quando alguém o faz com o intuito de diminuir, desrespeitar, isso é outra, **OUTRA coisa!! Viado, bichinha, mona, poderosa, luxuosa, biscate, vagabunda tudo coisa que usamos num coletivo, onde há completo reconhecimento de grupo.** Você entendeu né? Ou não?
- 11 Pesquisador: Sim, entendi.

O trecho é representativo das percepções que o participante tem com relação a estratégias discursivas do tipo formas lexicais e expressões formulaicas, como as analisadas no recorte 8. Note-se que o uso das expressões e palavras é visto por Julio como ligado ao tópico, situação e interlocutores no que concerne também a seus significados. Nos turnos 02 e 04 o participante, ao expressar sua percepção acerca do uso das palavras, entende que estas podem de certa forma ter um sentido negativo dado por quem as ouve (aquele com quem se fala ou aquele de quem se fala), motivo pelo qual prefere não as utilizar para referir-se a si mesmo quando fala com sua mãe. No turno 10, uma vez que pontua outra situação de uso, pautado nas transcrições de uma reunião, o participante expressa sua visão das palavras como “OUTRA coisa”, palavras usadas “num coletivo, onde há completo reconhecimento de grupo” e, portanto, “absolutamente normal”, sem sentido negativo. De forma similar àquela pela qual a palavra *queer* foi empregada por militantes do movimento de liberação *gay/lésbica* (JAGOSE, 2001; SULLIVAN, 2006), Julio entende o uso de palavras como “viado”, “bichinha”, “poderosa”, “mona” etc, dada a situação de reconhecimento de grupo, como uma forma de subverter o sentido da palavra.

Isto de fato ocorre, uma vez que parece claro nos registros que palavras e expressões como estas não são veiculadoras ou promotoras de ofensa entre os membros do grupo em função de quem as diz a quem e se referindo a quem (recortes 8, 9, 10, 11, entre outros), isto é, o interlocutor na interação contribui para decisões tomadas pelo falante nas escolhas lexicais (GUMPERZ, 1982) e a repetição lingüística em contextualizações localizadas têm efeitos distintos de outras. Entretanto, dado que essas palavras e expressões, como o próprio Julio afirma, são sem poder de ofensa, “onde há completo reconhecimento de grupo”, é o caso de haver alguma subversão? É certo que os termos são ressignificados, porém a prática lingüística reiterada (CAMERON, 2002) em sociedade continua conferindo a estas palavras o poder de ofensa. Há ressignificação em razão de aspectos de contextualização, mas parece ser exatamente por este motivo – a necessidade de contextualização – que a subversão da força ilocucionária das palavras não ocorre.

A ligação do uso deste léxico com a contextualização também é tomada na percepção da participante Claudia. Em resposta ao questionário II, ao ser perguntada sobre quem faz uso desse léxico, a participante responde “[a] maioria. Entre os homens a totalidade. Eu uso sim. Fora do círculo de amigos do grupo não vejo razão para o uso, o grau de intimidade não me permite isso” (Claudia, em resposta ao questionário II). A higiene verbal (CAMERON, 2002), neste caso, está na normatização metalingüística dos usos do léxico: quando (não) dizer, como (não) dizer, para quem (não) dizer.

Ao serem perguntados, na segunda questão do questionário II, acerca do uso das palavras e expressões discutidas do recorte 8, Paulo e Julio responderam:

Recorte 14

No grupo e **nas nossas reuniões essas palavras parecem ecoar como liberdade de expressão e vivência da nossa sexualidade** subvertendo assim os padrões heteronormativos e hegemônicos da nossa sociedade. Sociedade essa que geralmente observa o pronunciamento dos termos citados com preconceito e desprezo, de certa forma para eles, acredito eu, **é a representação da promiscuidade e do “submundo” que estamos envolvidos** (Paulo, resposta à primeira pergunta do segundo questionário aplicado).

Eu adoro usá-las, sobretudo **para subverter (ou ao menos tentar) o sentido negativo que elas carregam**. Então se eu as uso, pode ter certeza que é uma ato político, consciente, de usar uma palavra que significa uma coisa não positiva, ou usada apenas em contextos de discriminação, para ofender outra pessoa, e usá-las em outro sentido. Sem falar que usar essas palavras no contexto em que usamos, reunião do grupo, mas não só ali, **é uma forma de manter uma coesão, uma espécie de articulação e “linguagem de segredo” que só quem está envolvido sabe decodificar** (Julio, resposta à primeira pergunta do segundo questionário aplicado).

No recorte 14 temos a percepção de Paulo e a de Julio com relação ao uso das palavras e expressões formulaicas percebidas nas transcrições. Percebe-se o posicionamento de Paulo com relação ao uso das palavras e sua interpretação pela sociedade como representativas da promiscuidade em que os homossexuais estão supostamente envolvidos. Nas reuniões do grupo, entretanto, como sugere Paulo, as palavras “parecem ecoar como liberdade de expressão e vivência da nossa sexualidade”, percepção esta aparentemente compartilhada por Julio, para quem o uso das palavras subverte (ou é uma tentativa de subverter) “o sentido negativo que elas carregam”. Além disso, para Julio, o uso das palavras pode ser uma estratégia de articulação, coesão, uma “linguagem de segredo que só quem está envolvido sabe decodificar”.

As considerações de Claudia em resposta ao questionário II, as de Julio no recorte 13 e as respostas de Julio e Paulo no recorte 14 são exemplos de higiene verbal não porque há silenciamento

de termos, como pode-se pensar pelo termo “higiene verbal”. Ao contrário, o uso dessas palavras e expressões é, na perspectiva dos participantes, impulsionado e estimulado com base num posicionamento político. Nesse sentido, o uso desse léxico como estratégias discursivas que sinalizam e contribuem na contextualização de uso lingüístico constitui, numa perspectiva mais ampla, práticas metalingüísticas normativas que resultam da preocupação do falante com o uso da língua, e por isso, considerando a argumentação de Cameron (2002), as vejo como higiene verbal. Nesse sentido, usar ou não usar estas palavras e expressões está, para os participantes, diretamente relacionado a questões de subversão de práticas, resignificação de termos e categorias.

O caráter subversivo de palavras como “bicha”, “gay”, “sapa”, “viado” etc, é ressaltado com bastante frequência pelos participantes desta pesquisa. Em respostas ao questionário II, o sentido de subverter aparece, diretamente ou não, na resposta de todos os participantes quando pergunto sobre os usos de expressões como “bicha”, “gay”, “viado” etc nas interações do grupo, como demonstra o recorte 15 a seguir:

Recorte 15

(...) é bastante interessante **a subversão** que se faz do sentido dessas palavras, que cotidianamente, fora do grupo, seriam palavras ofensivas.” (Claudia, em resposta ao questionário II)

(...) **tem uma forma ofensiva, mas depende da forma e intenção** com que essas palavras são faladas, **para quem estão sendo dirigidas** (Helen, em resposta ao questionário II)

[e]u adoro usá-las, sobretudo **para subverter** (ou ao menos tentar) o sentido negativo que elas carregam. (Julio, em resposta ao questionário II)

[n]o grupo e nas nossas reuniões essas palavras parecem ecoar como liberdade de expressão e vivência da nossa sexualidade **subvertendo** assim os padrões heteronormativos e hegemônicos da nossa sociedade. (Paulo, em resposta ao questionário II)

(...) elas **ganham um significado completamente diferente. Resignificamos os nomes que nos são dados, transformamos em motivo de orgulho.** (Sofia, em resposta ao questionário II)

[p]alavras a princípio identificadas como ofensivas, como “viado”, **passam a ser tomadas** a tom de galhofa, bom-humor, ironia não-degradante ou simplesmente vocativo. (Wagner, em resposta ao questionário II)

Não é o caso de dizer que estas palavras perdem o sentido de ofensa ou diminuem o preconceito existente, porém ganham, ainda que em situações bem localizadas, o poder de possivelmente construir significados distintos daqueles potencialmente alcançados com o uso das mesmas palavras fora do grupo e, principalmente, como afirma Wagner (ver recorte 16 a seguir), por alguém não LGBTT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transgêneros). Não parece haver segredo algum no fato de que palavras são ressignificadas pelos interactantes de uma conversação, principalmente quando se fala em “completo reconhecimento de grupo” (Julio, na entrevista com o pesquisador) ou “para quem é ‘do meio’” (Sofia, em resposta ao questionário II). Sendo a interação um componente de construção que faz parte de todo ato de linguagem (BAKHTIN, 1992) e dado que a língua não deve ser compreendida sem se considerarem seus usuários e usuárias (PINTO, 2001), na interação é que ocorre a significação, a construção de sentido. É preciso pensar, entretanto, que embora o uso de palavras pelo grupo *a priori* tidas como ofensivas com o intuito de ressignificá-las e torná-las “ironia não-degradante ou simplesmente vocativo” (Wagner, em resposta ao questionário II) pode não garantir a subversão de seu poder de ofensa. A garantia de funcionamento da ofensa no uso dessas palavras, tal qual o funcionamento da linguagem como um todo, está, além da intenção de quem as usa, em seu uso reiterado; é o ato de fala com níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário (AUSTIN, 1975) cuja performatividade está garantida em seu caráter convencional, iterável, repetível (DERRIDA, 1991 *apud* CAMERON e KULICK, 2003).

4.2.1.2 Percepções “higienizadoras” de formas lexicais e expressões formulaicas

Numa perspectiva um pouco mais acurada com a qual Cameron (2002) emprega o termo *higiene verbal*, o recorte 16 a seguir parece ser significativo como exemplo dessa prática pelo participante Wagner. Além do conhecimento acadêmico de que goza o participante, evidenciado e discutido em recortes anteriores, há um cuidado significativo de Wagner em fazer uso de expressões interpelativas ou explicativas, performativas, que, em sua percepção, podem contribuir para a perpetuação de padrões heteronormativos. Foi solicitado de Wagner que discorresse na primeira questão do questionário II acerca do uso de palavras e expressões como “bicha”, “veado”, “mona” etc pelos membros do grupo. A questão proposta pedia para que o participante tratasse do fato de usos convergirem ou divergirem de usos em outros contextos, além de seu próprio posicionamento acerca desses usos. A resposta de Wagner é transcrita a seguir.

Recorte 16

Tais palavras não são utilizadas exclusivamente por grupos e indivíduos LGBTTTT ou quaisquer nomes que se possa atribuir àquelas/es que se percebem em tais vivências. O que me soa absolutamente distinto é como e a quem as/os LGBTTTT utilizam tais termos em comparação às/aos demais “falantes de português”. Cito que não me é interessante reproduzir aqui as categorias e identidades que margeiam compreensões das travestilidades e das homo-bi-hetero-trans-quaisquer-que-sejam-sexualidades. Mas, pleiteando alguma via para distinguir modalidades de utilização dessas palavras por tais “grupos”, vou me reportar à sigla (ou sopa de letrinhas, aos termos de Regina Facchini). É possível, assim, pensar que as/os emissoras/es não-LGBTTTTs utilizam tais palavras quase que exclusivamente para oprimir, subalternizar, menosprezar, desqualificar, desprestigiar quaisquer que sejam suas/seus receptoras/es, sejam elas/eles LGBTTTTs ou não. Enquanto as/os LGBTTTTs utilizam tais palavras com motivações diversas, para exaltar ou avacalhar, sejam seus/suas receptoras/res LGBTTTTs ou não. Assim, a utilização de palavras auxiliam a compreensão de como seus emissores se situam dentre as vivências de sexualidades. É possível pensar que tais palavras são mecanismos de reiteração ou refuta de algumas dessas identidades ou categorias, por mais que não me seja interessante utilizá-las. (Wagner, em resposta à primeira questão do questionário II).

A resposta de Wagner ao segundo questionário, no recorte 16, é complementar às de Julio e de Paulo no recorte 14 no sentido de expor a percepção que têm acerca do uso de expressões formulaicas e itens lexicais socialmente ligados a vivências não heterossexuais. Na resposta de Wagner nota-se o posicionamento do grupo acerca do uso das palavras e sua função quando empregadas. Aliada às respostas de Julio e Paulo, a resposta de Wagner demonstra quão ligado à situação de fala (quem fala, interlocutores, situação etc) o emprego dos itens aqui em questão está.

Na cuidadosa resposta de Wagner, percebe-se seu interesse em mostrar que identificações de sexualidade e gênero na linguagem são fragmentadas, sem uma base central ou fundante. Esta visão de identidades é convergente com uma perspectiva identitária *queer*. Se no jogo discursivo, poder e resitência estão diretamente ligados ao conhecimento (FOUCAULT, 2006) e a diferenças de gênero e sexualidade (BUTLER, 1999), talvez por isso Wagner, da mesma forma que Julio, tenha tanto prestígio dentro do grupo, mesmo afirmando buscar a construção de um grupo sem hierarquias. Com base em recortes anteriormente apresentados, discuti relações de poder negociadas, estabelecidas, reiteradas, constituídas nas interações lingüísticas do grupo relacionadas a questões de conhecimento e gênero. Ao demonstrar em suas falas durante as reuniões, e na resposta reproduzida no recorte 16, conhecimento sobre visões *queer* de práticas identificatórias, Wagner exerce e usufrui do poder que tal conhecimento lhe confere, aliado à sua prestigiada posição como homem dentro do grupo.

Este conhecimento acadêmico aparentemente compartilhado por Julio, Wagner e Paulo, todavia, parece relacionar-se à higiene verbal que no recorte 16 se mostra de forma mais clara. Note-se que, aliada à percepção de Paulo e Julio dos recortes anteriores de que as palavras e expressões têm usos e funções diversas de acordo com a contextualização dada, há na resposta de Wagner à pergunta do questionário II um cuidado significativo em explicitar seu posicionamento teórico acerca de categorias identitárias. Afirmarções como “[c]ito que não me é interessante reproduzir aqui as categorias e identidades que margeiam compreensões das travestilidades e das homo-bi-hetero-trans-qualquer-que-sejam-sexualidades”, ou “pleiteando alguma via para distinguir modalidades de utilização dessas palavras por tais “grupos”, vou me reportar à sigla (ou sopa de letrinhas, aos termos de Regina Facchini)”, ou ainda “[é] possível pensar que tais palavras são mecanismos de reiteração ou refuta de algumas dessas identidades ou categorias, por mais que não me seja interessante utilizá-las” são representativas; demonstram não só o conhecimento de Wagner e seu contato com teorias sobre identidades, mas seu esforço em literalmente “limpar”, “higienizar” a linguagem, aparentemente com vistas à não essencialização identitária, ou com vistas à resolução de problemas como homofobia e discriminação de gênero que resultam, na visão de Wagner, da utilização de “identidades ou categorias”.

Ainda com relação a categorias identitárias de sexualidade, é importante considerar a resposta dos participantes ao questionário I de pesquisa. O campo 11 pedia a orientação sexual dos participantes, sem propor alternativas a serem escolhidas. Helen e Sofia responderam que são lésbicas. Claudia afirmou-se como heterossexual. Paulo definiu-se como homossexual. Julio deixou a questão sem resposta. Wagner deu a seguinte resposta: “Não compactuo com a minha inclusão em alguma pré-existente, nem com a criação de outra”, o que sugere que o participante pode estar buscando um posicionamento *queer* (LOURO, 2004; CAMERON e KULICK, 2003) quanto à sua sexualidade, não enquadrando-se, não se colocando como sujeito fundante ou gerado de outro. Estas respostas sugerem que, aparentemente, a higiene verbal com relação a sexualidades é feita por Wagner e Julio. Não está descartado o fato de que Julio tenha deixado o campo sem resposta simplesmente por falta de atenção ou esquecimento, mas a isto retorno adiante.

O fato de Wagner “limpar” a linguagem pode também estar relacionado ao que Cameron (2002) discute, ao teorizar higiene verbal, como as atitudes consideradas em sociedade como politicamente corretas. Segundo a autora, diz-se de pessoas vistas como politicamente corretas que se empenham em “substituir usos que lhes parecem insultantes e desagradáveis a várias ‘minorias’” (CAMERON, 2002, p. 116, ênfase no original). Wagner não substitui, no recorte 16, usos que lhe

pareçam insultantes, mas faz um preâmbulo, uma justificativa teórica antes de fazer uso de palavras interpelativas, como “travestilidades”, “homo-bi-hetero-trans-quaisquer-que-sejam-sexualidades”, “LGBT”. Parece ser um impasse entre precisar referir-se a pessoas, práticas, posicionamentos etc, e negar-se a fazê-lo com os mecanismos lexicais disponíveis; uma tentativa de, pelo silenciamento de palavras que se propõem interpelar categorias identitárias, diminuir o preconceito e discriminação que resultam da existência dessa categorização. Não é mera coincidência a similaridade dos possíveis efeitos dessa prática de normatização da língua na (não) referência às categorias identitárias com a visão de Foucault (2006) de que a sexualidade ganhou aparência descarada pelos mesmos mecanismos discursivos que a reprimiu, proibiu, oprimiu, negou – na lei, na religião, na ciência.

Se a busca é ou não ser politicamente correto ou “fazer política subversiva” (Julio, em resposta ao questionário I), esta higiene verbal pode por certo resultar mesmo na multiplicidade e irredutibilidade de identidades. Palavras como *gay*, *travesti*, *heterossexual*, *homossexual*, *transexual* etc carecem de precisão referencial, dado que de fato tocam tão-somente em um ou dois aspectos de práticas identificatórias, considerando-se que “[a]s identidades sociais não são singulares, mas construídas de forma fragmentada, fraturada, múltipla, portanto”, compreendidas “como um feixe de traços identitários que coexistem, às vezes de forma contraditória, na construção das diferenças de que fomos feitos” (MOITA LOPES, 2003, p. 28). Acredito ser esta tentativa de irredutibilidade de identidades que o participante Wagner intenciona ao fazer a higiene verbal nas respostas. Com higiene verbal ou não, entretanto (ou exatamente por isso), identidades permanecem fluidas, dado que o uso da interpelação não atinge nem se refere a uma camada identitária essencial porque esta não existe (BUTLER, 1999). Neste mesmo sentido, silenciar este uso na verdade torna esta interpelação explícita sem, entretanto, abranger o caráter fluido das identidades. Como brevemente discutido na teorização deste trabalho está, pois, garantido o efeito perlocucionário do ato de fala (AUSTIN, 1975) dito ou silenciado: estendendo a performatividade de sexualidade (BUTLER, 1999) ao uso lingüístico (CAMERON, 2002), tal performatividade ocorre na prática de normatização metalingüística do grupo, na forma de higiene verbal portanto.

Sexo é outra categoria que aparece em posicionamentos discursivos e percepções dos participantes com um filtro de higiene verbal. Neste caso, a atenção se volta novamente para respostas dadas pelos participantes Julio e Wagner. O campo 3 do questionário I perguntava o sexo dos participantes e, tal qual o campo sobre orientação sexual, não oferecia alternativas múltiplas, mas somente o espaço onde os participantes escreveriam suas respostas. Sofia, Helen e Claudia

responderam “feminino” neste campo. Paulo respondeu “masculino”. Wagner e Julio deram as seguintes respostas:

Recorte 17

Não acho válido especificá-lo ou me limitar ao diformismo ‘feminino’/‘masculino’
(Wagner, em resposta ao questionário I de pesquisa)

Como assim?!?! (Julio, em resposta ao questionário I de pesquisa)

Ao campo 10 do questionário I de pesquisa, que pedia o estado civil dos participantes, Wagner respondeu “solteira (*sic*)”. À última questão do questionário II de pesquisa, que pedia possíveis comentários dos participantes acerca de seu envolvimento na pesquisa, Wagner escreveu “[c]onsidero fantástica a oportunidade de, através do grupo, ter condições de participar desta pesquisa. “Obrigada (*sic*)” (Wagner, em resposta ao questionário II de pesquisa, ênfase minha). Retomo o fato de que Julio, ao ser perguntado sobre sua orientação sexual, deixou o campo em branco e, não descartando a possibilidade de que ele tenha se esquecido de dar a resposta, ou mesmo não notado o campo, o espaço em branco, sem a resposta, pode ter relação com sua tentativa de “higienizar” a categoria sexo ao tentar normatizar o uso lingüístico, “melhorá-lo”, “limpá-lo”, nos termos de Cameron (2002). O que reforça esta possibilidade é a resposta de Julio ao campo 3 do questionário I, onde se lê: “Como assim?!?!”. Em formulários diversos, como os de pesquisa de preço, entrevistas de emprego, requerimento de documentação, matrícula na universidade, cadastros de conta bancária etc, o campo “sexo” é freqüente e, na maioria das vezes (não nego que por ação da matriz heteronormativa) parece ser respondido de forma não problemática.

As respostas de Julio e de Wagner, todavia, são questionadoras da categoria sexo de forma similar àquela com a qual a teoria *queer* problematiza o caráter biológico, físico e aparentemente não problemático de sexo. Em teoria *queer*, esta problematização se dá principalmente em Butler (2001), cujo texto explora as formas com que, pela ação da matriz heteronormativa, a categoria do sexo é generificada (torna-se inteligível pela interpretação social do binarismo de gênero) e constrói discursivamente os corpos que rege. Dada a participação de Julio e Wagner em outros registros e também considerando a condição acadêmica dos dois participantes, entendo que os questionamentos postos nos questionários acerca de categorias como sexo e sexualidade são influências do conhecimento que têm da teorização *queer* aliado à tentativa normatizadora e metalingüística que empreendem. Portanto, entendo também que esta higiene

verbal, isto é, este impulso pela normatização metalingüística (CAMERON, 2002) por parte dos participantes é uma forma de manifestar sua insatisfação com as interpretações socialmente aceitas do que vêm a ser seres entendidos como humanos tão-só com a produção heteronormatizante de inteligibilidade dos corpos, regidos estes pela suposta fixidez e pelo suposto binarismo dos sexos, historicamente entendidos, tal qual os supostos gêneros fixos, como um dado expresso, uma essência fundante (BUTLER, 1999; 2001; SPARGO, 2000; LOURO, 2004). Aparentemente, esta tentativa de impor-se contra uma categoria lingüística que, entende-se, essencializa os corpos e o sexo, é uma forma pela qual o grupo se torna “[e]spaço de troca de emoções, compartilhar sensibilidades e para *atuação político-subversiva*” (Julio, em resposta ao questionário I, ênfase minha). Também converge com o que Wagner deseja que as pessoas entendam acerca do grupo, que “(...) de fato, não se compreende apenas como um grupo, ou movimento social, ou qualquer insígnia que tentem oferecer à sua compreensão. Transgressor”. (Wagner, em resposta ao questionário I de pesquisa).

A análise dos registros aponta pois para, ironicamente, uma possível tentativa de emprego da teoria *queer* como uma espécie de método para combater visões reinantes de dominância com base na heteronormatividade. A higiene verbal que acabo de explicitar e analisar dos registros feitos teve base primordialmente nas percepções dos participantes com relação ao emprego de formas lexicais e expressões formulaicas como pistas de contextualização previstas na teorização de Gumperz (1992); a análise teve também como base a explicitação dos próprios participantes de suas percepções, além de respostas dadas ao questionário I de pesquisa. Esta higiene verbal, sugiro, tem como fim a aplicação de conhecimentos construídos pelos participantes na militância e na teorização. É parte da teorização *queer* buscar compreender como questões de poder, conhecimento, identidade e agência se relacionam, como demonstram os trabalhos de Jagose (2001), Sullivan (2006) e Louro (2004), dentre outros. O uso da higiene verbal com o fim de diminuir os efeitos de formas lexicais, subverter o sentido de palavras e expressões, lutar contra “a discriminação e preconceito, em especial aos de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero” (Carta de Princípios), todavia, apresenta-se mais como uma tentativa de emprego metodológico da teoria *queer*, e normatizante ou normatizável é algo que a teoria *queer* não busca ser (HALPERIN, 1995; BUTLER, 1997). Além disso, parece-me altamente questionável que o silenciamento de termos combata o preconceito. Como argumentado por Louro (2004), as identidades não são deliberadamente delimitadas por aqueles que as constituem e que com elas se identificam. Dessa forma, estes posicionamentos aparentemente conflituosos do grupo sugerem o caráter fluido de

identidades, evidenciado em contradições entre o que o grupo pretende buscar e as constituições identitárias hierarquizadas resultantes da performatividade no grupo.

4.3 Controle interacional: o conhecimento acadêmico e o sexo da fala

Como demonstrado por Fairclough (1999), o controle interacional é uma das formas pelas quais P (poder) diz quando, como e o que N-P (não poder) deve falar. Ressalto novamente que P e N-P não são naturalmente fixos e retomo que o controle interacional é tomado neste estudo como uma estratégia discursiva, por sinalizar para o ouvinte que significados potencialmente serão construídos na interação e contribuir para o que ocorre/é dito em seguida. A relação P e N-P, entretanto, não é uma via de mão única e sim a operação de relações entre as pessoas em que o poder não existe sem resistência (FOUCAULT, 2006). Portanto, sem o aval operatório de P e N-P, na interação linguística os indícios de relações de poder devem ser também compreendidas sob esta perspectiva de direções múltiplas nas quais o poder se orienta. É este o ponto que tento analisar nos recortes desta seção.

As estratégias discursivas, como discutido na parte teórica deste trabalho, são utilizadas no estabelecimento de interpretações e construções interacionais de significado com o uso de sinais lingüísticos e paralingüísticos de natureza sugestiva que estão “à margem” da superfície da mensagem (GUMPERZ, 1994). O controle interacional, envolvendo aspectos de tomada e manutenção de turnos, estrutura de tópicos conversacionais, agenda conversacional etc, como demonstrado no quadro 2, adaptado de Fairclough (1994), participa na construção conjunta de significados de forma contextualizada, sendo esta contextualização lingüisticamente estabelecida. Nesse sentido é que argumento serem também os aspectos do controle interacional formas de estratégias discursivas, que analiso nos recortes a seguir. Os usos somente foram considerados como categoria de análise quando houve no mínimo duas ocorrências nos registros feitos.

4.3.1 Gestão de turnos e estrutura de trocas

As opções de controle de turnos (passagem de turno, tomada de turno etc) e a estrutura de trocas conversacionais estão ligadas ao que pode ser dito, quando pode ser dito e a quem pode ser dito, o que é socialmente estabelecido (FAIRCLOUGH, 1994). Dado o caráter performativo da linguagem (AUSTIN, 1975), na análise da gestão de turnos e estrutura de trocas a seguir, entretanto,

busco analisar o que é dito, a quem é dito, quando e onde é dito e, sobretudo, o que dizer (ou não) produz.

4.3.1.1 O léxico como estratégia empregada no controle conversacional

Como descrito na parte de metodologia deste trabalho, PH1 era integrante do grupo pesquisado neste estudo no início da coleta de dados, porém deixou de frequentar os encontros e, acredito, mudou-se da cidade. No recorte 18 a seguir temos mais alguns momentos de interação em que PH1 participa. Apesar de chamar a atenção ainda para a utilização de expressões formulaicas nas interações, neste ponto considero tais expressões na sua relação com o controle interacional. Mais precisamente, analiso em que sentido a utilização de expressões formulaicas por PH1 pode, na operação do poder, constituir formas que possivelmente o participante encontra para ser aceito ou não dentro do grupo. O recorte 18 traz um momento de interação em que o grupo se organiza e distribui tarefas a serem desempenhadas por seus membros no evento que se incumbiram de organizar.

Recorte 18

- 01 PH1: eu nem posso entrar em nada direito porque trabalho o tempo todo ... só venho aqui **dou o close** e deixo ...
- 02 Julio: quem mais? ... ((falas incompreendidas)) quem mais? quem mais? quem dá mais? quem mais aqui gente?!
((falas incompreendidas))
((diz o nome de uma participante e o de PH1 escrevendo-os no quadro)) mais alguém? tem alguém que não veio hoje e já tinha comunicado com vocês?
- 03 PH1 Julio, Julio ... me explica como é esse **bafinho** de estrutura ...
- 04 Julio: vai fazer tudo biba
- 05 PH1 **iiih meu bem!**

Este recorte foi trazido por causa da performance lingüística de PH1. De acordo com notas de campo, transcrições e respostas dadas ao questionário I, à época do registro dos dados PH1 não era universitário, era de classe socioeconômica desprivilegiada, funcionário assalariado (salário mínimo), vindo de outro Estado da Federação para estudar e trabalhar em Goiás. Apesar de sua pouca frequência às reuniões do grupo gravadas durante o registro dos dados deste estudo, PH1, em suas interações dentro do grupo, quase sempre apresentou em sua fala palavras e expressões formulaicas tidas como “gíria *gay*” como “dou o *close*” (turno 01), “bafinho” (turno 03) e “iiih meu bem!” (turno 05). A análise dos usos lingüísticos do participante e de sua configuração social pode

sugerir, para muitos, os motivos sócio-econômicos para sua situação sociolinguística, apontando para a importância da classe social e/ou escolaridade para o uso ou não de palavras e expressões como as mencionadas aqui. A performance de PH1 me parece peculiar quando considero as gravações e sua relação com as notas de campo a seu respeito. Nas falas durante as reuniões, PH1 quase sempre fez uso desse léxico “diferenciado”, mas nas conversas informais entre mim e ele este léxico não era tão evidente. Se, na fala dos outros participantes o tópico da interação durante as reuniões parece estimular o uso mais ou menos freqüente de alguns itens lexicais, como no recorte 07, a fala de PH1 nas interações do grupo parece manter certa homogeneidade. Nas falas de PH1, a “gíria *gay*” parece suprimir-se não em função do tópico ou grau de formalidade durante as reuniões, mas nos momentos em que sua interação não integrava as discussões do grupo, como se buscasse ser integrado ao grupo, vendo no uso linguístico a possibilidade para tal. Dessa forma, embora o tópico e o grau de formalidade das discussões pareça ligado ao uso ou não de expressões formulaicas pelos outros participantes, tópico e grau de formalidade durante as reuniões não parecem afetar o uso que PH1 faz desse léxico nas interações com o grupo.

PH1 deixou de participar das reuniões durante o registro dos dados. Dessa forma, a análise de suas performances são apenas possibilidades, dada a insuficiência de dados. Entretanto, permanece a possibilidade de que ele faz uso desse léxico com o fim de ser integrado, aceito pelo restante do grupo e ter atenção dos outros membros. Esta possibilidade me pareceu pertinente e importante para a consideração de questões de classe e escolaridade nesta análise, mas infelizmente precisei parar com a análise das falas de PH1 devido a seu afastamento do grupo, ao menos das reuniões em que o registro dos dados foi realizado. Apesar da escassez, neste caso, de dados para analisar com mais precisão as hipóteses levantadas, é notável que o uso lexical de PH1 de certo modo se diferenciava do uso dos outros membros do grupo, em sua maioria absoluta estudantes universitários.

4.3.1.2 Tomada e manutenção de turno

A tomada e a manutenção de turnos são também aspectos do controle interacional (FAIRCLOUGH, 1994) que tomo neste trabalho como estratégias discursivas. Assim procedo, como argumentado anteriormente, por considerar estes aspectos como integrantes da sinalização de inferências feitas em pressupostos interacionais pelos falantes envolvidos em uma interação. Nesse sentido, considerando que a tomada e a manutenção de turnos contribuem para que os interlocutores

construam significados interacionais na linguagem, entendendo que dentre estes significados estão relações de poder construídas e reiteradas no controle de quem fala e quando fala e, também significativo, até que ponto fala. Essas relações de poder na fala podem estar, argumentado, pautadas em questões de conhecimento e questões identitárias de sexualidade, sexo e gênero, e é o que analiso nos recortes 19, 20 e 21 a seguir. No recorte 19, temos a discussão pelo grupo da importância da formação teórica para aumentar a participação das mulheres nas atividades do grupo.

Recorte 19

- (01) Sofia: pois é ... essa é uma proposta grande/pois é ... eu acho assim **que**/
 (02) PH: **mas** eles já fazem **isso**/
 (03) Sofia: **eles** já fazem ... /
 (04) Julio: eu fiz uma sugestão de que a gente fizesse uma oficina disso lá no ((diz o nome de um evento passado)) ainda, que eu ia falar com a ((diz o nome da pessoa)) para a ((diz o nome da nome)) dar uma oficina durante um minuto (?) sobre formação de feministas brasileiras lésbicas universitárias ... né?, especificamente, foi falado lá no evento, EU falei **lá**/
 (05) Claudia: **Julio**, porque se você fizer com as meninas do grupo **antes**/
 (06) Julio: **sim** a idéia é/
 (07) Claudia: ((**incomprendido**)) que elas deram a sessão no ((diz o nome do evento))

Há cinco assaltos sem deixa nos sete turnos do recorte 19. Note-se que, destas tomadas de turno, três são falas de algum homem interrompendo a fala de alguma mulher, turnos 02, 04 e 06, e dois são de alguma mulher interrompendo algum homem, turnos 05 e 07, mas não há nenhuma voz feminina interrompendo-se a alguma outra também feminina. Este fragmento é representativo da maioria dos registros analisados, em que se pode perceber que, complementar ao fato de que a maioria dos participantes são homens, há mais vozes masculinas interrompendo outras (de homens e de mulheres) do que vozes femininas tomando turnos de assalto. Como demonstrado por Brait (2003), a tomada de turno pode demonstrar uma verdadeira “briga pela voz” na interação verbal, em um jogo de poder estabelecido pelos participantes da conversação.

Se, por um lado, a tomada de turnos por homens e mulheres no recorte 19, em números absolutos, é aproximada, por outro, a manutenção desses turnos tomados não é a mesma. Apesar da brevidade da interação trazida para foco, é possível perceber que o turno 04, tomado por Julio, é mantido e desenvolvido com maior “tranquilidade” que os restantes. Sendo este também um aspecto recorrente nas interações observadas – os homens mantêm o turno com mais frequência que as mulheres –, com base no pressuposto de que a tomada e manutenção de turnos é característica de jogos de poder na interação linguística (BRAIT, 2003), retomo que há assimetria de tomada e

manutenção de turnos entre os participantes tomando sexo e gênero como categorias de base para tais assimetrias. O recorte 20 a seguir também é ilustrativo desta manutenção assimétrica de turnos entre homens e mulheres. No recorte 20, é discutido o tema proposto em um encontro anterior para o evento que está sendo organizado pelo grupo.

Recorte 20

- (01) PM: vou ter que ir trabalhar ((saindo da sala))
 (02) Julio: ok, obrigado/
 (03) Wagner: tchau ... a inclusão do tema universidade e ... problematização do mesmo no ((diz o nome do evento que estão organizando)) ... inclusive porque existe uma demanda discutir o que é o ((diz o nome do evento))/é um encontro DE universitários ... se é um encontro para a universidade ... pra discutir se é sobre ou se é de/é de di/diversidade sexual ... então ... a vinculação militância-academia é pra pensar universidade ... e a postura desses grupos ah:: ... e as discussões todas que tem sobre sexualidade e gênero ... pra além ... da universidade/fazer uma ponte com ... com os movimentos/com a militância ... e promover um diálogo ... não só da universidade com os movimentos sociais de militância mas ... dos grupos militância e movimentos sociais com a universidade ... que é a/uma pendência que as/as pessoas no momento da reunião ... citaram e que é ... é uma discussão ... que deve ser encadeada ... não só pela/é ... pelo que se tem pelo ((diz o nome do evento)) mas ... por diálogos que são ... possíveis ... ((incompreendido)) que são possíveis entre academia e militância ... então “estabelecendo diálogos e REsignificando as bases” é uma postura inclusive de pensar é ... nas pessoas que:: estão fora da universidade a qual a gente ... deveria abarcar como sujeito vinculado nessa discussão sobre sexualidade e gênero ... ah:: “para além da heteronormatividade” ... é que a gente tem pelo menos o nosso grupo tem ... e a gente percebe de outros grupos ... uma discussão que ... não se pauta exclusivamente éh::: ... na linearidade gênero na linearidade de sexo ... e a gente quer ... com uma produção teórica que a gente tem ... e necessidade de expandir essa discussão teórica pra o Brasil que existe no Centro-Oeste ... expor o que a gente tem de discussão que ultrapassa o paradigma da heteronor(matividade) ((fim da fita))

Apesar do número significativo de deixas ao longo da fala de Wagner (turno 03), não há nenhum assalto a turno. Entretanto, Wagner faz uso de sinalizações tidas como recursos de manutenção de turno (FAIRCLOUGH, 1994; GALEMBECK, 2003), como repetições “de/é de di/diversidade sexual”, “as/as” etc, alongamentos “éh:::”, elevação da voz “encontro dE universitários”, “REsignificando as bases”. É certo que este último recurso (elevação da voz) pode também ser visto como ênfase dada aos termos, mas tal recurso acaba por corroborar na manutenção do turno por Wagner. A sustentação do turno é parte do planejamento local do texto falado feito pelos participantes de uma conversa (GALEMBECK, 2003, BRAIT, 2003), uma vez que serve para que o falante mantenha o turno até a conclusão de sua elocução. Novamente temos o exemplo da manutenção assimétrica de turnos, na qual um participante homem, utilizando-se de estratégias

discursivas potencialmente interpretadas por seus interlocutores, tem a garantia de falar sem ser interrompido.

Como argumentado anteriormente, a questão do conhecimento acadêmico também contribui, nas interações do grupo, para a colocação lingüística hierarquizada entre as pessoas. No recorte 21 a seguir, trato de como a questão do conhecimento é sinalizada também através de estratégias discursivas que se inserem no controle interacional, bem como este conhecimento sinalizado confere a quem fala maior empoderamento no grupo. No recorte 21, o grupo trata da vinda de uma pesquisadora para fazer uma palestra sobre questões relacionadas à transexualidade. Este recorte foi parcialmente reproduzido no recorte 6.

Recorte 21

- (01) Wagner: é ... a proposta de distinção é que a ((diz o nome da pesquisadora)) vai fazer uma fala muito abrangente que não vai é ... focar no que o grupo tem como assunto ... é ... principal de discussão ... então a gente podia conversar com a ((diz o nome da pesquisadora))/deixar essa discussão aberta pra quem quiser vir ... e a gente promover esse diálogo que eu acho importantíssimo ela vai ter mUIta coisa para falar ... e o grupo tem muita coisa/eu tenho HORRORES para perguntar ... ela lançou um livro agora sobre transexualidade/estou em crise ...
- (02) Todos: **((riem))**
- (03) Julio: de gê::nero ... estou querendo operar ((ri))
- (04) Todos: **((riem))**
- (05) Wagner: ((incompreendido)) **transexual não é preciso operar ... para ser trans ((olhando para Julio))**
- (06) Julio: uai mas você pode operar sem precisar de ... ser oficializado/nós podemos operar na Europa ... não precisamos passar por nada **lá/**
- (07) PH: **mas não precisa operar/**
- (08) Julio: não é igual aqui que tem que ficar dois anos acompanhando ...
- (09) Wagner: **eu não preciso tirar ((olhando para Julio))**
- (10) Julio: ((olhando para Wagner)) **será? ((ri))**
- (11) Todos: ((riem))
- (12) Wagner: não ...
- (13) Julio: **não mesmo ((ri))**

No recorte 21, temos duas falas masculinas interpondo-se ao turno de outro homem. Note-se que, neste caso, a fala de PH (um participante homem) interpõe-se à fala de Julio, no turno 07, com o intuito de reforçar aquilo que Wagner tenta dizer a Julio a partir do turno 05 (“transexual não é preciso operar ... pra ser trans”) e que Julio ignora até o turno 09, quando se vê interpelado com a fala e o olhar de Wagner. Há, novamente, com base na tomada de turnos, a tentativa de se

manter a palavra (atente-se para as falas de Julio), no que Brait (2003) chamou “luta pelo poder de fala”.

A pergunta de Julio no turno 10 (“Será?”), seguida do riso, coloca em discussão, embora muito brevemente, entre os dois participantes, o que vem a ser transexual. Apesar do não aprofundamento no tema, a insistência de Wagner (turnos 05, 07 e 09) para que Julio atente para o que ele quer dizer, e a fala final de Julio, no turno 13 parece sugerir que ambos compartilham de uma visão de transexual como um sujeito que, independente do corpo, identifica-se como transexual¹⁷. A aparente não atenção de Julio ao que Wagner frisa, até o turno 12, e ao que PH reforça, pode ter ocorrido não por falta de conhecimento do debate acerca do que é ser transexual, mas por estar mais atento ao que diz do que ao que Wagner afirma. Somente com pistas de contextualização lingüísticas (o que é dito, ênfase no fato de não ser preciso operar para ser transexual) e paralingüísticas (o olhar direto para Julio, por exemplo) coloca ambos – e os outros participantes –, aparentemente, em uma mesma linha de pensamento acerca do assunto discutido. Embora breve, esta discussão dos participantes acerca de questões identitárias, com assaltos a turnos, não se mostrou tão comum entre mulheres, ou mulheres e homens, nas reuniões do grupo observadas, como o foi entre Julio e Wagner. Este fato sugere que o conhecimento de assuntos identitários empodera mais os homens a falar durante as reuniões do que as mulheres. Este fato é mesmo sentido por elas, o que está explícito também no recorte 2, discutido anteriormente.

4.3.1.3 Sobreposição de vozes/turnos

O recorte 22 a seguir também ilustra como o controle interacional, especificamente a sobreposição de vozes como integrante deste controle interacional, pode estar ligado a questões identitárias nas interações do grupo. No recorte, o grupo discute as comissões responsáveis por trabalhos em um evento, conforme mencionado anteriormente, a ser por eles organizados no ano seguinte à data desta reunião.

Recorte 22

(01) Helen: (...) vai ser tipo ... para diminuir mais ainda ... eu estava propondo que cada pessoa que fosse das demais comissões escolhesse ... para que TODos fossem da estrutura ...

¹⁷ Esta insistência em tornar clara sua visão da transexualidade pode ser vista também como higiene verbal, uma vez que o conhecimento do participante pode influenciar sua normatização metalingüística (CAMERON, 2002) com a possível finalidade de lutar contra opressões sociais que têm como base questões identitárias.

- se você elencar tudo assim ... não existe coordenador ... não existe nada disso ... pois todo mundo vai ser da estrutura e ... de quebra vai ser de um grupo de trabalho também/eu acho que seria uma idéia boa ... não sei/o que vocês acham ... disso? ... eu estou disposta a **((incompreendido))**
- (02) PH: **s::im** ... mas precisa ter aquelas pessoas que vão estar ... especificamente para isso ai/porque por exemplo se eu estou na secretaria pode ser que na secretaria eu esteja com uma tarefa que precisa ser desenvolvida naquele dado momento ... e pode ter gente falando “não, todo mundo é da estrutura!”
- (03) Helen: **((fala sobreposta incompreendida))**
- (04) PH: e ficar naquele negócio de deixar e de esperar ... eu acho ... mas ... até porque veja só secretaria/três pessoas são suficiente pra resolver todo o trabalho de secretaria ... tesouraria ... três ou quatro pessoas são suficiente ... comunicação cinco ... então ...
- (05) Helen: eu me disponho a ser volátil então ...
- (06) PH: eu acho que vai haver uma grande parcela que vai ter que deixar específico para isso ... até mesmo porque estrutura (...)

No recorte 22, os turnos 02, 04 e 06 trazem falas de um mesmo participante. O final da fala de Helen, no turno 01, ficou incompreendido na gravação, possivelmente devido à sobreposição da fala de PH, no turno 02. Uma segunda sobreposição de falas, desta vez com a interferência de Helen, pode ser notada no turno 03, novamente com a fala incompreendida da participante. A sobreposição das vozes também é uma estratégia discursiva considerada por Gumperz (1992), verificada aqui como a tentativa dos falantes de sinalizarem sua concordância ou discordância acerca do que o interlocutor ou a interlocutora diz. Note-se, entretanto que, como ocorre na maioria dos registros de sobreposição de vozes feitos, a voz masculina permanece e se desenvolve após considerado o princípio de que “um fala de cada vez” (MARCHUSCHI, 1999). No recorte acima, as interferências de Helen parecem não ser consideradas, ao passo que a de PH permanece e é desenvolvida.

4.3.1.4 Passagem de turno requerida

A passagem de turno requerida (tanto por quem fala quanto por quem quer falar) constitui uma das formas pelas quais o controle interacional se constrói na fala entre as pessoas (FAIRCLOUGH, 1994). No recorte 23 a seguir, durante a deliberação do grupo acerca das comissões responsáveis por trabalhos no evento a ser organizado por eles, há exemplos de passagem de turno requerida.

Recorte 23

- (01) Julio: gente vam/vam/vamos funcionar não é? porque senão a gente fica aqui só na ... falando alto ... ninguém faz nem escreve nada ... eu vou para o quadro anoto e alguém escreve aí/
((falas sobrepostas não compreendidas))/
(02) Julio: vamo lá/secretaria quem é? alguém anota tá?
(03) PH: é eu estou anotando aqui/
(04) Julio: **quem quer fazer parte?**
(05) PM: ((diz o próprio nome))
(06) PH: ((diz o nome da participante anterior e anota no caderno))
(07) Julio: ãh ((escreve no quadro negro os nomes e funções)) ...
(08) PH: ((diz o próprio nome))
(09) PM: ((diz o próprio nome))
(10) PH: e eu ((diz o próprio nome))
(11) Julio: ((diz o nome anterior)) ... tem algum outro ((nome)) no grupo já? não né?
(12) PH: eu sou único ... ((ri))
(13) Julio: **que mais que tem aí?**
(14) PH: estrut/não deixa estrutura para o final ... tesouraria
(15) PM: tesouraria
(16) PH: ficou/
(17) Wagner: tesouraria/finanças ... barra aí
(18) PM: eh ... os dois ((falas sobrepostas incompreendidas)) ... ((risos))
(19) Julio: **quem mais? quem mais? finanças aqué ... fazer surgir ... para funcionar ... mais pessoas vão surgir daqui a pouco não é? por pressão ...**
(20) PM: sim ... ((risos))

Note-se, no recorte acima, o uso constante da passagem de turno requerida. É certo que a situação dada – a distribuição de tarefas para os participantes na construção de um evento pelo qual o grupo está responsável – contribui para que tal estratégia discursiva seja utilizada. É exatamente por isto, entretanto, que ela ganha interesse nesta análise, uma vez que Julio, o participante que pede, no turno 01, que o andamento da distribuição das tarefas ocorra, é quem mais se utiliza desta estratégia ao longo do recorte. Se há momentos em que o turno é disputado, como no recorte 19, no recorte 23 temos a entrega do turno, na verdade o pedido ou imposição para que alguém entre com sua fala. Uma vez mais quem está “no comando” é um homem, apesar da contribuição de mulheres integrantes do grupo, como PM, nos turnos 05, 15, 18 e 20. Note-se que a contribuição das integrantes mulheres neste recorte é de acompanhar e auxiliar no desenvolvimento do tópico, controlado prioritariamente por Julio.

4.3.1.5 Passagem de turno consentida

Outro aspecto de controle interacional apresentado na parte teórica deste trabalho foi a passagem de turno consentida. A passagem de turno é consentida quando há “uma entrega implícita: o ouvinte intervém e passa a deter o turno, sem que o concurso tenha sido diretamente solicitado” (GALEMBECK, 2003, p. 86). Similar a um assalto a turno sem deixa, a passagem consentida é geralmente demarcada com uma pausa logo após a intervenção do interlocutor (GALEMBECK, 2003).

Recorte 24

- (01) Julio: eu só ((incompreendido)) distribuí panfletos ... a ((diz o nome da participante)) que achou legal ... ((incompreendido)) ela falou que teve uma coisa engraçada ... não é? mas nada de **especial/**
- (02) Sofia: **é ...** que ela conversou muito sobre/é a ((diz o nome da participante)) que ela viu umas coisas ... engraçadas ... ela estava entregando ((os panfletos)) pras pessoas ... e entregava um papelzinho muito discreto assim ... não tem nada colorido ... as pessoas pegavam de boa ... aí quando olhava para trás a pessoa estava assim ó/com o papel assim ((faz gestos imitando alguém que olha seguidas vezes para o papel e para a pessoa que o entregou)) ... olhando para ela e tipo assim “será que:: que ela é ou não?” ... ((risos)) ou/ou/os meninos comentando ... ou isso ou o contrário ... “será que eu estou dando pinta? está entregando pra mim ... ”
- (03) Todos: ((dão risadas))

No recorte 24, percebe-se no turno 02 a passagem consentida de turno de Julio a Sofia. Note-se que, logo após sua intervenção, Sofia faz uma pausa, como que aguardando para certificar-se se o turno foi cedido por Julio. Na análise dessa categoria de estratégia discursiva, há mais casos de passagem de turno consentida de participantes homens a participantes mulheres. Uma possível relação é aquela estereotipada imagem em sociedade de que as mulheres são mais dóceis e educadas ao fazerem intervenção. O caso é, ao que parece, de se questionar se as mulheres do grupo usam mais esta estratégia porque são mulheres, ou se são vistas como mulheres (se constituem como mulheres) exatamente por fazerem uso de estratégias como estas.

4.3.1.6 Assalto a turno com deixa

Pausas, alongamentos, repetições de palavras ou sílabas, entre outros aspectos, são ocorrências das quais o ouvinte se aproveita para, então, tomar o turno (MARCURACHI, 1999; GALEMBECK, 2003). No recorte 25 a seguir, nota-se o emprego desta estratégia na construção do texto oral dentro do grupo, quando falam do tema proposto para o evento que o grupo está organizando.

Recorte 25

- (01) Wagner: repetindo ... “militância e academia: estabelecendo diálogos e resignificando as bases ... ” ((seis segundos de silêncio)) lembrando que esse/a relatoria da reunião está no *Orkut* e no *Yahoo-grupos* ... “(...) para além da heteronormatividade” ... também foi discutido quais são as comissões que podem surgir/
- (02) Julio: eu acho melhor a gente explicar **o::** o tema ...
- (03) Wagner: **o tema ...** é eu estou dando o informe aí você ...
o tema surgiu de/de uma grande discussão sobre ... a inclusão ... éh:: do tema universidade pra discutir/

No recorte 25, temos a tomada de turno com deixa na fala de Wagner (turno 03), que retorna com seu turno no prolongamento da vogal na fala de Julio (no turno 02). A tomada de turno com deixa ocorre com frequência nos registros feitos. O recorte 25, entretanto, é representativo também do tema tratado na discussão feita pelos participantes, uma vez que, quando o assunto é combate à heteronormatividade, a fala geralmente está em posse dos homens. É interessante, entretanto, perceber que não só os homens detêm conhecimento acerca desse tópico. Parece um pouco contraditório que o tema da heteronormatividade seja apresentado e discutido com mais frequência por homens dentro do grupo, uma vez que, embora sejam, em sua maioria, homossexuais que militam pela diversidade sexual, são homens, e estes são menos vulneráveis (ou mais protegidos) na matriz heteronormativa (RUBIN, 1993).

4.3.2 Controle de tópicos e de agendas

Geralmente, tópicos conversacionais são estabelecidos de maneira situacional, uma vez que “são oferecidos por um(a) participante, aceitos (ou rejeitados) por outro(a) e então elaborados pelo(a) primeiro(a) participante” (FAIRCLOUGH, 1994, p. 195). A oferta do tópico, desta forma, não garante seu desenvolvimento na interação. Além disso, a natureza das interações registradas neste trabalho tem a característica de ser em grupo: dois (ou mais) participantes interagem falando e o restante – apesar de ter a “liberdade” de entrar na interação quando sentir necessidade – ouve apenas. Citando Fishman (1983), Fairclough (1994) refere-se ao fato de que, em interações domésticas cujos parceiros são masculinos e femininos, há assimetria de tópicos, pois as mulheres oferecem mais tópicos do que os homens, mas os tópicos dos homens são mais frequentemente aceitos pelas mulheres. Nos recortes a seguir, trato do envolvimento dos participantes no controle de tópico relacionado ao controle de agenda do grupo.

Assumo que o controle de agenda está relacionado à ligação de P e N-P (FAIRCLOUGH, 1994). Exemplificando com a visita de uma paciente a um consultório médico, Fairclough (1994) demonstra como a agenda influenciava o decorrer da interação médico-paciente, afirmando que o médico aparentemente “decidia que a paciente tinha fornecido a informação relevante” em cada estágio da agenda e, dessa forma, interrompia as falas da paciente ou passava para o tópico seguinte. Considerando que a relação entre P e N-P está intrínseca no estabelecimento de agendas que, por sua vez, influenciam a forma com que os tópicos são trabalhados, e que o poder, como afirma Foucault (2006), não está fixo, porém circula em redes sociais e, sobretudo, não existe sem resistência, analiso nos recortes seguintes a relação P e N-P com vistas na importância, na perspectiva dos participantes, do controle de um tópico discursivo especificamente – o aborto. A importância deste tópico, discutida pelos participantes, liga-se ao estabelecimento de agendas dentro dos encontros e do grupo como um todo. Em outras palavras, o controle de tópico é estabelecido na forma com que a relação entre P e N-P se dá (FAIRCLOUGH, 1994), considerando a circulação do poder e sua dependência da resistência (FOUCAULT, 2006).

4.3.2.1 Tópicos da diversidade na agenda generificada

Em um dos encontros do grupo, diante da publicação em um jornal local de um artigo de opinião, os participantes levam para uma longa discussão as possibilidades, necessidades e viabilidades de protesto pelo conteúdo do artigo publicado. Nesta referida discussão, dentre outros assuntos, surgiu o tema aborto, que fora tratado no artigo que discutem, e o grupo deliberou longamente acerca da necessidade ou não de o grupo se posicionar acerca de questões como o aborto. Quatro participantes secundários (dois homens e duas mulheres) se colocaram como totalmente contra o aborto e contra a necessidade de que este tema fosse discutido no grupo e/ou que o grupo devesse ter uma opinião consensual que apoiasse ou não a legalização da prática do aborto no Brasil. Essa discussão, por fim, suscitou a decisão para que os integrantes do grupo, no encontro seguinte, tivessem como pauta a questão do aborto. A fala de Julio, no recorte 26 a seguir, ocorrida no segundo encontro do grupo referido neste parágrafo, situa a discussão feita.

Recorte 26

(01) PM: (...) vamos ver aqui ... estou pensando no limite de três minutos ((de fala)) por pessoa ... porque/

- (02) Julio: dois ...
- (03) PM: dois?
- (04) Julio: gente de três vai tudo para cinco ...
- (05) PM: tá então dois minutos por pessoa:: para não ... virar igual semana passada não é? ... é:: vamos lá
- (06) Claudia: pode começar/
- (07) PH1: ((incompreensível))
- (08) Wagner: ((incompreensível))
- (09) Claudia: eu tinha proposto um debate ... só que com mais tempo gente ... porque com dois minutos não tem muito que eu possa falar aqui não ...
- (10) Helen: não assim ... como fala inicial dois minutos mas aí/
- (11) Julio: vamos fazer o seguinte então ... só para encaminhar ... a gente vai fazer o seguinte ... a gente vai falando ... se o pessoal começar a falar demais aí a mesa fala assim “Oh ... acelera um pouquinho!” ... não é?/porque tem gente que só vai fazer uma pergu::nta e ... não vai usar os três minutos ... vamos deixar um pouquinho mais livre ... controla só se tiver passando um pouco de cinco ...
- (12) PM: tá ok/
- (13) Julio: porque aí não dá mesmo ... porque aí fica mais livre
- (14) PM: certo/
- (15) Julio: pode ser gente? ... pode SER gente?
- (16) PM: Pode
- (17) Wagner: Pode
- (18) Julio: ficou um pouquinho autoritário mas ...
- (19) Claudia: tá ... assim ... eu acho que é uma provocação o que eu vou fazer ... não quero como você falou nominar ninguém ... mas eu acho que ... como você falou ... essas pessoas se levantarem aqui dentro ... além da questão do aborto ... que foi relacionado à (comunidade) em relação à pauta que foi colocada e tal ... **algumas pessoas foram a favor e outras contrárias ... eu acho que muita gente talvez tenha pensado da mesma forma e não tenha se manifestado ... né? e ... eu fiquei muito chateada ... com aquilo ... de falar que a questão do aborto não intere:ssa ... que não quer saber etc ... eu acho que o nosso grupo é um grupo que se pretende um grupo que discute diversidade sexual e gênero ... nós temos mulheres aqui dentro ... e a questão do aborto é uma bandeira feminista de décadas ... então o grupo que se pretende enquanto discussão de gênero sabe? ... ele não pode simplesmente virar as costas pra questões históricas de décadas do movimento feminista! ... então assim/eu fiquei muito chateada ... acho que a gente vai ter que começar ... a repensar ... não sei qual é a função do nosso grupo ... mas assim ... ao que realmente o nosso grupo se pretende ... será que a discussão vai ser baseada e pautada somente na questão da diversidade sexual ... que eu acho que não é essa a intenção do grupo pelo que eu venho acompanhando o grupo há um tempo né? ... assim vamos respeitar que somos mulheres feministas aqui dentro ... e esta discussão é sim importante ... faz parte de uma discussão de direitos humanos ... assim a maioria das pessoas aí fazendo curso de direitos humanos ... e ... me vem com uma dessas sabe? ... eu não vou nominar ninguém ... todo mundo sabe o que falou ... eu tenho certeza que muita gente pensa da mesma forma ... e não teve coragem de falar lá na comunidade ((Orkut))**
- (20) PM: o próximo inscrito é o Julio ...
- (21) Julio: **então eu sei que muita gente aqui não tava na última reunião ... então só pra**

dar uma clareada como é que o processo está sendo agora ... na última reunião a gente discutiu algumas coisas relacionadas às atrocidades que aquele rapaz chamado ((diz o nome do jornalista)) escreve no ((diz nome do jornal)) ... e ele citou em alguns momentos a questão do aborto enquanto assassina::to que o governo Lula vai legitimar como assassina::to e ... vai ((incompreendido pelo barulho da limpeza nas salas vizinhas)) e ... fez umas comparações malu::cas ... né?... propositais para provocar mesmo ... e aí surgiu essa discussão pra gente falar um pouquinho sob/prá gente falar um pouquinho não/a urgência que o nosso grupo tem ... de discutir minimamente temas relacionados a questões de sexualidade a questões de gênero ... e como o nosso grupo precisa discutir uma/uma/o que o nosso grupo pensa/o que as pessoas dentro do nosso grupo pensam sobre a questão do aborto ... né? ... então para situar as pessoas que estão chegando agora ... que a gente colocou essa como única pauta ... pra gente discutir hoje ... né? (...) então para gente falar sobre isso ... fazer essas discussões

No recorte 26, chamo atenção para as percepções dos participantes acerca do estabelecimento de tópico com base no controle de agenda. Como descrito na parte metodológica deste trabalho, os encontros do grupo, embora não tivessem uma ordem explicitamente pré-estabelecida de quem falaria e em que momento falaria, tinham, ao menos no início de algumas reuniões, alguém responsável por inscrever as pessoas que queriam falar no decorrer das discussões. Com o andamento das discussões as inscrições de fala geralmente acabavam não sendo mais feitas ou seguidas. Quem desempenha a função de inscrever as falas, no recorte 26, é a participante PM. As reuniões tinham pautas pré-estabelecidas a serem discutidas. A ordem dessas discussões e também sua extensão e relevância eram previstas no controle de agendas “convencionado” pelo próprio grupo. Como o participante Julio retoma, no turno 21, a pauta do encontro em que se encontra foi estabelecida com base em uma discussão da reunião anterior.

Com base em recortes anteriores, tratei de questões em que a hierarquia nos encontros do grupo se dava de forma relacionada a gênero, escolaridade e conhecimento acadêmico. Nas análises de vários desses recortes, foi possível perceber assimetria entre homens e mulheres em aspectos como distribuição de turnos conversacionais, controle de turnos (tomada, entrega, manutenção etc), sinalização e interpretação de pistas contextuais lingüísticas e paralingüísticas como mudanças expressivas no tom de voz, pausas e hesitações etc. Na análise dessas assimetrias, evidenciou-se a participação menor de mulheres do que de homens nas discussões do grupo. Este fato não foi evidenciado somente na análise, mas percebido mesmo pelas integrantes do grupo, que sugeriram e fizeram reuniões à parte somente para mulheres com o fim de que estas se sentissem mais empoderadas, com mais voz ativa nas discussões do grupo. Os recortes 25 e 26, entretanto, mostram a participação mais expressiva das mulheres, tanto no que diz respeito à distribuição de

turnos quanto no desenvolvimento dos tópicos discursivos da agenda. O motivo para tal “inversão” de distribuição participativa pode ser a pauta das reuniões (aborto), que não só parece polêmica mas toca diretamente em um ponto de maior interesse das mulheres.

A fala de Claudia, no turno 19 do recorte 26, por exemplo, traz sua indignação pelo silenciamento de algumas pessoas ou o posicionamento delas ao falarem “que a questão do aborto não interessa”. Esta indignação se dá principalmente considerando que, na perspectiva de Claudia, o grupo “se pretende um grupo que discute diversidade sexual e gênero”, sendo, portanto, contraditório não considerar uma questão que “é uma bandeira feminista de décadas”. Esta indignação de Claudia, expressa no turno 19, toca em questões pontuais de que o grupo pode não estar agindo tal qual se propõe.

Considerando tanto a reunião anterior em que, como vimos na fala de Julio no turno 21, o controle de agenda foi negociado entre os membros do grupo, quanto a reunião que integra a fala de Claudia no turno 19 do recorte 26, percebem-se questões relevantes acerca da organização do grupo. Primeiramente, é preciso ressaltar que a agenda de discussão não foi decidida de forma não-problemática, já que como se percebe no recorte 26 houve pessoas do grupo que discordavam até mesmo em incluir ou não a discussão sobre o aborto nos encontros do grupo. Outro ponto crucial é o fato de mulheres do grupo (como Claudia no recorte 26 e PM, no recorte 27 a seguir) sentirem-se indignadas com o este posicionamento contrário de outros membros acerca da necessidade da discussão proposta.

Complementar ao posicionamento de Claudia no recorte 26 é a fala de PM no recorte a seguir, em que esta faz considerações acerca da necessidade de se discutir a questão do aborto pelo grupo.

Recorte 27

- (01) PM: eu acho que ... além de (discussão maior) não só pelo fato de haver mulheres aqui ... e essa é uma coisa/uma premissa e o grupo ... em princípio decidiu discutir gênero também ... eu deixaria uma pergunta já que o tempo é curto ... eu perguntaria ... para o grupo não é?/deixaria uma questão para discutir ... “qual é a relação que há entre luta contra a heteronormatividade e a luta pelo direito ao aborto?”/eu só queria que vocês pensassem nisso ... não são coisas que são interesse das mulheres ... é ... **luta contra a heteronormatividade e luta pelo direito ao aborto são coisas ... extremamente relacionadas ... são inseparáveis ... (...)**

De forma similar à de Claudia no recorte anterior, no recorte 27 temos a consideração de PM de que a discussão sobre aborto é crucial para o grupo em face dos objetivos a que este se propõe. PM parte do pressuposto de que o grupo milita pelo combate à heteronormatividade e que, ao fazê-lo, busca lutar pela opressão de gênero. Efetivamente, a Carta de Princípios do grupo afirma que este “tem uma perspectiva de discussão e intervenção no combate a homofobia, lesbofobia, transfobia, na luta pela liberdade de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero”. Na perspectiva de PM, “a luta contra a heteronormatividade e luta pelo direito ao aborto são coisas extremamente relacionadas, são inseparáveis”. Dessa forma, a discussão sobre o aborto, para as participantes, já seria pressuposta nos princípios fundantes do grupo. Nesse sentido, para elas, a discussão da reunião anterior, se deve ou não o aborto ser pauta de discussão do grupo, não faz sentido.

Decididos da forma com que os recortes anteriores ilustram, os tópicos previstos no controle de agenda interacional desta reunião do grupo foram definidos na negociação assimétrica entre seus membros. Não trato, neste ponto, do controle de agendas exatamente como tomado por Fairclough (1994), pois em seu trabalho o autor analisa o controle de agendas em blocos de interações, e nesta análise chamo atenção para a agenda de uma reunião completa em relação a uma anterior. Desta forma, o controle de agendas prevê o empenho dos interlocutores na interação acerca de um tópico maior (aborto) que se desmembra em outros (relevância ou não de uma postura consensual do grupo acerca do aborto; posicionamentos particulares de participantes acerca do aborto; considerações acerca da discussão feita por feministas sobre o aborto; relação entre discussões sobre o aborto e combate à heteronormatividade etc).

As transcrições das falas seguintes às constantes dos recortes 26 e 27 demonstram que o grupo discutiu a questão, sem contudo tomar um posicionamento único em defesa ou não da legalização do aborto no Brasil. Na negociação lingüística no controle de agendas e pautas de discussão da reunião, percebe-se a relação ao mesmo tempo assimétrica e móvel de posições de poder na decisão deste tópico. Se o poder não existe sem resistência (FOUCAULT, 2006), onde há resistência há, portanto, hierarquia e operação do poder. A discussão da viabilidade de se debater sobre o aborto e a forma não tranqüila com que isto se deu é, por si, sinal de que a resistência existe tanto contra a operação de P que não quer que N-P traga este assunto para discussão quanto contra a operação de P para que N-P veja que a discussão é necessária. Afinal, o P opera com a “conivência” de N-P, e nesse caso fica problemático dizer onde está o poder. Isto ocorre porque o poder não reside em locais, pessoas, instituições fixas, como argumenta Foucault (2006). Neste

caso, a resistência não é característica do oprimido, mas do operante, já que sem ela o poder não existe (FOUCAULT, 2006).

O caso do grupo, como procurei demonstrar também na análise de controle de tópicos previstos na agenda é, portanto, não de se construir um coletivo anti-hierárquico, mas reiterar questões de poder considerando sua circulação entre diferentes indivíduos e posições no grupo. Retomando que o controle de tópicos e o controle de agendas é visto neste trabalho como estratégias discursivas constantes do caráter performativo de identidades na linguagem, a utilização destas estratégias contribui na estruturação hierárquica entre os participantes do grupo aparentemente com base em questões identitárias de sexo, gênero e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste estudo, parti do princípio de que a linguagem desempenha importante papel na negociação e constituição de identidades sociais na interação lingüística. Posteriormente, a partir da observação sistematizada do grupo a que me dispus pesquisar e também das leituras realizadas e das inúmeras discussões com professores e colegas sobre este assunto, pude perceber quão profícuas são as questões relativas à constituição identitária no uso lingüístico atreladas à operação de relações de poder entre os integrantes do grupo pesquisado. No entanto, para possibilitar o tratamento do tema em um estudo que, pelo tempo disponibilizado para a conclusão do trabalho e outros aspectos, se torna limitado, optei por direcionar minhas análises com o fim de investigar de que forma as estratégias discursivas de que fazem uso os participantes desta pesquisa constituem formas lingüísticas de performar e constituir identidades, analisar se e como questões de poder estão ligadas a tal performatividade e constituição identitária e entender, na perspectiva dos participantes, como se dão usos lingüísticos e paralingüísticos na construção identitária dentro do grupo, além das implicações de operação de relações de poder entre as pessoas envolvidas.

Assim, nesta parte final do estudo, procuro retomar as perguntas de pesquisa e, a partir da análise realizada anteriormente, direcionar as discussões a um encaminhamento final sem, contudo, pretender esgotar o assunto que, por sua própria natureza, não pode ser tratado/tomado sob um ponto de vista fechado. As perguntas de pesquisa que direcionaram este estudo foram: 1) De que maneira os participantes, ao empregarem estratégias discursivas na construção de significados, performam identidades de gênero, sexo e sexualidade? 2) Como elementos discursivos na fala e nas percepções dos participantes se relacionam a questões de poder/resistência com base na construção social de identidades e no conhecimento? 3) Qual a percepção dos participantes acerca do uso que fazem de estratégias discursivas na constituição e reafirmação de identidades?

A análise das estratégias discursivas empregadas pelos participantes sugere que o uso de pistas de contextualização e controle interacional está ligado à forma com que identidades de gênero são co-construídas na linguagem. Considerando-se a importância do contexto e da alteridade na constituição de identidades (MOITA LOPES, 2002; 2003), percebe-se o uso convencional de estratégias lingüísticas e paralingüísticas que, na sinalização e negociação de significados, reiteram questões ligadas às identidades performadas.

Na seção 4.1 do trabalho, a análise dos registros sugere que pistas de contextualização como pausas e silêncios, hesitações, sinais expressivos no tom de voz e escolhas lexicais se relacionam, dada sua recorrência nos registros, a posicionamentos dos participantes durante as reuniões com base em identidades de gênero e em conhecimento. As pistas de contextualização, por conseguinte, apontam para a forma com que identidades são afirmadas e reafirmadas no grupo e o que resulta da performatividade lingüístico-identitária.

A maneira com que as reuniões do grupo são estruturadas no tocante às tomadas de turno, com mais falas de homens do que de mulheres, a coordenação das reuniões recorrentemente feita por homens e somente uma vez por uma mulher durante as observações, as escolhas lexicais feitas por homens e mulheres são exemplos de como posições de gênero são marcadas e remarcadas nas interações lingüísticas do grupo. A participação maior dos homens nas discussões do grupo, além de percebida pelos próprios participantes, é evidenciada em pistas de contextualização que são interpretadas como oportunidades para entregas e tomadas de turno ou os sinais expressivos no tom de voz de participantes homens. O uso de palavras e expressões formulaicas tidas como “gíria *gay*” principalmente por homens, não só contribui na construção de graus de formalidade ou informalidade nas reuniões, como também reafirmam posições de que as mulheres não fazem uso desse léxico. Nesse sentido, portanto, percebe-se que as escolhas lexicais não são pistas de contextualização utilizadas com base em uma identidade dada, natural e fixa de gênero, mas constroem, em sua repetição histórica, a forma com que posições de gêneros são entendidas e subentendidas pelos participantes.

Foi possível observar relações de poder estabelecidas e exercidas nas interações do grupo que são afirmadas e reafirmadas no uso de estratégias discursivas. Foi também possível perceber que a questão do conhecimento é crucial no estabelecimento de relações de poder nas interações do grupo, usufruindo de maior poder de participação e argumentação aqueles que têm conhecimento acadêmico dentro do grupo. Dessa forma, poder e hierarquia, nos registros feitos neste estudo, se pautam também em questões de identidade e conhecimento.

Diante dos registros trazidos para este texto, que são representativos dos dados totais da pesquisa, foi possível perceber que há assimetria de participação e tomadas de decisão no grupo entre homens e mulheres. É preciso considerar que, de acordo com a Carta de Princípios, o grupo milita em favor de visões igualitárias da diversidade sexual e de gênero, combatendo todo e qualquer tipo de discriminação, na busca por promover um coletivo anti-hierárquico e anti-opressor.

As interações do grupo analisadas, entretanto, sugerem a assimetria entre poderes usufruídos dentro do grupo, o que é bastante contraditório.

Considerando que o poder, segundo Foucault (2006), depende da resistência e não reside em indivíduos, mas circula em redes sociais, percebe-se que, na maior parte das interações, a argumentação e as decisões mais relevantes são dos homens, não das mulheres. O desconforto explicitado pela participante Sofia, nos recortes 02 e 03, por exemplo, seguido das discussões que suscitou, exemplifica a resistência à “opressão” vivida pelas mulheres nas interações do grupo. Se não há poder sem resistência (FOUCAULT, 2006), a resistência é sinal da operação do poder.

A discussão sobre o aborto, trazida no final da análise dos dados, nesse sentido, apresenta uma situação que pode ser interpretada de duas maneiras no tocante a questões de poder: 1) apesar de o grupo propor-se a militar pela diversidade sexual e contra opressão de gênero, há resistência por algumas pessoas a tratar desse assunto de interesse das mulheres. Nesse sentido, há opressão de gênero; 2) comparando-se com a participação das mulheres em outros momentos de interação no grupo, o posicionamento delas no tocante à questão do aborto foi clara e explicitamente discutido, com participação declaradamente engajada, principalmente na voz de PM (recorte 27) e Cláudia (recorte 26). É nesse sentido também que questões de gênero se ligam a questões de poder, não sendo o primeiro uma categoria pré-existente a suas formas de vivência (BUTLER, 1999), nem o segundo uma posição fixa, que independe de resistência (FOUCAULT, 2006). Na participação maior ou menor das discussões do grupo pelos homens e pelas mulheres, estratégias discursivas constantes das pistas de contextualização e do controle interacional não só marcam formas de interagir ligadas a questões de identidade, mas remarcam e reiteram posições socialmente institucionalizadas de identidades e sua relação com a operação do poder, ainda que se considerem as possibilidades de deslocamento e mudança.

Nos dados analisados, foi possível observar também que o estabelecimento, reiteração e operação do poder também se pauta em conhecimento e, mais especificamente, em conhecimento acadêmico. Se, por um lado, o grupo tem a louvável proposta de militar contra opressões, contra preconceitos embasados na heteronormatividade, por outro, a opressão se dá dentro do grupo na maneira pela qual o conhecimento influencia a divisão de papéis entre os integrantes. Na análise dos recortes, percebe-se a posição privilegiada de Wagner, Julio, Cláudia e Sofia, por exemplo, em função do conhecimento acadêmico que têm. Como estudante de mestrado à época da coleta dos dados, investigando também questões identitárias, Julio já tinha bastante conhecimento no que diz respeito a teoria *queer*, poder, identidades etc. Wagner também demonstrou conhecimentos nessas

áreas, seja por sua interação no grupo ou por meio do uso de léxico e expressões formulaicas que demonstram uma certa preocupação metalingüística (higiene verbal) em suas enunciações, como discutido com base no recorte 16, por exemplo. O fato de que há certo privilégio aos homens na organização do grupo, aliado ao fato de que Julio e Wagner têm conhecimento acadêmico a que me refiro evidencia os indícios de que Julio e Wagner estão em situação privilegiada na organização e direcionamento do grupo: têm conhecimento acadêmico, são homens.

Os posicionamentos dos participantes durante as reuniões e também nas respostas aos questionários são ilustrativos de sua percepção acerca da construção discursiva de identidades no grupo. Na entrevista com o pesquisador, Julio argumenta que o uso de formas lexicais e expressões formulaicas é pautado na situação, considerando-se o contexto, que é constituído pelos envolvidos na interação. Nas respostas aos questionários, temos a visão de Sofia de que o uso destas mesmas palavras e expressões está relacionado ao *status* de que gozam homens e mulheres na nossa sociedade e, especificamente, no grupo. A resposta de Helen ao questionário I, afirmando que usa quaisquer palavras para se referir a sua namorada e que não tem receio de fazê-lo diante de ninguém é uma maneira que a participante tem de demonstrar como se relaciona com seu posicionamento discursivo como lésbica.

Note-se, na análise dos recortes, que embora alguns dos participantes (como Julio, Sofia e Wagner) façam estudos sobre a teorização *queer* e tentem vivenciar esta perspectiva, as identidades são ainda às vezes naturalizadas com base no binarismo sexual e de gênero. As falas de Julio na entrevista com o pesquisador e as respostas de Wagner ao segundo questionário, por exemplo, sugerem suas tentativas de demonstrar como entendem identificações e subjetividades como performativas. Aspectos heteronormativos vigentes nas sociedades ocidentais tornam vivências de identidades como fluidas e fragmentadas algo real, porém mascarado na naturalização que culturalmente aprendemos a fazer daquilo que é histórico, cultural e, conseqüentemente, social (BUTLER, 1999). Notam-se algumas dificuldades do grupo na busca de mudanças sociais, partindo mesmo de reiteraões lingüísticas que aprenderam a repetir ao longo de suas vidas e que, como sugerem os dados, permanecem repetindo hierarquias sociais com base em um suposto binarismo de gênero e de sexo.

Os próprios participantes reconhecem essas dificuldades, como a afirmação de Julio de que a tentativa de se criar um grupo anti-opressões é “uma atividade árdua e histórico-processual”, já que somos socializados em uma “estrutura social-cultural machista, misógina e opressora” (Júlio, em resposta ao questionário II). Percebe-se, pois, que Julio é consciente de como questões

identitárias e, conseqüentemente, hierárquicas são sócio-historicamente construídas. Não é de se surpreender que tal consciência se dê em decorrência, dentre vários outros aspectos, do conhecimento acadêmico e da experiência de militância do participante.

Este conhecimento também se reflete no que, na análise, trabalhei como higiene verbal (CAMERON, 2002). Na suposta busca pela anti-normatização de categorias identitárias, participantes como Wagner e Julio, por exemplo, apresentam práticas normativas e metalingüísticas potencialmente possibilitadas e estimuladas pelo conhecimento que têm de práticas identificatórias, fluidez de identidades, performatividade de sexo, gênero e sexualidade etc. Nestas práticas normativas, a percepção dos participantes acerca do uso lingüístico que fazem parece surgir no ponto em que buscam, em suas falas, a vivência de identidades tal qual entendidas na teorização *queer*: fluidas, fragmentadas, sem uma posição central ou fundante. A “limpeza” verbal feita, entretanto, não parece resolver questões que o grupo, segundo a Carta de Princípios e outras fontes de dados, se propõe trabalhar: combate a hierarquias e à opressão com base em sexualidades e identidades de gênero, discriminação e preconceito etc.

O propósito deste trabalho não é (nem poderia ser) indicar aos participantes como chegar aos objetivos que se propõem. A análise apenas pontua questões recorrentes nos dados, que se relacionam aos objetivos traçados no estudo, tomando como foco de análise principalmente a interação lingüística dos participantes, complementada tal análise com respostas aos questionários, notas de campo e a Carta de Princípios do grupo. Uma vez dada a relevante importância à teorização *queer* neste trabalho, e dado também o objetivo do grupo de ser “aberto a todas(os) que lutam contra a discriminação e preconceito” (Carta de Princípios), vejo questões de identidades de raça como uma limitação deste trabalho. Esta limitação se mostra tanto nos dados quanto na abordagem metodológica empreendida. Considerada a intersecção de categorias identitárias, muitas vezes contraditórias, na construção discursiva do sujeito (MOITA LOPES, 2002; 2003), torna-se imperativo abordar várias facetas identitárias no estudo, e questões de raça não foram satisfatoriamente abordadas neste trabalho.

Quanto finalizado o estudo, um relatório foi enviado aos participantes (os primários e os secundários) da pesquisa solicitando que, caso desejassem, expusessem suas percepções acerca do trabalho. Um dos integrantes do grupo pesquisado, atendendo a esta solicitação e por vontade e decisão livres, teceu, em um texto, comentários acerca do estudo empreendido. Esse participante aceitou formalmente e por escrito ser identificado, bem como ter seus comentários acrescidos a esta dissertação. Dada a importância das perspectivas das pessoas envolvidas neste estudo, convido o

leitor e a leitora a ler, no Anexo V as interessantes e instigantes reflexões feitas pelo integrante do grupo.

Espero que este trabalho contribua para que os participantes e as participantes prossigam naquilo que os recortes demonstram já terem feito: pensar e repensar seus objetivos e práticas. De acordo com Julio, o grupo é “[u]m sopro de tentativa no combate à heteronormatividade” (nota de campo), sendo suas limitações e contradições já parcialmente percebidas por seus membros. Espero também que este estudo os auxilie a pensar mais acerca dessas questões já que, ao pesquisador, os participantes e o estudo já ajudaram muito além de quaisquer possíveis expectativas.

REFERÊNCIAS

- AGAR, M. H. *The professional stranger: an informal introduction to ethnography*. New York: Academic Press, 1980.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas FFLCH / USP, 2003. cp. 9, p. 215-244.
- BUTLER, J. Against proper objects. In: WEED, E. e SCHOR, N. (Orgs.) *Feminism meets queer theory*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1997. p. 1-30
- _____. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. 2 ed. New York and London: Routledge, 1999.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.
- BUTLER, J. e RUBIN, G. *Sexual Traffic: interview*. In: WEED, E. e SCHOR, N. (Eds.). *Feminism meets queer theory*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1997. p. 68-108
- CAMERON, D. *Verbal Hygiene*. London and New York: Routledge, 2002.
- _____. Language, gender, and sexuality: current issues and new directions. In: *Applied linguistics*. Oxford University Press, 2005. p. 482-502.
- CAMERON, D., KULICK, D. *Language and sexuality*. Cambridge: Cambridge, 2003.
- CHESEBRO, J. W. e KENNETH, L. K. Gay masculinity in the gay disco. In: CHESEBRO, J. (Org.) *Gayspeak: gay male and lesbian communication*. New York: The Pilgrim Press, 1981. p. 87-103.
- COSTA, J. F. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- CULLER, J. The fortunes of the performative in literary and cultural theory. In: *Literature and psychology*, Spring-Summer, 1999, p 7-22.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- D’EMILIO, J. *Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States 1940-1970*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

ERICKSON, F. Ethnographic micro-analysis of interaction. In: LECOMPTE, M. D.; MILLROY, W. e PREISSLE, J. (Orgs.) *The handbook of qualitative research in education*. New York: Academic Press, 1992, p. 16-54.

FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 1994.

FISHMAN, P. M. Interaction: the work women do. In: THORNE, B., KRAMARAE, C. e THORNE, N. (Orgs.) *Language, gender and society*. Rowley Mass: Newbury House, 1983.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade (vol. 1): a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 17 ed. São Paulo: Graal, 2006.

FREITAS, L. G. de. *Conexão Jaraguá-Danbury: língua e identidade de imigrantes brasileiros nos EUA*. Goiânia, 2003. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Letras, UFG.

GALEMBECK, P. T. O turno conversacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas FFLCH / USP, 2003., p. 65-92.

GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. New York: Cambridge University Press, 1982.

_____. Interactional sociolinguistics in the study of schooling. In: COOK-GUMPERZ, J. *The social construction of literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 45-68.

_____. Contextualization and understanding. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (Orgs.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 229-252.

_____. *Language and social identity*. Studies in interactional sociolinguistics 2. New York: Cambridge University Press, 1993.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.

HALPERIN, D. *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love*. New York and London: Routledge, 1990.

_____. *Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography*. New York: Oxford University Press, 1995.

HARVEY, K. ‘Everybody loves a lover’: gay men, straight men and a problem of lexical choice. In: HARVEY, K. e SHALOM, C. (Orgs.) *Language and desire: encoding sex, romance, and intimacy*. London and New York: Routledge, 1997, p. 60-82.

HAYES, J. J. Gayspeak. In: CHESEBRO, J. (Org.) *Gayspeak: gay male and lesbian communication*. New York: The Pilgrim Press, 1981. p. 45-57.

HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J.J. e HYMES, D. *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc. 1972, p. 35-71.

_____. On communicative competence. In: PRIDE, J.B.; HOLMES, J. (Orgs.). *Sociolinguistics: selected readings*. Great Britain: Hazell Watson and Viney Limited, 1986. cap. 18, p. 269-293.

JAGOSE, A. *Queer Theory: an introduction*. New York: New York University Press, 2001.

KRAFT-EBING, R. *Psychopathia Sexualis*. London: Staples Press, 1965.

KULICK, D. No. In: *Language & communication*. New York: Pergamon, 2003, p. 139-151.

KURZON, D. *The speech act status of incitement: Perlocutionary acts revisited*. In: *Journal of Pragmatics*, n 29., 1998. p. 571-596.

LABOV, W. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. In: *Language* 45, 1969, p. 715-762.

_____. (Org.) *Locating Language in Time and Space*. New York: Academic Press, 1980.

LIVIA, A. e HALL, K. "It's a girl!": bringing performativity back to linguistics. In: LIVIA, A. e HALL, K. (Orgs.) *Queerly phrased: Language, gender and sexuality*. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 3-18.

LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.) *Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1999.

MARGOLIS, M. L. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papyrus, 1993.

MILLS, S. *Gender and Politeness*. Studies in Interactional Sociolinguistics 17. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MOITA LOPES, L.P. Contextos institucionais em lingüística aplicada: novos rumos. *Intercâmbio*, vol. 5, 1996, p. 3-14.

_____. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. On being white, heterosexual and male in a Brazilian school: multiple positionings in oral narratives. In: FINA, A., SCHIFFRIN, D. e BAMBERG, M. *Discourse and*

Identity. Studies in interactional sociolinguistics 23. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 288-313.

_____. (Org.) *Discursos de identidades*: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado Letras, 2003.

NELSON, C.D. A teoria *queer* em lingüística aplicada: enigmas sobre “sair do armário” em salas de aula globalizadas. In: MOITA LOPES, L. P. *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editoria, 2006. p. 215-232.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística*: domínios e fronteiras. v. 2, São Paulo: Cortez, 2001, p. 47-68.

ROMAINE, S. *Language in society*: an introduction to sociolinguistics. New York: Oxford University Press, 1994

RUBIN, G. The Leather Menace. In: SAMOIS. *Coming to Power*: Writings and Graphics on Lesbian S/M. Berkeley: Samois, 1981. p. 194-229.

_____. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A. e HALPERIN, D. M. (Orgs.) *The lesbian and gay studies reader*. New York and London: Routledge, 1993. p. 3-44.

SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the Closet*. Berkely: University of California Press, 1990.

SPARGO, T. *Foucault and queer theory*. New York: Totem Books, 2000.

SPRADLEY, J. P. *Participant observation*. New York: Harcourt Brace College Publishers, 1980.

SULLIVAN, N. *A critical introduction to queer theory*. New York: New York University Press, 2006.

VIP, A. e LIBI, F. *Aurélia, a dicionária da língua afiada*. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

ANEXOS

ANEXO I – CARTA DE PRINCÍPIOS DO GRUPO

**GRUPO ((nome do grupo)) — A ((NOME DA UNIVERSIDADE)) SAINDO DO ARMÁRIO
Carta de Princípios****O GRUPO ((NOME DO GRUPO)), CRIADO POR ESTUDANTES DA
((NOME DA UNIVERSIDADE)), É AUTÔNOMO,
INDEPENDENTE, SUPRAPARTIDÁRIO E LAICO.**

1. O grupo ((NOME DO GRUPO)) tem uma perspectiva de discussão e intervenção no combate a homofobia, lesbofobia, transfobia, na luta pela liberdade de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero dentro e fora da ((nome da universidade)).

O Estado brasileiro é laico e todos os indivíduos são iguais em direitos segundo a Carta Magna (Constituição) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não obstante o aspecto legal e sociocultural, os indivíduos são autônomos em relação aos demais, estando aptos, assim, a desenvolverem sua sexualidade livremente. A ((NOME DA UNIVERSIDADE)), por estar inserida em tal contexto e, ainda, por ser uma instituição com princípios de universalidade, deve ser ambiente de construção contínua do respeito as mais diversas manifestações humanas. Em relação à sexualidade, deve compreender neste um dos aspectos que compõem os indivíduos e suas manifestações. Por não perceber o respeito à individualidade de cada cidadão, em se tratando da sociedade, e de cada membro da comunidade universitária, é que o grupo ((NOME DO GRUPO)) atua.

2. O grupo ((NOME DO GRUPO)) não é restrito a gays, lésbicas, travestis e transexuais. É aberto a todas(os) que lutam contra a discriminação e preconceito, em especial aos de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero.

O nome (NOME DO GRUPO) refere-se a um grupo constituído por indivíduos de origem, concepção político-ideológica, orientação afetivo-sexual e identidades de gênero distintas. A união dessas pessoas, com base no primeiro princípio, assegurando-se sua individualidade, cria um ambiente diverso em que as inúmeras expressões não-homogêneas podem dialogar entre si. O subtítulo “A ((NOME DA UNIVERSIDADE)) SAINDO DO ARMÁRIO” contempla a necessidade de questionamento de toda a comunidade universitária acerca do tema, não apenas guetos dentro desta. O grupo luta pela diversidade, sem as armadilhas do que se vislumbra como falsa ou parcial inclusão de grupos contra-hegemônicos. É fundamental o diálogo com pessoas que não se sentem nessas ou em quaisquer categorias não anunciadas neste princípio, pois a discussão é de todas (os).

3. O grupo pretende dialogar com todas as organizações dentro da ((NOME DA UNIVERSIDADE)) que lutam a favor da diversidade, não só sexual, e contra todas as formas de preconceito.

Além do diálogo com todos os indivíduos anunciado no segundo princípio, a junção de forças com grupos diversos que promovam discussão e luta contra o preconceito, discriminação e todos os discursos e práticas coercitivas, restritivas e impositoras é necessária para que o grupo (NOME DO GRUPO) deixe a causa evidenciar-se. Percebendo outros grupos e a demanda de discussão e

militância dentro da Universidade, o grupo mantém-se aberto a alianças. A aglutinação, temporária ou permanente, de forças localizadas é incisiva e pode combater a discriminação e o preconceito.

4. Dialogar com grupos de outras Universidades que promovam a discussão e intervenção no combate a homofobia, lesbofobia, transfobia e luta pela liberdade de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero.

O grupo ((NOME DO GRUPO)) considera necessária a articulação regional e nacional de grupos com as mesmas discussões e práticas, a fim de executar o objetivo de luta contra a discriminação e preconceito. Nesse sentido, construir e participar de espaços, em especial na Universidade, é fundamental para o fortalecimento da luta.

5. Dialogar com organizações da sociedade exteriores à Universidade que promovam a luta pela liberdade de orientação afetivo-sexual e identidades de gênero.

O ((NOME DO GRUPO)) reconhece um contexto intolerante, homofóbico, lesbóbico e transfóbico na Universidade. Contudo, em âmbito geral, na sociedade, verificam-se agravantes que demandam uma atenção distinta fora do meio acadêmico. Para essa atuação, é preciso fomentar parcerias com organizações da sociedade civil que objetivem a liberdade de orientação afetivo sexual e identidades de gênero. Dentre essas estão as organizações não-governamentais que trabalham com o público *gay*, lésbico, bissexual, travesti, transexual e transgênero (GLBT) e executam campanhas de prevenção, combate e suporte em relação a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e AIDS.

6. Promover ações sistemáticas a respeito das temáticas de atuação do grupo ((NOME DO GRUPO))

A discussão acerca da diversidade sexual promovida pelo grupo ((NOME DO GRUPO)) intenciona formação e conscientização de indivíduos e grupo, além de sensibilização e suporte. Concomitantemente ao debate, várias ferramentas podem ser utilizadas a fim de expor a causa. A intervenção política dentro e fora da Universidade é um dos elementos norteadores do grupo. Por localizar-se dentro da Universidade, o grupo ((NOME DO GRUPO)) tem acesso a diversas fontes teóricas que potencializam o debate que executa. A diferenciação do grupo ante os demais grupos de discussão acadêmicos e estritamente teóricos é justamente a postura de militância. A manifestação individual ou coletiva faz do ((NOME DO GRUPO)) um movimento político configurado em quatro aspectos fundantes: sensibilização, formação, intervenção e suporte.

7. Denunciar e combater posturas e atitudes homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas

O grupo ((NOME DO GRUPO)) promoverá, por meio de parcerias e de ações incisivas, a luta contra o preconceito e discriminação, recorrendo a espaços de denúncia e/ou criando-os. A esfera jurídica é uma das vias pelas quais os direitos do público GLBT devem ser legitimados, além da interferência formal ou informal dentro de espaços onde não há instâncias de denúncia específicas, como na Universidade.

ANEXO II - QUESTIONÁRIO I DE PESQUISA

Título (provisório) do Projeto: *(A)parecer ou não?: os diversos posicionamentos discursivos de um grupo quanto à(s) sua(s) identidade(s) sexual(ais)*

Pesquisador: Pedro Eduardo de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Augusta Brito de Mello

Este é um questionário que nos auxiliará na pesquisa da qual você faz parte. Por favor, responda livremente às questões abaixo a partir de sua realidade. Sinta-se à vontade para acrescentar qualquer informação e/ou opinião que você desejar. Caso o espaço reservado não seja suficiente, utilize o verso das folhas ou acrescente outras. Muito obrigado!

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Cidade em que mora:
5. Você mora: sozinho () amigo(s) () família (); d) outro () - especificar
6. Escolaridade:
7. Profissão:
8. Profissão dos pais: a) pai: _____ b) mãe: _____
9. Renda mensal (caso seja financeiramente ajudado pela família, favor informar a renda familiar):
10. Estado civil:
11. Orientação sexual:
12. Quando você está envolvido/a em alguma relação afetiva e/ou sexual com alguém, que palavras você geralmente utiliza para falar com outras pessoas para referir-se àquela(s) com quem você se relaciona?
a) Meu/minha amigo/a ();
b) Meu/minha namorado/a ();
c) Meu/minha parceiro/a ();
d) Uma pessoa ();
e) Meu/minha companheiro(a) ();
f) Meu/minha amante ();
g) O nome da pessoa ();
h) Minha paquera ();
i) Meu/minha homem/mulher ();
j) Meu/minha marido/esposa ();
k) Meu caso ();
l) Outra(s) (); Favor especificar:

13. Há algum motivo especial para a preferência da(s) palavra(s) que você apontou na questão anterior? Por favor especifique.

14. Caso haja alguma variação na escolha e uso das palavras cogitadas na questão 12, por favor tente explicar o porquê dessa variação.
INFORMAÇÕES SOBRE O GRUPO
15. Como você define o grupo?
16. Por que motivo(s) você participa das reuniões e/ou atividades do grupo?
17. Como é, para você, a organização e participação geral dos membros dentro do grupo?
18. Há momentos das reuniões e/ou atividades do grupo que você goste mais (ou menos) ou com os quais você se identifique mais (ou menos)? Em caso afirmativo, tente explicar o porquê dessa(s) preferência(s).
19. Caso haja algo que você gostaria de acrescentar, por favor sinta-se à vontade para fazê-lo abaixo:

ANEXO III- QUESTIONÁRIO II DE PESQUISA

Queridos/as. Por favor, respondam a cada questão prontamente após sua leitura, antes de ler a seguinte. Sintam-se completamente livres em suas respostas. A leitura da vinheta e da transcrição abaixo não é necessária para que respondam às questões, mas podem recorrer a elas caso preferam.

1. Nas reuniões do grupo e também em eventos por ele promovidos (confraternizações, viagens, amigo secreto etc), há o uso de palavras como as que aparecem nas transcrições abaixo, como: *bicha, viado, biba, bofe, elza, babado, viadinho, bafo, abafa, bichinha, mona, poderosa, luxuosa, biscate, vagabunda, gay* etc. Qual função você vê dessas palavras dentro e fora do grupo?
2. “Viado, bicha, viadinho, bichinha” são palavras que em sociedade são, muitas vezes, para ofender. Fale sobre como é o uso de palavras como essas no grupo.
3. As palavras referidas nas questões anteriores são sempre usadas no grupo? Quem as usa, geralmente? Você as usa enquanto está no grupo? Por que (não) as usa? E fora do grupo (casa, trabalho, amigos), faz uso delas? Por que (não)?
4. No segundo semestre do ano passado, após um comentário de uma integrante do grupo, decidiu-se acrescentar uma nova reunião somente para as mulheres, que deveria ocorrer logo após a reunião do grupo todo. Fale um pouco sobre isso: o que motivou a criação desse novo momento de deliberação? Essas reuniões continuam ocorrendo? Em que momento? Quem participa delas?
5. Caso haja algo mais que você gostaria de comentar, sinta-se à vontade para fazê-lo.

ANEXO IV – TRANSCRIÇÃO DE DADOS (PARCIAL)

Reunião do grupo, dia 26 de setembro do período I

PM: Paulo/Paulo/ gente hoje é aniversário do Paulo!

Wagner: Gente, já cantou parabéns pra ele hoje?

Helen: Não.

Wagner: Vamos cantar parabéns então.

Helen: ((riso estridente)) ((fala o nome de um PH)) cê tá linda gata.

PH: Eu tô não tô?

PM: visão do inferno.

Helen: ((riso estridente))

((Paulo entra, travestido))

Todos: ((cantam parabéns assim que Paulo entra travestido))

Julio: É PICA...

Todos: é pica é pica é pica ... é rola ... é rola é rola é rola ... no e-di, do Paulo, do Paulo, do Paulo!! ((riem muito e batem palmas)) muita paz ... muita paz ... muito pau ... muito pau ... /

Wagner: Gente, eu achei que a reunião já tinha começado, eu cheguei atrasado...

Claudia: Como sempre...

Alguém: ((risos))

Wagner: pois é ... eu pergunto aqui quem pode coordenar a reunião e quem pode relatar porque enquanto a gente relata/igual eu acabei de enviar ... um informe de relatoria na verdade daquela reunião que a gente fez no domingo da reunião que a gente fez na casa do Julio ... eu mandei a relatoria da reunião que a gente fez lá ... alguém pode/

PH: Alguém propõe a relatar...

Wagner: tá, eu posso ... alguém sabe das pautas?

Claudia: ((diz o nome do evento))...

Wagner: tem ((diz o nome do evento)) ((pausa de quatro segundos)) é, eu posso coordenar então.

Helen: É aquele curso!

PM: Pois é (era pauta pra esta reunião) ((muitos falam ao mesmo tempo))

Claudia: ((diz o nome do evento)) é mais informes né?

Wagner: Vamos deixar o ((diz o nome do evento)) pro final

Julio: tem outras coisas...dê os informes...

Wagner: Claudia, você quer falar sobre o combate às opressões?

Claudia: Falo.

Julio: Wagner...se apresentar primeiro.

Wagner: claro! gente, então ((incompreendido)) a gente fazer aquela pauta inicial de apresentação ... que as pessoas falem os seus nomes, meu nome é Wagner, faço comunicação.

((todos se apresentam))

(...)

Wagner: Então, informes alguém tem informes? pra gente ler...eu teria informes, mas mas acho que isso se converteria em pauta.

PM: Vai ter quantas pautas?

Wagner: muitas pautas (...)

Wagner: A gente tem pouco tempo pra muitas pautas. Então, conforme sugestão, a gente começa com a pauta ((diz o nome do evento)). Então pauta ((diz o nome do evento)).

Alguém: Começa?

Wagner: É, eu sugeri isso. Pessoas, a gente começa com a pauta ((diz o nome do evento)), já tá aberta a pauta.

PH: informes!

Julio: o que é que tá faltando?

Wagner: Alguém tem mais informes?

PM: ((risos))

((muitos falam ao mesmo tempo))

Claudia: éh... eu sou do grupo de estudos e trabalhos de combate às opressões da executiva nacional de comunicação. E a gente tá organizando nacionalmente no dia 18 de outubro é...o dia nacional de opressão na mídia. E a gente nas reuniões do GET né, nós fizemos uma pauta uma programação mínima pra poder cumprir nesse dia de combate à opressão. Nos outros estados esse dia vai acontecer durante a semana de democratização da comunicação. Só aqui em goiás, por causa do conpeex e outras coisas, a gente fragmentou a semana e ela vai ser espalhada. E a nossa proposta de buscar parceiros, um dos parceiros que a gente decidiu buscar foi o nosso grupo e o programa Conexões e Saberes, que é um programa de extensão que trabalha dentro de uma comunidade que discute de gênero, sexualidade e...e etnia. Então a programação mínima que a gente ficou é de manhã, um debate na universidade...com, no evento com o debate mais um momento de sensibilização...com uma mulher...eh...alguém da GLBT, alguém da etnia e alguém, uma professora nossa aqui, que eu não lembro o nome, que ela é teórica, ela faz estudos nessa área de mídia e minorias...e depois que acabar a palestra a gente pensa em fazer...tipo uma oficina de cartazes, essas coisas, uma intervenção direta aí no pátio...que pode ser só a intervenção, pode ser a intervenção e depois teatro né?, pra dá visibilidade pro que tá acontecendo. E na parte da tarde, é que entra a nossa...a nossa junção com conexões e o nosso grupo também...o nosso grupo é desde manhã né?, a...a gente quer levar pra comunidade que é atendida pelo Conexões e Saberes, oficinas que falem de um combate de opressão na mídia, que falem de opressão na mídia, né? Então é...procurar, ver se a gente consegue passar filmes com temática de opressões, né? E por aí vai...então a gente que convidar, já fiz o convite, que seja muito bom se o nosso grupo participar dessa atividade com a gente. E a gente tá elaborando um programa de rádio...éh...estamos aceitando colaborações pro programa, o programa vai ser feito nacionalmente né?, a vinheta vai ser a mesma vinheta pro país inteiro, porque a gente tá produzindo um cine...né?, com porquês. Tipo “Por que toda mulher precisa se casar para ser feliz para sempre, né?”, “Por que os homossexuais, ou as mulheres são tratados com sarcasmo, ironia na mídia?”, né? E depois um texto explicando...((incompreensível))

PH: (Isso vai sair na mídia?)

Claudia: Então, o programa de rádio aqui vai ser passado naquela rede de rádio que é do estado, e a gente vai te espaço pra passar também lá na, na rádio universitária. Aí os porquês a gente vai já...cada/cada estado vai gravar, falar o porquê do jeito que quiser, usando seu sotaque pra gente fazer ((incompreensível)) no país inteiro...e o programa vai ter o mesmo roteiro...mas cada um vai gravar o programa do seu estado. Então por isso que tem que montar esse programa logo pra gravar ((incomp))...então a gente podia depois tentar/essa semana eu acho meio complicado/mas terça-feira, na próxima reunião do nosso grupo, a gente podia sentar pra poder ((incom)) quem vai dar o cursinho, quem vai pra mesa fazer/semana que vem já tem diretor acadêmico de novo a gente pode tirar uma xérox, fazer uns (mosquitinhos) pra distribuir na universidade toda convidando o pessoal participar do debate né?, e ((barulho de carteiras sendo arrastadas nas salas vizinhas)) ((incompreensível)), e eu vou ver lá na reitoria ((incompreensível)), como cartolina, pincel atômico,

tesoura, papel colorido pra gente fazer cartazes, a gente pode fazer tipo um mural aí no pátio ou aqui na ((diz o nome da unidade na universidade)), tem que ter (certeza que o pessoal não arrombe)... ..

Wagner: ok, então você sugere que/

Claudia e também quero que o nosso grupo aqui pra ir pra mesa também...né?, no dia do debate.

Wagner: Você sugere que as pessoas se organizem a partir da próxima terça-feira pra/

Claudia: É porque já deu tempo do pessoal pensar né?, e a gente/e as pessoas já vi com umas idéias prontas que aí fica mais fácil da gente trabalhar porque, a gente começar agora sem idéias...

Wagner: Você pode colocar mais informações sobre isso no *Orkut*?

Claudia: Posso

Wagner: aí na terça a gente decide, delibera...

Claudia: ah, só nos informes que eu esqueci... acabei de conseguir aqui/é do seu interesse...no dia 03 de outubro, o ((diz o nome do pesquisador)), que é lá no Rio de Janeiro, que é do ((incompreendido)) da faculdade de comunicação, vai dar um curso aqui na ((diz o nome da unidade na universidade)) sobre rádio e digital: possibilidades e perspectivas... de 8 às 12 e das 14 às 18, ta?, o dia todo, bem aqui.

Helen: qualquer um pode ir?

Claudia: qualquer um pode ir.

Sofia: É um informe, e aí...uma coisa (que boto como) pauta. Aqui em ((diz o nome da cidade)), no dia 23 de dezembro vai acontecer um encontro da ((diz a sigla)) que é a associação de lésbicas brasileiras...é um encontro nacional, a ((diz a sigla)) é uma organização feminista, anti-racista...e mais alguma coisa que não me lembro. E quem ta organizando o encontro aqui é o Fórum Goiano de Mulheres. E aí as pessoas, algumas pessoas que estão organizando o encontro tiveram uma reunião durante acho que duas ((incompreensível)) informando a data do encontro e divulgando pras pessoas que quiserem/pras mulheres que quiserem participar... tanto pra organização, pra organização do encontro, e também pra ajudar na divulgação...e aí assim, a partir (das pessoas com quem eu conversei) e aí pensando nas outras questões colaboraram no ((diz o nome do evento)) e como tudo foi tão complicado, a articulação das mulheres lá no ((diz o nome do evento))...uma coisa que seria...interessante/e eu já discuti com algumas pessoas essa idéia, que seria interessante aproveitar o encontro da MB, entrar nas discussões, e aí falo especialmente pras mulheres do grupo entrarem nos grupos de discussões, pautando especialmente algumas questões sobre as mulheres lésbicas...e aí assim, entra uma estória do ((diz o nome do evento)), que as meninas falaram, de como foi a (participação) das lésbicas de ((diz o nome da cidade)), nesse ano, que foi muito vazio, que faltou organização, que não teve muita coisa que precisa ter ((incompreensível)) o nosso grupo entrasse nisso (porque se a gente entrasse no encontro...da MB) pra puxar uma reunião de lésbicas goiano, uma reunião com as lésbicas...dentro desse encontro. E aí a gente poderia na divulgação a gente utilizar aquele espaço que o nosso grupo já tem ((incompreensível)) E agora, pensando no ((diz o nome do evento)), seria muito interessante que ((incompreensível pelo barulho das cadeiras nas salas vizinhas)) se a participação das mulheres fosse um pouco diferente, e (eu falo a partir) dos que as pessoas contaram. E aí eu penso que pra isso, pra que fosse diferente...a gente localmente isso teria que ta diferente, localmente tinha que ta diferente... e aí de repente, acho que seria uma idéia interessante. Fora isso, tem uma outra questão, que eu tento, que eu falei uma vez, e que eu acho que agora é legal, principalmente porque pela questão do contexto de (voltar de novo) em relação que os/que a gente tem que começar a discutir, o fato de que o encontro vai ser realizado em ((diz o nome da cidade)), começar a discutir que isso acontece, é preciso que isso fosse proposto uma reunião entre as mulheres do grupo, essa reunião não aconteceu...agora é necessário a gente pensar em como é que a gente vai construir isso no ((diz o nome do evento)). É porque/e aí, é necessário

você pensar...a divulgação e construção do encontro, não é diferente, mas pra que as mulheres participem e falem, é preciso a gente pensar sobre isso. Então eu acho que uma forma pra pensar sobre isso, e aí eu lanço uma proposta, é que aqui, começando por nós, mulheres do grupo, fosse feita uma reunião pra gente pensar justamente sobre isso, pra que a pessoa se obrigasse a conversar sobre isso...em como isso acontece aqui, acontece sempre que as mulheres estão sempre espalhadas e aí (a gente se articula)...((incompreensível)) e aí “como é que vai ser essa construção da participação das mulheres negras no ((diz o nome do evento))?”, e também a possibilidade de aproveitar essa reunião enquanto coisas separadas, pra pessoas que acham interessantes e que querem ir, mas a gente ta pensando...nessa possibilidade dessa reunião, esse encontro da MB e tal...mas também outras coisas. Recentemente eu conversando sobre um encontro com a ((diz o nome da pessoa)), que é ((incompreendido)), que eu tivesse uma fala com as meninas, sobre as mulheres lésbicas, que as mulheres não têm discussão no grupo e tal...e assim como me chamaram pra fazer a fala, e aí eu queria que outras mulheres do nosso grupo me acompanhassem também pra ta falando sobre isso nesse grupo..e assim como essa tivesse é/eu acho necessário que esse grupo pensar para o ((diz o nome do evento))/que tivesse outras mulheres lésbicas pra que elas efetivamente IR no encontro/e esse encontro fosse/e aí eu acabei me empolgando com a idéia...desse ano ser diferente nesse sentido porque...sendo aqui em Goiânia é muito grande a possibilidade de fazer isso de forma diferente...

Wagner: Uhm...

(...)

ANEXO V – COMENTÁRIO DE UM INTEGRANTE DO GRUPO SOBRE O ESTUDO FEITO

Comentário¹⁸

A leitura da dissertação *(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso*, de Pedro Eduardo de Lima, me possibilitou a rica – e, cabe apontar – desejante oportunidade de constatar os efeitos e potenciais poderes de uma pesquisa acadêmica. Cito o trabalho com entusiasmo porque pude acompanhá-lo em momentos importantes de sua realização, seja como leitor das versões e artigos que precederam o texto final, seja como interlocutor cujas falas e performances foram analisadas por seu autor.

Na realização do estudo de caso para a dissertação, Lima (2008) procedeu com uma etnografia do ((nome do grupo)) – A ((nome da universidade)) saindo do armário, coletivo ao qual eu sou membro desde sua fundação em 25 de abril de 2005. Reconheço que a observação realizada pelo autor compreende um período específico no histórico ((nome do grupo)). Contudo, meus apontamentos refletem o grupo em seus quase quatro anos de atuação. Comento, então, acerca de pontos que refletem o grupo não me restringindo ao período em que o pesquisador teceu suas notas de campo e realizou gravações de encontros entre seus membros.

Entendo “gênero” e “sexualidade” como instrumentos de análise da sociedade, categorias relevantes e fundamentais que permitem compreensão sobre relações de poder que alocam e fundam sujeitos legítimos ou abjetos – afinal, estudos de gênero e sexualidade passaram a compor questões centrais nas sociedades contemporâneas. Portanto, em se tratando de um texto que trabalha com Sexualidade e Gênero, temas caríssimos para minha vida acadêmica e militância, a leitura da dissertação de Lima (2008) me foi instigante o suficiente para que eu desejasse ofertá-lo minhas impressões através de um breve comentário.

¹⁸ Por Marcelo de Paula Pereira Perilo, membro do grupo ((nome do grupo)) – A ((nome da universidade)) saindo do armário e estudante de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Texto concluído em 06 de dezembro de 2008. gyp3@hotmail.com

Tal comentário, portanto, diz menção a colocações compiladas por Lima (2008) acerca da utilização da linguagem manifestada no grupo, além da higienização que porventura emergiria na mesma. Ao analisar o cuidado com que os interlocutores da pesquisa lançam mão de categorias que mencionam vivências de sexualidade e gênero, o autor considera:

Parece-me altamente questionável que o silenciamento de termos combata o preconceito. (...) Dessa forma, estes posicionamentos aparentemente conflituosos do grupo sugerem o caráter fluido de identidades, evidenciado em contradições entre o que o grupo pretende buscar e as constituições identitárias hierarquizadas resultantes da performatividade no grupo.

(...)

Note-se, na análise dos recortes, que embora alguns dos participantes (...) façam estudos sobre a teorização *queer* e tentem vivenciar esta perspectiva, as identidades são ainda às vezes naturalizadas com base no binarismo sexual e de gênero.

(...)

Notam-se algumas dificuldades do grupo na busca de mudanças sociais, partindo mesmo de reiterações lingüísticas que aprenderam a repetir ao longo de suas vidas (LIMA, 2008, p. 115; 136, grifo no original).

Os trechos apontados acima me são suficientes para apresentar ressalvas aos efeitos que a leitura da dissertação poderia indicar a algum/a leitor/a desatenta/o. A despeito da colocação de Lima (2008), não entendo que o grupo ou algum de seus membros utilizem compulsoriamente o “*queer* como uma espécie de método” (LIMA, 2008, p. 115). Eis aí um ponto crucial para a compreensão do grupo, pois, temos nele a possibilidade de expressão das mais diversas estratégias políticas e, ainda, as mais antagônicas compreensões sobre como promover articulações e negociações a fim do combate à homofobia e subversão de compreensões normativas sobre sexualidade e gênero.

Entendido que não nos percebo homogêneos nas estratégias políticas, cabe também pontuar que a enunciação de categorias como “Lésbicas, Travestis, Transexuais, Gays, Heterossexuais, Intersexuais” pode se realizada pelo grupo e por seus membros mediante uma conjuntura ou/e pela demanda no contexto em que são acionadas. Dessa forma, entendo o grupo como um exercício, um coletivo que se propõe a promover ações políticas fundamentadas na reflexão e questionamento da sociedade em que está inserido. E, sendo

assim, quando a utilização das políticas identitárias é realizada, estas não partem da premissa de uma essência ou apriorismos que restringiriam os sujeitos a suas práticas.

Tal exercício promovido pelo grupo não o isenta de situações-problema, como assimetrias de poder e reiteração de práticas opressivas. Mas, de toda a forma, o grupo pode ser entendido também como campo de formação política, pois, quem nele atua, é alertado ou sensibilizado para tais demandas em seu cotidiano.

Para que compreensões superficiais não sejam atribuídas ao grupo, creio importante salientar que o mesmo não deliberou-se *queer* ou, ainda, anti-identitário. Percebo no grupo, entretanto, que a consciência que orienta a utilização (ou não) de estratégias políticas se fundam na compreensão de que não há sexualidades naturais, sequer mais ou menos viáveis, pertinentes ou saudáveis. Nesses termos estou de acordo com a colocação de Lima (2008) ao considerar que o grupo “luta contra a heteronormatividade compulsória”, mesmo que não o faça somente.

Judith Butler (2005) pondera que a utilização das políticas identitárias podem ser via de construção ou rearticulação democráticas. Mas, a desidentificação pode ser, também, fundamental para articulações políticas por conta da abdicação da matriz que aponta quais são os corpos que importam. Assim,

Aunque los discursos políticos que movilizan las identificaciones en favor de un objetivo político, puede ocurrir que la persistencia de la desidentificación sea igualmente esencial para la rearticulación de la competencia democrática. En realidad, es posible que tanto la política feminista como la política *queer* (*queer politics*) se movilicen precisamente a través de prácticas que destacan la desidentificación con aquellas normas reguladoras mediante las cuales se materializa la diferencia sexual. Tales desidentificaciones colectivas pueden facilitar una reconceptualización de cuáles son los cuerpos que importan y qué cuerpos habrán de surgir aún como materia crítica de interés (BUTLER, 2005, p. 21, grifos no original).

Em consonância com a compreensão da autora sobre a relevância de desidentificações coletivas, não penso interessante “desconsiderar” a perspectiva identitária, mas considero também pertinente o investimento em outras investimentos para as políticas sexuais, inclusive aqueles que não se amparem na matriz heteronormativa. No final das contas, utilizar – ou vivenciar – as categorias se apresenta como um recurso estratégico. Mas quando? Para quem? Até onde?

Não seria viável refletir a “categoria” como uma arma/ferramenta a ser acionada para as políticas sexuais? Concordo com Sedgwick (2007) na afirmação do caráter histórico e fundamental – merecedor, inclusive, de maior reconhecimento – de categorias como “homossexual” mas, observando as implicações na utilização das mesmas na cultura heterossexista, quando usá-la? A meu ver, a procura por possíveis respostas às questões apontadas compõe o cotidiano do grupo pesquisado. E, por assim dizer, minha inserção no grupo ocorre fundamentalmente por ter sobre ele essa visão particularíssima.

A título de conclusão a estes apontamentos, indico que além de compartilhar de leituras sobre os temas referentes a Sexualidade e Gênero que Lima (2008) refletiu buscando Judith Butler e Michel Foucault, a leitura da dissertação me foi crucial para a sensibilização acerca das relações de poder e negociações provocadas a partir da linguagem. Sendo assim, entendo que os efeitos oriundos da apreensão da dissertação me empoderaram a ponto de inaugurar uma nova perspectiva de análise de minha prática política cotidiana.

Referências

- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires, Paidós, 2005.
- LIMA, Pedro Eduardo de. *(Multi)polaridades performativo-conversacionais e o uso de estratégias discursivas na reiteração de sexo, gênero e sexualidade: um estudo de caso*. Goiânia, 2008. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFG.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. Cad. Pagu, Jan./June 2007, no. 28, p.19-54.